

**UNINCOR**

CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO RIO VERDE

**GERALDO LEANDRO ROCHA SILVA**

**JOVENS CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO E O MERCADO DE TRABALHO:  
uma proposta de capacitação complementar curricular com noções de Contabilidade**

**TRÊS CORAÇÕES – MG  
2022**



**GERALDO LEANDRO ROCHA SILVA**

**JOVENS CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO E O MERCADO DE TRABALHO:  
uma proposta de capacitação complementar curricular com noções de Contabilidade**

Dissertação apresentada ao Centro Universitário Vale do Rio Verde (UninCor), como parte das exigências do programa de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino, para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Dr. Zionel Santana

**TRÊS CORAÇÕES – MG  
2022**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca do Centro Universitário Vale do Rio Verde – UNINCOR

S586j Silva, Geraldo Leandro Rocha  
Jovens concluintes do ensino médio e o mercado de trabalho: uma proposta de capacitação complementar curricular com noções de Contabilidade / Geraldo Leandro Rocha Silva. Três Corações, 2022.  
122 f. : il. color.

Orientador: Dr. Zionel Santana.  
Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Vale do Rio Verde – UNINCOR.  
Mestrado profissional Gestão, Planejamento e Ensino.

1. Ensino médio. 2. Jovens – Emprego. 3. Educação financeira. 4. Contabilidade. I. Santana, Zionel. II. Centro Universitário Vale do Rio Verde – Unincor. III. Título.

CDU: 37:657

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR GERALDO LEANDRO ROCHA SILVA, COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE NO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO, PLANEJAMENTO E ENSINO.**

Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil vinte e dois, reuniu-se, remotamente, a Comissão Julgadora, constituída pelos professores doutores: Zionel Santana (UninCor/MG), Diego Henrique Pereira (Univás), e Túlio Silva Sene (Unincor), para examinar o candidato Geraldo Leandro Rocha na defesa de sua dissertação intitulada: Jovens concluintes do Ensino Médio E o mercado de trabalho: uma proposta de capacitação complementar curricular com noções de Contabilidade. O Presidente da Comissão, Zionel Santana, iniciou os trabalhos às 09h e 04 min, solicitando ao candidato que apresentasse, resumidamente, os principais pontos do seu trabalho. Concluída a exposição, os examinadores arguíram alternadamente o candidato sobre diversos aspectos da pesquisa e da dissertação. Após a arguição, que terminou às 11h e 38min, a Comissão reuniu-se para avaliar o desempenho do candidato, tendo chegado ao seguinte resultado: Prof. Dr. Zionel Santana (aprovado); Prof. Dr. Diego Henrique Pereira (aprovado) e; Prof. Dr. Túlio Sene Silva (aprovado). Em vista deste resultado, o candidato Geraldo Leandro Rocha foi considerado aprovado, fazendo jus ao título de Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino.

Três Corações, 01 de abril de 2022.



**Prof. Dr. Zionel Santana**



**Prof. Dr. Túlio Sene Silva**



**Prof. Dr. Diego Henrique Pereira**

A todos que acreditam em propostas sociais que visam o desenvolvimento de competências, habilidades para a profissionalização dos jovens e condições para concorrência no mercado de trabalho e aumento de chances de empregabilidade, dedico!

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, pela graça de me conceder a vida.

À minha família, pela paciência e apoio – sem vocês eu não teria chegado até aqui.

Ao Centro Universitário Vale do Rio Verde (UninCor), ao seu competente docente e à sua exímia coordenação.

Ao meu orientador, Dr. Zionel Santana, pelas suas considerações e contribuições e pelo respeito com as minhas escolhas, compreensão das minhas limitações e reconhecimento das minhas habilidades e competências.

Aos membros que compuseram minha banca de defesa, pela gentileza do aceite do convite e, certamente, pela contribuição e conhecimento que trarão à minha produção dissertativa neste momento importante.

À Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola, do município de Três Pontas/MG, pela disponibilidade em acolher minha cartilha (produto tecnológico do meu curso de Mestrado), para o preparo dos jovens concluintes do Ensino Médio público junto a um currículo complementar social que os prepara para a competitividade em busca da empregabilidade. Ou seja, por acolher minha cartilha como seu instrumento para gestão, planejamento e ensino.

Especialmente, aos jovens concluintes do Ensino Médio público desta escola, que prontamente aderiram à proposta de capacitação e me auxiliaram na validação da cartilha (do currículo complementar social).

A todos, sou grato!

Um dia me disseram  
Que as nuvens não eram de algodão  
Um dia me disseram  
Que os ventos às vezes erram a direção  
E tudo ficou tão claro  
Um intervalo na escuridão  
Uma estrela de brilho raro  
Um disparo para um coração  
A vida imita o vídeo  
Garotos inventam um novo inglês  
Vivendo num país sedento  
Um momento de embriaguez  
Somos quem podemos ser  
Sonhos que podemos ter  
Um dia me disseram  
Quem eram os donos da situação  
Sem querer eles me deram  
As chaves que abrem essa prisão  
E tudo ficou tão claro  
O que era raro ficou comum  
Como um dia depois do outro  
Como um dia, um dia comum  
A vida imita o vídeo  
Garotos inventam um novo inglês  
Vivendo num país sonolento  
Um momento de embriaguez  
Somos quem podemos ser  
Sonhos que podemos ter (E teremos!)  
Um dia me disseram  
Que as nuvens não eram de algodão  
Sem querer eles me deram  
As chaves que abrem essa prisão  
Quem ocupa o trono tem culpa  
Quem oculta o crime também  
Quem duvida da vida tem culpa  
Quem evita a dúvida também tem  
Também tem  
Também tem  
Nós todos temos um pouco de culpa  
Mas nós...  
Somos quem podemos ser  
Sonhos que podemos ter

(Humberto Gessinger)

## RESUMO

O Ensino Médio (EM) é a etapa final da educação básica no Brasil. Contudo, considerado como um elemento discriminatório ao se ponderar que esta representa, na prática, uma divisão social, econômica e política quando o assunto é preparo do jovem para o mercado de trabalho. Tal apontamento justifica-se pela sua organização curricular, remetente para a continuidade da educação no ensino superior – um universo distante para os jovens de classe baixa e da escola pública. O objetivo da presente dissertação foi o de colocar sob suspeita que o currículo atual do EM público não encontra-se estruturado para concluintes desta etapa da educação básica que se interessam pelo ingresso no mercado de trabalho. Este objetivo confirmou-se mediante pesquisas bibliográficas e literárias realizadas, podendo-se afirmar que o atual currículo do EM (aquele que vigorou no ano de 2021, como o antecedente à reforma curricular do Novo Ensino Médio), com estrutura generalizada, não prepara os alunos da escola pública para a empregabilidade, pois não permitem-lhes a vivência de conteúdos que lhes desenvolvam habilidades e competências necessárias para o trabalho, dificultando a empregabilidade. Tal afirmativa se reforçou mediante os resultados apurados no estudo de caso realizado junto aos jovens concluintes do EM da Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola de Três Pontas/MG. Este município interiorano e de pequeno porte, se caracteriza pela baixa oferta de empregos formais. Nesta escola, o EM teve sua qualidade avaliada em 4,8 pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica de 2019 e mensuração do aprendizado adequado de 12% na disciplina de Matemática. Estas avaliações do conhecimento motivaram o desenvolvimento de um programa de capacitação complementar curricular, materializado em cartilha (um produto tecnológico), com Noções Básicas de Contabilidade, pautado em habilidades e competências pertinentes à disciplina de Matemática e voltadas ao preparo para o mercado de trabalho. A cartilha foi validada junto a 10 jovens voluntários, matriculados no 3º ano desta escola, em encontros semanais nos meses de outubro a dezembro de 2021. Mediante uma avaliação comparativa, comprovou-se que este produto tecnológico dialoga com a Base Nacional Curricular Comum e com a proposta da reforma curricular do Novo Ensino Médio, haja visto estar organizado para o desenvolvimento de habilidades e competências, com objetos e objetivos de aprendizagens comuns e dentro da proposta de um itinerário formativo de preparação para o mundo do trabalho. O êxito deste programa complementar curricular se deu em fevereiro de 2022, onde 6 dos jovens voluntários que foram capacitados pela cartilha com Noções de Contabilidade confirmaram o ingresso no mercado de trabalho no município, sendo: 4 na área comercial, 1 na área de departamento pessoal e 1 na área contábil. Concluiu-se que propostas educacionais para a formação de jovens do EM para o mercado de trabalho devem estar subsidiadas por uma organização curricular que permitam-lhes desenvolver suas habilidades e competências – sendo esta condição primordial para melhoria da qualidade do ensino e da conseqüente promoção da igualdade de alunos de escolas públicas, incidindo-se em uma alternativa para os enquadrar na condição de empregáveis.

**Palavras-chave:** Competências. Contabilidade. Currículo. Empregabilidade. Escola Pública.

## ABSTRACT

*High School (EM) is the final stage of basic education in Brazil. However, considered as a discriminatory element when considering that it represents, in practice, a social, economic and political division when it comes to preparing young people for the job market. Such an appointment is justified by its curricular organization, a sender for the continuity of education in higher education - a distant universe for low-class and public school youth. The objective of the present dissertation was to put under suspicion that the current curriculum of the public EM is not structured for graduates of this stage of basic education who are interested in entering the job market. This objective was confirmed through bibliographic and literary research carried out, and it can be said that the current EM curriculum (the one that was in force in 2021, as the antecedent to the curriculum reform of the New High School), with a generalized structure, does not prepare the public school students for employability, as they do not allow them to experience content that develops the skills and competences necessary for work, making employability difficult. This statement was reinforced by the results found in the case study carried out with young people graduating from the EM of the State School Prefeito Jacy Junqueira Gazola de Três Pontas/MG. This small town in the countryside is characterized by the low supply of formal jobs. In this school, the EM had its quality evaluated at 4.8 by the National System of Evaluation of Basic Education of 2019 and measurement of adequate learning of 12% in the subject of Mathematics. These assessments of knowledge motivated the development of a proposal for a complementary social curriculum, materialized in a booklet (a technological product), with Basic Accounting Notions, based on skills and competences relevant to the discipline of Mathematics and aimed at preparing for the job market. . The booklet was validated with 10 young volunteers, enrolled in the 3rd year of this school, in weekly meetings from October to December 2021. Through a comparative evaluation, it was proved that this technological product dialogues with the National Curricular Common Base and with the proposal for the curriculum reform of the New High School, as it is organized for the development of skills and competences, with common learning objects and objectives and within the proposal of a training itinerary of preparation for the world of work. The success of this complementary social curriculum took place in February 2022, where 6 of the young volunteers who were trained by the booklet with Accounting Notions confirmed their entry into the job market in the municipality, being: 4 in the commercial area, 1 in the personal department area and 1 in the accounting area. As a whole, it was concluded that educational proposals for the training of young people from the EM for the job market must be subsidized by a curricular organization that allows them to develop their skills and competences - this being a fundamental condition for improving the quality of teaching and learning. the consequent promotion of equality of students in public schools, focusing on an alternative to qualify them as employable.*

**Keywords:** *Competencies. Accounting. Resume. employability. Public school.*

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa conceitual sobre a organização da BNCC.....	29
Figura 2 – Itinerário Formativo Guarda-chuva.....	34
Figura 3 – Pirâmide etária da população estimada (em 2021) de Três Pontas/MG .....	37
Figura 4 – Infraestrutura da Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola .....	39
Figura 5 – Matrículas (2021) do EM da Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola .....	40
Figura 6 – Aprendizado adequado em Matemática (ano 2021) para o 3º ano da Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola.....	40
Figura 7 – Capa da Cartilha.....	47
Figura 8 – Página de apresentação, contendo o objetivo da Cartilha .....	48
Figura 9 – Página de divisão de capítulo da Cartilha com questões norteadoras de seu conteúdo objetivo .....	50
Figura 10 – Página de encerramento da Cartilha com mensagens de encorajamento ao seu público-alvo .....	51
Figura 11 – Articulação das eletivas com o itinerário formativo .....	65
Figura 12 – Formação geral básica no Novo Ensino Médio .....	67
Figura 13 – Estrutura curricular da disciplina de Matemática e suas Tecnologias .....	67
Figura 14 – Ementa do componente curricular Educação Financeira da disciplina de Matemática e suas Tecnologias do NEM .....	68
Figura 15 – Ementa do componente curricular Educação Fiscal da disciplina de Matemática e suas Tecnologias do NEM.....	69

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Itinerários formativos guarda-chuva.....	34
Quadro 2 – Noções de Contabilidade para o ingresso no mercado de trabalho .....	42
Quadro 3 – Esquematização da coleta e análise dos dados que compuseram informações relevantes para estruturação do estudo de caso .....	44
Quadro 4 – Objetos do conhecimento do programa de capacitação complementar curricular – Noções de Contabilidade .....	55
Quadro 5 – Objetivos de aprendizagem do programa de capacitação complementar curricular – Noções de Contabilidade .....	56
Quadro 6 – Competências e habilidades da BNCC desenvolvidas com a aplicabilidade da Cartilha de Noções de Contabilidade (programa de capacitação complementar curricular) para o mercado de trabalho.....	60
Quadro 7 – Comparativo do currículo do EM com a proposta curricular do NEM (com base na Portaria 521/21) .....	64
Quadro 8 – Objetos do Conhecimento do itinerário formativo Preparação par o Mundo do Trabalho X Objetos do Conhecimento do programa de capacitação complementar curricular (Noções de Contabilidade) .....	66
Quadro 9 – Objetos e Objetivos de aprendizagem .....	68
Quadro 10 – Objetos e Objetivos de aprendizagem .....	70

## LISTA DE SIGLAS

BCNN	Base Nacional Comum Curricular
CEP	Código de Endereçamento Postal
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
DCNEM	Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio
DOU	Diário Oficial da União
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
FENEP	Federação Nacional das Escolas Particulares
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IR	Imposte de Renda
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NEM	Novo Ensino Médio
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNPE	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
PNQ	Programa Nacional de Qualificação
PROEJA	Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEE	Secretaria de Estado de Educação
SINEPE	Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino
UNINCOR	Centro Universitário Vale do Rio Verde

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 OBJETIVOS .....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 Objetivo Geral .....</b>	<b>18</b>
<b>2.2 Objetivos Específicos.....</b>	<b>18</b>
<b>3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA .....</b>	<b>19</b>
<b>4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>22</b>
<b>4.1 A Educação (profissional) segundo a Lei das Diretrizes e Bases e a demanda por competências para a empregabilidade/o trabalho no Brasil .....</b>	<b>22</b>
<b>4.2 Educação, Ensino Médio, currículo, (des)igualdade e mercado de trabalho.....</b>	<b>24</b>
<b>4.3 Habilidades e competências exigidas pelos jovens do Ensino Médio no ingresso do mercado de trabalho, a partir da reforma curricular.....</b>	<b>28</b>
<b>4.4 A Base Nacional Curricular Comum, o currículo do Novo Ensino Médio e o preparo do jovem para o mercado de trabalho.....</b>	<b>31</b>
<b>5 MATERIAL E MÉTODOS .....</b>	<b>36</b>
<b>6 A CARTILHA COMO PRODUTO TECNOLÓGICO DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO COMPLEMENTAR CURRICULAR COM NOÇÕES DE CONTABILIDADE PARA JOVENS CONCLUINTEs DO ENSINO MÉDIO .....</b>	<b>46</b>
<b>6.1 Identificando o produto tecnológico .....</b>	<b>46</b>
<b>6.2 Apresentando a cartilha.....</b>	<b>47</b>
<b>6.3 Objetivo e público-alvo da cartilha.....</b>	<b>48</b>
<b>6.4 Apresentação do formato, da estrutura e do conteúdo da cartilha .....</b>	<b>49</b>
<b>7 A VALIDAÇÃO (DA CARTILHA) DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO COMPLEMENTAR CURRICULAR COM NOÇÕES DE CONTABILIDADE PARA JOVENS CONCLUINTEs DO ENSINO MÉDIO.....</b>	<b>53</b>
<b>7.1 Sondagem sobre as Noções de Contabilidade para o mercado de trabalho.....</b>	<b>53</b>
<b>7.2 Aplicabilidade da Cartilha de Noções de Contabilidade enquanto programa de capacitação complementar curricular para o Ensino Médio .....</b>	<b>55</b>

<b>7.3 Identificação das habilidades e competências de Contabilidade adquiridas pelos do Ensino Médio para o ingresso no mercado de trabalho e empregabilidade .....</b>	<b>58</b>
<b>7.4 Discussões sobre a efetividade do programa de capacitação complementar curricular para o Ensino Médio .....</b>	<b>62</b>
<b>7.5 O encontro/confronto do programa de capacitação complementar curricular (produto tecnológico) para o Ensino Médio (dados empíricos) com a proposta (bibliográfica) curricular do Novo Ensino Médio .....</b>	<b>64</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>72</b>
<b>8.1 Contribuições da pesquisa e implicações tecnológicas/gerenciais.....</b>	<b>75</b>
<b>8.2 Limitações da pesquisa.....</b>	<b>75</b>
<b>8.3 Sugestão de pesquisas/estudos futuros.....</b>	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICE A – QUESTÕES PARA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICA E SOMATIVA .....</b>	<b>83</b>
<b>APÊNDICE B – CARTILHA: PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO COMPLEMENTAR CURRICULAR COM NOÇÕES DE CONTABILIDADE PARA JOVENS CONCLUINTEs DO ENSINO MÉDIO .....</b>	<b>85</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O tema da presente dissertação é o Ensino Médio (EM) e o mercado de trabalho, onde analisaremos se os jovens concluintes de ensino médio estão preparados (ou não) para o mercado de trabalho. A partir desta análise, coloca-se sob suspeita que o currículo do Ensino Médio Público não encontra-se estruturado para promover desenvolvimento de habilidades e competências necessárias aos jovens concluintes desta etapa da Educação Básica que se interessam pelo ingresso no mercado de trabalho, dificultando sua empregabilidade.

Teoricamente, constitui-se em uma etapa de múltiplas funções, voltada para a formação integral do indivíduo em sua juventude. Engloba a proposta de consolidação de conhecimentos e habilidades básicas dos jovens, preparando-os para o ingresso no ensino superior ou no mercado de trabalho, sem o descuido de educá-los enquanto cidadãos capazes de agir de forma íntegra e em convivência harmônica com a sociedade (TARTUCE et al., 2018; VILHENA, 2019).

Dentro de um cenário jurídico que assegura políticas públicas da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº. 9394/1996 (BRASIL, 1996) – associa o processo educativo do EM (ao caracterizá-lo) ao contexto e às mudanças do mercado de trabalho. Frigotto (2005), em obra sobre concepções e mudanças no mundo do trabalho e o EM, associa o período da educação com o período de constituição de relações sociais e embasamentos para o processo produtivo.

Na prática, ao final desta etapa, o jovem é obrigado a fazer escolhas (ou não) pela continuação de sua formação, tendo em destaque o Ensino Superior ou o mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2018).

Especificamente, em relação ao ingresso no mercado de trabalho, a educação recebida no EM configura-se como elemento discriminador ao mesmo tempo que discriminatório, considerando que vem sempre dividir social, econômica e politicamente os sujeitos da sociedade. Assim, sujeitos têm emprego (ou não) a partir de sua categorização como educados/formados (ou não), a partir da aptidão das habilidades e competências exigidas pelo mercado de trabalho e contempladas (ou não) nesta etapa da educação básica (OLIVEIRA, 2018).

Os jovens concluintes da mesma nem sempre estão conscientes das dificuldades que serão encontradas para ter acesso ao mercado de trabalho, como a concorrência ou a necessidade de aprimoramento de habilidades e competências exigidas pelo mundo globalizado (SOUZA; VAZQUEZ, 2015). Nesse sentido, percebe-se que estes jovens optantes ou

demandantes pelo ingresso no mercado de trabalho, em sua maioria, apresentam expectativas diferenciadas em relação à realidade da competitividade, haja vista a não acolhida imediata ou a não receptividade do próprio mercado por essa clientela que chega despreparada (VILHENA, 2019).

Tais assertivas asseguram a premissa de que a grade curricular exigida a estes educandos os remetem para a continuidade do ensino – ou seja, o acesso ao Ensino Superior –, estando bem distanciada da demanda de jovens que vão ingressar ao mercado de trabalho (SOUZA; VASQUES, 2015). Deixa uma inquietação em busca de compreender se as habilidades e competências exigidas pelo mercado de trabalho são ou não são contempladas e efetivadas aos alunos de EM como parâmetro competitivo. Assim, o conceito de educação para estes jovens requer olhares mais definidos sobre o mercado de trabalho, principalmente no que tange o currículo escolar.

Motivando-se pela breve contextualização e pela inquietação, emergiu a situação problema de pesquisa para esta dissertação, ocupando-se de saber: o atual currículo do Ensino Médio Público é condizente e promove o desenvolvimento de habilidades e competências para jovens concluintes desta etapa da Educação Básica, dando-lhes condição de igualdade para concorrência no mercado de trabalho e empregabilidade?

Para nortear a pesquisa, parte-se das seguintes hipóteses:

1. Acredita-se que muitos educandos que encerrarão o ciclo escolar no EM não ingressarão no mercado de trabalho, visto que a estrutura curricular generalizada da atual Resolução da Secretaria de Estado de Educação (SEE) nº 4234, de 22 de novembro de 2019 lhes apresentou apenas conteúdos que visam a sequência educacional (ou seja, o Ensino Superior) e não os faça preparados para a empregabilidade;
2. Acredita-se que os jovens não vivenciaram no decorrer o EM conteúdos que poderiam lhes preparar para o mercado de trabalho, principalmente nas áreas administrativas e comerciais, que buscam por capital humano com mais competências e habilidades voltadas para os setores;
3. Acredita-se que um programa de capacitação complementar curricular, inferindo novas disciplinas – como por exemplo, a Contabilidade voltada para o ingresso no mercado de trabalho – remeterá o educando ao universo do mercado de trabalho com mais estrutura, conhecimentos, competências, habilidades e principalmente autoconfiança;
4. Acredita-se que a proposta do programa de capacitação complementar curricular (em forma de um curso a ser aplicado mediante a elaboração de uma cartilha e, por isso, produto tecnológico) esteja convergente com os ditames bibliográficos do Novo Ensino

Médio (NEM), haja vista seu ponto comum de desenvolvimento de competências, habilidades para a profissionalização dos jovens e condições para concorrência no mercado de trabalho e aumento de chances de empregabilidade.

Entretanto, não se pode desconsiderar que a Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017) já está saindo da teoria e sendo colocada em prática de forma obrigatória. O ditame é que, a partir do ano de 2022, em todas as escolas (públicas e privadas), comece o 1º ano do EM com um novo formato, alinhando-se aos conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A implementação está regulamentada pelo cronograma do NEM, instituída pela Portaria n.521 em 13 de julho de 2021 do Ministério da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial da União (DOU) (BRASIL, 2021).

A reestruturação é prevista para o período de 2022-2024, sendo que o modelo provisiona alterações na grade curricular e na carga horário no ciclo, dando permissão para que os jovens possam escolher seus caminhos em relação às áreas específicas e formação técnica e profissional (SOARES; SIMÕES, 2021) – o que, provavelmente amplia suas chances de inserção no mercado de trabalho, haja vista a concessão de formação para a competitividade (RIBEIRO; ARRUDA; BOMFIM, 2021).

A possibilidade de escolha é a materialização da construção de um currículo adequado e uma forma de escuta dos jovens e, por isso, consequência para uma ressignificação do conhecimento e do processo de ensino e aprendizagem. Além disso, sistematiza a regionalização do currículo (OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO, ENSINO MÉDIO E GESTÃO, 2021).

Para o MEC, a reestruturação implica em ampliar conhecimentos em áreas de interesses dos jovens, sendo que as propostas de itinerários formativos oportunizam as trilhas de aprofundamento ou aperfeiçoamento (PIOLLI; SALA, 2020). Aumentar a carga horária e o tempo dos jovens na escola são pontos destacados para configuração do protagonismo da aprendizagem, considerando que os jovens vão aprender o exercício da criticidade e do pensamento, o que os permite se posicionarem mais ativos e prontos para escolhas acadêmicas e profissionais (RIBEIRO; ARRUDA; BOMFIM, 2021).

Por isso, diz-se que o Novo Ensino Médio ocupa-se do desenvolvimento do projeto de vida dos jovens, sendo espaço para reflexão em relação ao presente e almejo de futuro; espaço para promoção do autoconhecimento, da desenvoltura de suas identidades, autonomia e escolhas assertivas, pautadas em habilidades e competências desenvolvidas (ALMEIDA; CARVALHO, 2021).

Contudo, enquanto comprovações empíricas não acontecem para afirmar o NEM, busca-se a identificação das habilidades e competências exigidas pelo mercado de trabalho para confrontar com a grade curricular do atual EM para a proposição de um programa de capacitação complementar curricular (enquanto produto tecnológico) para preparar (capacitar e habilitar) os alunos concluintes desta etapa da educação básica para o mercado de trabalho.

Para tanto, opta-se por uma pesquisa do tipo aplicada exploratório-explicativa, com abordagem qualitativa utilizando-se de pesquisa bibliográfica e estudo de caso como formas de coleta de dados. Desta forma, pode-se afirmar que o caso em estudo envolve a análise do currículo do EM e jovens da etapa final desta etapa básica de uma escola pública do município de Três Pontas-MG – sujeitos estes disponíveis para avaliação de conhecimentos prévios e aplicação de uma cartilha de uma cartilha elabora que trabalhe noções de Contabilidade para o EM (e por isso, está associado à uma observação participante de seu pesquisador, haja vista a formação e expertise da sua autoria, enquanto profissional desta área), a partir das habilidades e competências pertinentes à disciplina de Matemática, para auxiliar na preparação para a profissionalização e enfrentamento em igualdade do mercado de trabalho.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Colocar sob suspeita que o currículo atual do EM público não encontra-se estruturado para promover desenvolvimento de habilidades e competências necessárias aos jovens concluintes desta etapa da educação básica que se interessam pelo ingresso no mercado de trabalho, dificultando a empregabilidade.

### **2.2 Objetivos Específicos**

1. Estudar a estrutura curricular atual do EM;
2. Analisar a proposta curricular do NEM, em relação às habilidades e proposta de capacitação para o ingresso dos jovens no mercado de trabalho e empregabilidade;
3. Demonstrar as habilidades e competências exigidas pelo mercado de trabalho e não contempladas no atual currículo do EM;
4. Propor, a partir da identificação das habilidades e competências exigidas pelo mercado de trabalho, um programa de capacitação complementar curricular (uma cartilha de Contabilidade, enquanto produto tecnológico) para preparar (capacitar e habilitar) os alunos concluintes do EM para o mercado de trabalho;
5. Comparar os resultados da aplicabilidade do programa de capacitação complementar curricular (produto tecnológico) com a proposta (bibliográfica) curricular do NEM.

### 3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

Em um cenário de globalização, onde as tecnologias dominam todos os setores, principalmente da economia, como destacado por Vilhena (2019), a educação também se integra neste universo, cabendo ao EM o preparo de jovens concluintes que não têm interesse ou não têm condição do ingresso ao Ensino Superior, necessitando ingressar e ser aceito pelo mercado de trabalho. Para o autor, é preciso uma aproximação do EM, enquanto representação da educação, para que os jovens estabeleçam laços de confiança e intensifiquem sua credibilidade neste veículo enquanto projeção para o futuro e para a conquista do mercado de trabalho.

A globalização da educação nacional, especificamente da escola, pode ser equiparada à promoção ou um espaço de habilidades e competências que possam formar cidadãos críticos, capazes de pensar e, ainda, de se profissionalizarem. Motivou-se pela tendência internacional de países que, recentemente, modificaram seus sistemas educacionais, com propostas de currículos diferenciados, não deixando de visar soluções para a sociedade do capital em situação de crise (PIOLLI; SALA, 2020).

No formato de uma educação globalizada, se fez preciso a criação de dispositivos de flexibilização do trabalho para o embate junto à sociedade capitalista, que utilizou-se da escola como espaço institucional dominante para a oferta de educação formal, que se incumbe da reprodução da divisão social do trabalho e de valores sociais e culturais dominantes, como bem preconiza Libâneo (1992). Assim, a partir de tal embasamento, não se pode desconsiderar que o processo educativo é subsidiado por condicionantes sociopolíticos.

Dentro desta proposta de condicionamento sociopolítica, é que a reforma do EM (BRASIL, 2017) passa a ser colocada obrigatoriamente em prática no ano de 2022, segundo a Portaria no 521/21 (BRASIL, 2021) – fazendo previsões para que as defasagens desta etapa de ensino fossem sanadas, associadas ao cumprimento das necessidades dos jovens do século XXI em busca de seus projetos de vida. Como destacam Piolli e Sala (2020), tais mudanças curriculares preconizam que os jovens saiam mais preparados em relação aos seus objetivos profissionais ou acadêmicos. Pelo observado, tanto na legislação que regulamenta a proposta, bem como em estudos que as motivaram para validação, os autores acreditam ser emergencial o preparo profissional de jovens durante esta etapa escolar. O acontecimento que antes era paralelo, em relação às tentativas de formação técnica e profissional no EM, agora passam a integrar seu currículo.

Assim, a escolha deste tema de pesquisa vem de encontro às necessidades de capital humano no mercado de trabalho, com habilidades e competências para suprir as demandas empresariais. Tais necessidades já se motivavam pelos indícios e testagens da reforma curricular e antes da sua regulamentação de obrigatoriedade de cumprimento do cronograma proposto; ou seja, antes da Portaria 521/21 (BRASIL, 2021).

Desta forma, a proposta deste estudo se justifica socialmente pois, um programa de capacitação complementar curricular sugerido para profissionalização ou capacitação de jovens concluintes do EM (principalmente de escolas públicas), por meio de desenvolvimento de habilidades e competências demandas para a melhoria de seu capital intelectual, pode representar o êxito para a empregabilidade daqueles que almejam o ingresso no mercado de trabalho.

Se justifica, também, em seus aspectos acadêmicos-científicos, vindo corroborar com a estruturação de um estudo, resultante de uma pesquisa aprofundada sobre EM, empregabilidade e mercado de trabalho em articulação com a proposta de uma capacitação com Noções de Contabilidade, vindo fortalecer os conteúdos relacionados à disciplina de Matemática. Assim, considerando a lacuna na literatura sobre este objetivo, a presente dissertação faz-se ímpar, vindo servir para consultas que subsidiarão pesquisas e estudos futuros de sujeitos inseridos em todas as áreas afins que englobam tal propósito – Educação/Ensino, Pedagogia, Gestão/Supervisão Escolar; Gestão/Administração Pública; Contabilidade e; Matemática.

Por fim, justifica-se ainda para sua autoria, considerando sua formação profissional em Contabilidade e atuação na docência.

A partir deste introdutório (apresentação de contexto, do problema, dos objetivos e da justificativa), esta dissertação, sendo parte das exigências da conclusão de curso de mestrado profissional em ‘Gestão, Planejamento e Ensino’ do Centro Universitário Vale do Rio Verde (UNINCOR), no qual sua autoria matriculou-se, se faz relevante e se organiza em capítulos seguintes que se ocupam:

1. Da explanação do material e métodos que detalham o caminho da pesquisa realizada (metodologia elegida; caracterização do caso em estudo; procedimentos para a coleta de dados; descrição dos instrumentos utilizados; análise, tratamento e organização dos dados levantados);
2. Da fundamentação teórica, desenvolvida por meio de uma revisão literária em tópicos, abrangendo: Educação (profissional) segundo a LDB e a demanda por competências para a empregabilidade/o trabalho no Brasil; Educação, EM, currículo, (des)igualdade e mercado de trabalho; Habilidades e competências exigidas pelos jovens do Ensino

Médio no ingresso do mercado de trabalho, a partir da reforma curricular; A BNCC, o currículo do NEM e o preparo do jovem para o mercado de trabalho;

3. Da apresentação do produto, que trata-se de uma cartilha elaborada que trabalhe noções de Contabilidade voltada para o ingresso no mercado de trabalho para o EM, a partir das habilidades e competências pertinentes à disciplina de Matemática, para auxiliar na preparação para a profissionalização e enfrentamento em igualdade do mercado de trabalho;
4. Da exposição dos seus resultados obtidos com: a sondagem sobre as noções de Contabilidade para o mercado de trabalho (avaliação diagnóstica); a aplicabilidade da Cartilha de Noções de Contabilidade enquanto programa de capacitação complementar curricular para o EM (avaliação formativa); a identificação das habilidades e competências de Contabilidade adquiridas pelos do EM para o ingresso no mercado de trabalho e empregabilidade (avaliação somativa); discussões sobre a efetividade da estrutura curricular complementar social para o EM (avaliação comparativa); o encontro/confronto do programa de capacitação complementar curricular (produto tecnológico) para o EM (dados empíricos) com a proposta (bibliográfica) curricular do NEM.
5. De considerações finais, estabelecidas enquanto formas reflexivas de responder ao problema de pesquisa, confirmação de suas hipóteses (ou não) e com o cumprimento de seus objetivos;

Registra-se que o produto tecnológico (a cartilha com o programa de capacitação complementar curricular com noções de Contabilidade para jovens concluintes do EM) e demais documentos e instrumentos pertinentes à dissertação encontram-se no apêndice, logo após o elenco de referências utilizadas para a construção de toda a pesquisa realizada.

## **4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Livre de uma abordagem histórica da relação ‘educação, organização curricular do Ensino Médio e trabalho’, mas pela demanda por uma organização linear sobre o assunto, para cumprimento do seu objetivo – colocar sob suspeita que o currículo atual do Ensino Médio Público não encontra-se estruturado para promover desenvolvimento de habilidades e competências necessárias aos jovens concluintes desta etapa da Educação Básica que se interessam pelo ingresso no mercado de trabalho, dificultando a empregabilidade –, é que esta fundamentação teórica se organizou, contando com o subsídio de uma literatura contemporânea revisada.

### **4.1 A Educação (profissional) segundo a Lei das Diretrizes e Bases e a demanda por competências para a empregabilidade/o trabalho no Brasil**

A educação para o trabalho não é uma proposta recente, sendo a sua prática datada no Brasil Colônia, em meios às comunidades nativas, quando a experiência dos sábios (daqueles considerados como mais velhos) eram transmitidas aos mais inexperientes (ou aos mais novos). Embora o trabalho na ocasião era caçar, pescar, plantar, colher e construir objetos, esses eram os ofícios e a educação que permeava naquela cultura, não deixando de manter relação com o mercado da ocasião, que praticava suas atividades por meio de trocas (ZITZKE; PINTO, 2020).

De acordo com Bueno (2019), a juventude brasileira caracteriza-se pela antecipação ao mercado de trabalho, considerando o número de jovens que trabalham em idade da etapa final da educação básica. Entretanto, não se pode afirmar que as relações existentes entre educação e trabalho se formatem como excludentes. Pelo contrário, elas devem ser concomitantes e, na atualidade, vem ganhando força na área educacional, com estudos de currículos que contemplem em sua organização para o ensino regular as relações com o mercado de trabalho – embora esta relação venha servindo de embate para as políticas públicas ao longo dos anos.

A década de 1970 trouxe incumbências às escolas sobre suas responsabilidades perante as práticas formativas que pudessem dar respostas às exigências do mercado de trabalho. Surge aí o discurso de uma nova Pedagogia: a das competências. Tem-se então a formulação de um currículo cuja noção de competência se faz referência, principalmente pela processo de estabelece com o trabalho. E foi a partir deste cenário que um arcabouço jurídico com vínculos institucionais para o EM começa a se estruturar, com vistas à indicação de finalidades para esta

etapa básica do ensino tendo como produto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BUENO, 2019).

Afirma-se, então, que o termo competências se fortificou na década de 90, sendo o início das propostas para que muitas reformas educacionais ocorressem no Brasil, até os dias de hoje; mas, nunca dissociando-se das demandas de reestruturação produtiva do capital. Na mesma década têm-se a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), fundamentada nas habilidades e competências (BRANCO et al., 2019).

Em 1996, o artigo 35 da LDB contempla uma das finalidades propostas para o EM: “II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (BRASIL, 1996, p.1). Com o mesmo, questionamentos acerca da correspondência entre as competências construídas na escola com as competências exigidas pelo mercado de trabalho foram intensos, justificando-se que a lógica do mercado pauta-se na competição por empregos (FERREIRA, 2017). Até que ponto os estudantes concluintes do EM estariam realmente preparados para a empregabilidade? Até que ponto estavam realmente treinados para isso?

O mercado passou a exigir jovens mais capacitados enxergando esta nesta exigência uma condição de economia com treinamentos. Na ocasião, a educação do EM torna-se uma moeda de troca com o mercado, sendo além disso uma condição de defensiva para jovens pretensos ao mesmo (BUENO, 2019).

Inseriu-se nesse contexto a educação profissionalizada materializada com a promoção da Lei n. 11.892/2008 – vindo criar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Instituíram-se a partir de institutos já em exercício e, de modo diferente das instituições de ensino superior, promoviam a formação de cidadãos desde a educação básica (ZITZKE; PINTO, 2020).

Mais tarde, em 2015, o início da proposta da BNCC se fez um marco nos processos de elaboração de políticas curriculares nacionais, tendo como a LDB como base, junto ao Plano Nacional de Educação (PNE). Posteriormente, em 2017 vem ser incorporada à Lei 13.415 que altera os artigos 35-A e 36 da LDB, e nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (DCNEM) (FERREIRA, 2017).

DCNEM de 2018 vem determinar que os sistemas de ensino ofereçam itinerários formativos, garantindo aos jovens escolhas de seus arranjos curriculares e, mais uma vez, a proposta de educação para o trabalho circula no campo curricular (ZITZKE; PINTO, 2020).

A BNCC (e seus itinerários formativos) dão garantia à dualidade presente na estrutura educacional formação intelectual dissociada da formação profissionalizada (ou não). Embora seja preconizada uma educação que favoreça condições de igualdade para as classes em que os filhos não terão o mesmo acesso à universidade em detrimento às classes mais abastadas, questiona-se até que ponto a educação para o trabalho no atual NEM não esteja retrocedendo à uma educação puramente compensatória (ZITZKE; PINTO, 2020).

Assim, o todo estruturado neste tópico sobre a educação (profissional) segundo a LDB e a demanda por competências para a empregabilidade/o trabalho no Brasil não se dissocia do que Branco et al. (2019) afirmam sobre as influências na educação. Para os autores, ao longo dos anos, a educação (inclusive em sua proposta profissional) vem sofrendo influências internas e, sobretudo, externas. A função da escola se modifica constantemente, e seu papel social vai ficando à margem, cedendo seu espaço para o viés mercadológico, com a evidenciação das competências e habilidades sobrepondo-se em relação às suas propostas conteúdos e questões sociais.

A meta da escola, ao longo dos anos, se confirmou como o de desenvolver competências com vistas ao alcance profissional, deixando a sua função de ensino para segundo plano (RUFINO et al., 2020).

#### **4.2 Educação, Ensino Médio, currículo, (des)igualdade e mercado de trabalho**

O início da década de 90 representa um marco divisório acerca das publicações de estudos e trabalhos nacionais e internacionais relacionados à relevância das transformações nos processos educativos em prol da formação de um perfil diferente de trabalhador (ESPINDULA; LEITE; PEREIRA, 2012). Estes estudos e trabalhos, de modo generalizado, referenciavam o processo de reestrutura produtiva e globalizada da economia, enaltecendo um perfil inovador de trabalhador demandado pelo setor produtivo da sociedade (OLIVEIRA, 2015). Enalteciam que a forma singular para que a escola se posiciona atualizada em contribuição ao novo cenário imputaria uma reestrutura de suas práticas e arranjos curriculares, enquanto direcionamento do preparo de seus educandos, do desenvolvimento de competências enquanto estratégia para adquirir novas capacidades, garantidoras do acesso e permanência no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2018).

No Brasil, o discurso disseminado da empregabilidade orientou, pelo menos teoricamente, as práticas do sistema de ensino público, instaurando-se como referencial para

ações governamentais destinadas à qualificar profissionalmente os educandos (SILVA; SCHEIBE, 2017).

Na esfera empresarial, adotou-se um discurso que representou uma imposição de escolas básicas de melhores qualidades ao poder público (OLIVEIRA, 2005). Na ocasião, agentes da economia asseguravam que a péssima qualidade da educação básica seria a responsável pela imposição do desenvolvimento de práticas formativas complementares aos alunos – principalmente, aqueles egressos de escolas públicas – cabíveis aos empresários empregadores, o que lhes imputava em gastos e impactos na competitividade de seus produtos em detrimentos aqueles similares estrangeiros (MACIEL; JACOMELI; BRASILEIRO, 2017).

Se fez consensual a demanda pela reformulação do sistema educacional, que foi se fortalecendo aos poucos, emergindo o contexto de escola de qualidade (RAMOS, 2014). Na ocasião, a má qualidade, especificamente do EM, era reconhecida tanto pelos altos índices de reprovação (consequentemente, pelos baixos níveis de aprendizagem dos egressos), quanto pelo abandono da escola (RODRIGUES, 2019). Este mapeamento comprovou o que Frigotto (1989) já destacava como a produtividade da escola improdutiva, reconhecendo precocemente a necessidade de repensar e revisar a relação existente entre a educação, a estrutura econômica social e capitalista.

Para Ciavatta e Ramos (2011), foi unânime a concepção de que a escola não garantia a aprendizagem dos conteúdos curriculares, que por consequência não auxiliava os jovens do Ensino Médio na aquisição da melhor qualificação que lhes garantissem a inserção no mercado de trabalho. Ferreti (2018) corrobora com este pensamento, destacando que além da má qualidade do EM da escola pública, proporcionando pouca atratividade aos jovens e motivando-os à evasão, o crescimento do desemprego para a parcela jovem da população se fez desafio para o governo. Pochmann (2008) assegura que, em termos práticos, este problema do desemprego veio culminar como um temor social em decorrência do temor educacional. Foi a partir de tal advento que jovens passaram a ser protagonistas da violência e do tráfico de drogas instaurados na sociedade.

Assim, a inaptidão da escola em garantir integração e inserção do jovem no mercado de trabalho, impondo aos governantes a elaboração de novas estratégias e políticas públicas para minimização deste impacto e das consequências negativas promovidas pelo modelo econômico centrado na probidade da mão de obra se fizeram inquestionáveis (FERRETI, 2018).

Gentili (1999), destacou a temática enunciando a educação como desintegradora e como promessa para o desemprego e Frigotto (1999) enunciando a educação como responsável pela crise no trabalho. E, segundo Ferreti (2018), a implementação de políticas públicas destinadas

aos jovens, garantidoras de formação profissional para o mercado de trabalho, foi a solução emergencial encontrada para tentativa de reversão daquele contexto.

De acordo com Oliveira (2018), a reversão deste quadro de tensões – ou seja, a redução da violência, o aumento da garantia e acesso à escola – foram metas que embasaram ações governamentais das décadas seguintes, visando a perspectiva de futuro para a juventude brasileira, por meio de implementação de programas visando a qualificação profissional dos jovens.

[...] dentre os quais se destacam, no governo Fernando Henrique Cardoso, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR); no governo Lula, o Programa Nacional de Qualificação (PNQ) e, no governo Dilma, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Mais recentemente, durante os governos do presidente Lula e da presidenta Dilma Roussef, listamos alguns programas que colocaram a questão da qualificação profissional como um dos seus eixos centrais: Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Programa Escola de Fábrica [...] (OLIVEIRA, 2018, p.2).

Para Ferreti (2018), considerando a evolução dos programas visando a qualificação profissional dos jovens, percebe-se que as ações propostas culminam para uma contrarreforma do EM para tal garantia e, por isso, discussões acerca da contribuição da escola para a inserção dos jovens no mercado de trabalho se fizeram pautas repetitivas e exaustivas.

Consensualmente, tem-se uma afirmativa da existência de uma crise instaurada entre a escola e os jovens do EM, pois estes colocam sob suspeita a influência da educação em seus projetos de vida, considerando que esta instituição marca-se como nada significativa para o presente e, conseqüentemente negativa para o futuro. É consensual, ainda, a afirmativa de que principalmente as escolas públicas desta modalidade de ensino, não consideram que os jovens tenham histórias próprias para além de seus muros (GONÇALVES, 2017; FERRETI; SILVA, 2017; LINO, 2017; KRAWCZYK; FERRETTI, 2017; OLIVEIRA; BATISTA, 2018; ANDRADE; SOUZA, 2020).

Assim, tanto pela desigual promoção e distribuição do conhecimento, quanto pelo empobrecimento do currículo com lacunas de conteúdos que explorem competências e habilidades, reforçam-se mecanismos que visam impor aos jovens do EM público o acesso aos postos de trabalho precarizados (GONÇALVES, 2017).

Esta garantia da precarização de trabalho à esta clientela específica já era alertada por Frigotto (1989), quando evidenciou a baixa qualidade da escola, culminando no EM, servindo à acumulação capitalista.

A estrutura curricular do EM promove a formação limitada de jovens, garantindo somente o domínio de conteúdos que lhes garantam uma qualificação básica. Isto permite uma interpretação da existência da distribuição desigual dos conhecimentos acumulados, justamente pela péssima qualidade da formação desenvolvida – sustentando mecanismos excludentes, uteis à acumulação do capital e fomentos de postos de trabalhos precários para jovens (OLIVEIRA: BATISTA, 2018). A educação do EM de baixa qualidade, sustentada por um currículo que não contempla o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para acesso desta classe desfavorecida ao mercado de trabalho mais igualitário, fortalece os modelos de acumulação (OLIVEIRA, 2015; OLIVEIRA, 2018).

A inserção no mercado de trabalho mais elitizado, que beneficia uma classe que pode ter acesso ao Ensino Superior, se faz uma extensão direta do processo de escolarização básica e qualificação do profissional jovem. Contudo, para os jovens de classe mais baixa, oriundos da escola pública, o EM seria a oportunidade ímpar para aquisição de conhecimentos mínimos demandados pelo mercado de trabalho e, então, quaisquer ações que restrinjam este acesso sustentam e ampliam a desigualdade social (FERRETTI; SILVA, 2017); ampliam e sustentam a precarização intensificada pelo neoliberalismo, voltada à flexibilização dos direitos trabalhistas. (KRAWCZYK; FERRETTI, 2017).

Andrade e Souza (2020) afirmam que, na atualidade, o EM caracteriza-se por um currículo extenso, fragmentado e superficialmente organizado; um currículo que não promove diálogo com os jovens, nem tampouco com o setor produtivo, negligenciando as demandas do século XXI, pois dificulta o acesso aos conteúdos demandados pela formação cidadã – consequentemente, social.

Oliveira (2018) aponta este currículo como promotor de jovens que sairão do EM sem autonomia e criticidade; que sonega conhecimentos e precária e empobrece a formação escolar.

Ferreti e Silva (2017) e Ferreti (2018) enxergam na proposição de currículos complementares formas mais atrativas e flexíveis para que os jovens concluintes do EM se prontifiquem como profissionalmente capacitados para o mercado de trabalho. Os mesmos autores repudiam a extensão do currículo e a organização de sua grade curricular, justificando-os como responsáveis pelos altos índices desfavoráveis para esta etapa da Educação Básica nas avaliações promovidas.

Consensualmente, tem-se a assertiva de que este currículo atual é excludente, e não vem favorecer a aprendizagem de qualidade, não sendo capaz de desenvolver habilidades e competências tão demandadas pelos jovens, principalmente os mais carentes, frustrando-os em seus projetos de vida e iludindo-os em suas propostas de inserção no mercado de trabalho, sustentando um modelo de estratificação social arcaico e ainda muito comum na sociedade brasileira (GONÇALVES, 2017; FERRETI; SILVA, 2017; LINO, 2017; KRAWCZYK; FERRETTI, 2017; OLIVEIRA; BATISTA, 2018; ANDRADE; SOUZA, 2020).

De acordo com Moran (2017), o projeto de vida retrata aquilo que, no caso o jovem do EM, pretende ser/fazer em momentos futuros de sua vida, bem como a definição das formas para conquista do pretendido. Materializa a consciência e as forma de avaliar e trilhar aprendizados, aquisição de conhecimentos, formação e desenvolvimento de competências e habilidades. Resume-se em um exercício multidimensional e constante para dar visibilidade às descobertas e escolhas, aos valores, aos ganhos e às perdas, construções e revisões, mudanças e adaptações, sempre pensando em desafios futuros ao longo da vida – um exercício de erros e acertos, de criação de cenários de curto e médio prazo.

Ainda, para Moran (2017), o projeto de vida deve inserir-se em contextos reflexivos, em vivências individualizadas, da mesma forma em que coletivas, sempre contemplando a compreensão das diferenças e autonomia. Para tanto, pode ser desenvolvido a partir de 3 dimensões: “pessoal (identidade, aprender a ser): autoconhecimento e autocuidado; social (eu com o mundo, aprender a conviver, cidadania): empatia; profissional (aprender a fazer): desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas ao mundo do trabalho” (p.1).

Considerando que a dimensão profissional do jovem do EM é a que interessa para esta dissertação (mas, não se distanciando de seu aspecto social), pode-se afirmar com base nos ensinamentos de Moran (2017), que sua escolha assertiva condiciona-se e se conecta junto às duas outras dimensões, pois são contributivas para o autoconhecimento, para a autonomia e para a percepção de mundo, sendo essenciais quando a pretensão é o reconhecimento das diversas possibilidades para a trajetória de sua carreira – que no caso, competitividade no mercado de trabalho e empregabilidade.

### **4.3 Habilidades e competências exigidas pelos jovens do Ensino Médio no ingresso do mercado de trabalho, a partir da reforma curricular**

A noção de competência, dentro do contexto educacional, é concebida como garantia de justiça social e promoção de igualdade aos estudantes, vindo-lhes conferir qualidades, aptidões,

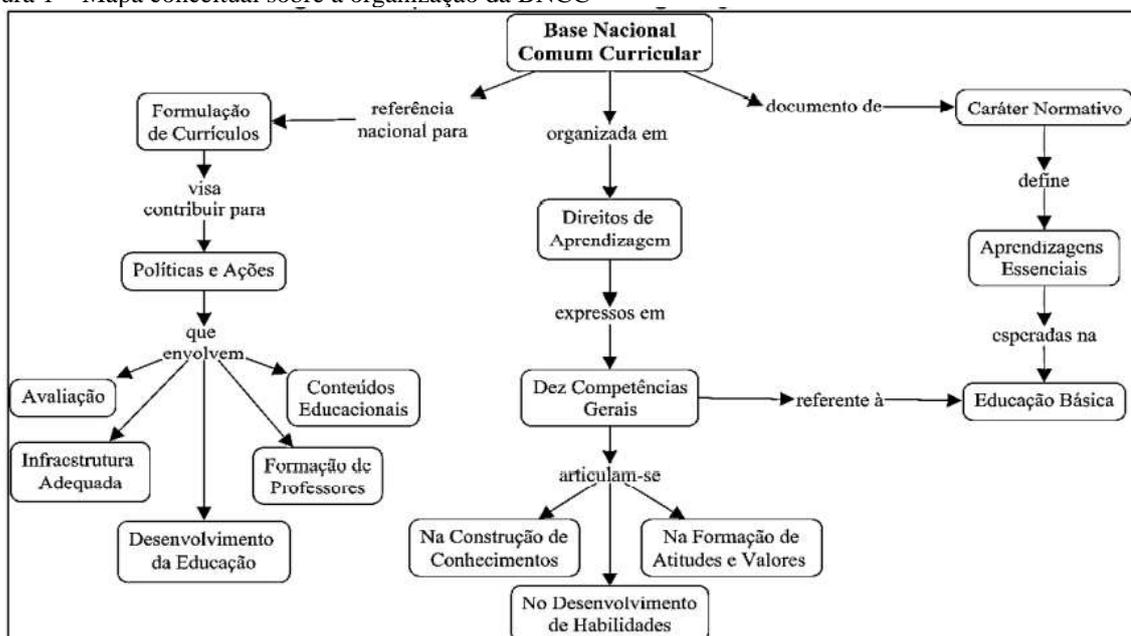
capacidades e conhecimentos fundamentados. É concebida, ainda, como o exercício de uma inteligência mediante alguma situação que demanda pela prática de conhecimentos adquiridos e, para o momento, sendo transformados de acordo com a diversidade que a situação lhe exige (COSTA; ERICEIRA; NUNES, 2021).

Perrenoud (2002) afirma que o conceito de competências teve seu surgimento de acordo com demandas no campo profissional e mais tarde veio atender demandas no campo da educação e, desde então, vem se fazendo presente em documentos da legislação brasileira. O autor define competência como um conjunto de habilidades, conhecimentos e saberes que, se articulados promovem o saber-fazer e por isso relaciona-se à prática do trabalho. Contudo, para que seja colocada em funcionamento, toda competência demanda conhecimento e não se caracteriza como algo estático, mas sempre em movimento, em busca de inovações perante às demandas de resolução de alguma coisa.

Um desses documentos da legislação brasileira mais atual é a BNCC, que recomenda que todas as decisões dentro do processo educacional devam estar orientadas para o desenvolvimento de competências, sendo preconizadas como principais: saber raciocinar, representar, comunicar-se e argumentar. Estas vem sempre acompanhadas de ações para a sua garantia, como: investigar, explicar e justificar (BRASIL, 2018).

A Figura 1 esboça um mapa conceitual da BNCC, mostrando que a escola é, o tempo todo, desafiada à transmissão de novos conhecimentos sob a forma de competências, objetivando o preparo dos alunos (seres humanos) para suas realidades.

Figura 1 – Mapa conceitual sobre a organização da BNCC



Fonte: Branco et al. (2019, p.161)

Assim, a reforma curricular do EM motivou-se pela elaboração dos currículos pautando-se e condicionando-se às competências e habilidades definidas na BNCC. Ainda, pela implantação de itinerários formativos visando especialização profissional do jovem, mas em escolas regulares de EM (COSTA; DIAS, 2021). Acrescenta-se que a proposta da BNCC para o EM é subsidiar e atender os jovens em relação às suas expectativas e em relação às demandas sociais inerentes (ZITZKE; PINTO, 2020).

As justificativas para a reforma originaram-se em quatro ponderações: baixo percentil de jovens concluintes do EM que chegam até o ensino superior; demanda pela diversificação/flexibilização curricular; baixos índices de desempenho escolares pautados em avaliações; extensa grade curricular; alto índice de evasão escolar durante esta etapa da educação básica (COSTA; DIAS, 2021).

Scheibe e Silva (2017) ponderam que dentre as discursividades presentes no contexto da reforma e na edição do NEM, muitas foram as relações com a necessidade do currículo se relacionar com a formação para o mercado de trabalho. Assim, o discurso do mercado de trabalho é retomado sem perder o foco no desenvolvimento de competências.

Segundo Zitzke e Pinto (2020), ingenuidade acreditar que o currículo único seria capaz de conferir equidade de ensino e aprendizagem para todos os jovens do EM, considerando a diversidade presente em todo o país. Por isso a necessidade da BNCC como embasamento para o trabalho com competências e habilidades nesta etapa, funcionando como antídoto para baixa qualidade na educação e na aposta de educandos autônomos, protagonistas, participativos e criativos.

Desta forma, a formação baseada em competências e marcada pela lógica de mercado adaptada materializa-se em um novo modelo pedagógico, mas não deixando de carregar consigo resquícios de relações estreitadas com o setor produtivo, sendo percebida pela expressão flexibilização do ensino (SILVA, 2018).

No contexto, tem-se então uma formação básica para o trabalho associada às novas configurações do mundo produtivo ao EM regular, onde o desenvolvimento de competências e habilidades é a garantia de que o jovem aluno ‘saiba-fazer’ para estar inserido na sociedade – inclusive a do trabalho (COSTA; DIAS, 2021).

O discurso da formação para o trabalho vai subsidiar o discurso para a empregabilidade e por isso o currículo do NEM deve focar-se na aquisição de habilidades e desenvolvimento de competências que possam tornar os jovens concluintes desta etapa básica como empregáveis (COSTA; DIAS, 2021).

De acordo com Costa e Dias (2012), a empregabilidade pode ser conceituada como compreendida com uma condição subjetiva entre sujeitos (e suas realidades) e o mercado de trabalho a partir de sua realidade e atualidade. Assim, competências e empregabilidade são sinônimas para o mercado de trabalho, considerando que a primeira (empregabilidade) se dá perante o desenvolvimento e a continuidade do desenvolvimento de competências. Estas (as competências) são transferíveis ou exercitadas no mercado de trabalho.

Por isso, a partir de Bueno (2019), afirma-se que as competências para o mercado são continuamente reavaliadas e constantemente adaptadas às demandas de cada momento, mas nunca se dissociam do contexto do trabalho, sendo integrada ao mercado.

Retomando Costa e Dias (2021), diz-se então que as normas da reforma do EM preconizaram o discurso de empregabilidade, materializando-o pela promoção de competências que convergem com a flexibilidade do jovem ao mercado de trabalho, mesmo matriculado na escola regular. Segundo os autores, o novo currículo, mesmo que ainda advogando em demandas econômicas, subsidia-se pela flexibilização e pelas competências e habilidades que possam ampliar e, até mesmo, garantir sua empregabilidade.

Desta forma, apoiando-se em Bueno (2019) e Costa e Dias (2021), pode-se afirmar que o NEM traz em seu bojo a relação educação-trabalho, assegurando as classes sociais, inclusive as classes que dependem da educação pública, garantias formativas que atendam à empregabilidade. Pode-se afirmar que, mesmo ainda representando a dinâmica da acumulação flexível – ou seja, a garantia do capital humano no ensino formal regular –, a reforma proposta não deixou de explicitar que a ‘moeda de troca’ seria o desenvolvimento das competências e habilidades para o seu êxito.

#### **4.4 A Base Nacional Curricular Comum, o currículo do Novo Ensino Médio e o preparo do jovem para o mercado de trabalho**

A BNCC veio nortear a gestão educacional no Brasil, objetivando balizar a educação básica, estabelecendo níveis de aprendizagem e de conhecimento demandados, inclusive para os jovens do EM. Simboliza, então, a resultante de debates exaustivos e culminância de outras regulamentações, estabelecendo o rompimento com a verticalidade do currículo, passando a valorizar a inclusão dos jovens estudantes na construção de seus conhecimentos, e para a condução de seus projetos de vida e, por isso, promotora de habilidades e consequências que lhes garantam o título de cidadãos críticos, ativos/autônomos e reflexivos (PIOLLO; SALA, 2020).

A base veio desmistificar um arranjo curricular com predomínio de um conjunto de disciplinas pré-estabelecidas, do repasse do conhecimento pronto aos alunos, derrubando a aprendizagem vertical, rompendo com a decisão do Estado em distribuir conteúdo construídos para alunos como simples receptores (ALMEIDA; CARVALHO, 2021).

Como ponderado pelo Observatório de Educação, Ensino Médio e Gestão (2021), com a BNCC o modelo vertical cedeu espaço para a centralização do jovem do EM na construção do seu conhecimento e, desta forma, influenciador de seu contexto social. O processo de acumulação de informações desocupa o espaço para o processo dinâmico de construção de contextos.

Ainda, segundo o Observatório de Educação, Ensino Médio e Gestão (2021), foi na proposta de construção de contextos que as particularidades de cada região/município/comunidade escolar fizeram parte do processo de gestão das escolas, sendo possível trazer para dentro do seu âmbito (e para a proposta de seu currículo), questões relevantes sobre o entorno da escola e a realidade vivida pelos jovens alunos.

A BNCC baliza a qualidade da aprendizagem no país, com a tentativa de um padrão mais flexível e livre de engessamentos, considerando a autonomia de secretarias (estaduais e municipais) de educação e da gestão escolar para a proposição de currículos adequados, oportunos e próprios para atender às particularidades de cada contexto (RIBEIRO; ARRUDA; BOMFIM, 2021).

A desmistificação da verticalidade curricular se deu quando o documento prevê a qualidade da educação pautada no desenvolvimento das competências trazidas, sendo definidas como uma mobilização do conhecimento, das habilidades, das atitudes e valores necessários para a resolução de demandas complexas da vida cotidiana, com promoção da cidadania e do mundo do trabalho – por isso, diz-se que as competências estejam além de uma educação conteudista e pautada somente em disciplinas (SOARES; SIMÕES, 2021).

A proposta pedagógica de inclusão do jovem do EM, como agente ativo da construção de seu conhecimento, desbanca sua condição de receptor de informações e o potencializa como promotor de seu projeto de vida, sendo a educação preconizadora de demandas da juventude e do adequado preparo de jovens para o enfrentamento dos desafios atuais (OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO, ENSINO MÉDIO E GESTÃO, 2021).

Nessa perspectiva, a BNCC estreita relação com a proposta do NEM, resguardado pela Lei nº 13.415/2017, que altera esta etapa da educação, fortalecendo e valorizando o projeto de vida (acadêmico ou profissional) do jovem protagonista da construção de seu conhecimento (BRASIL, 2017). E, dentro da nova redação da LDB, emerge um protagonismo para a

construção do conhecimento, dito como itinerários formativos do jovem do EM, fortalecido pela proposta de um novo currículo pautado na BNCC:

Art. 36 – O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

I – linguagens e suas tecnologias;

II – matemática e suas tecnologias;

III – ciências da natureza e suas tecnologias;

IV – ciências humanas e sociais aplicadas;

V – formação técnica e profissional (BRASIL, 2017, p.1).

O NEM e a BNCC convidam para a associação da propedêutica tradicional de aprendizagem caracterizada pela interdisciplinaridade e junto às novas competências, possibilitando caminhos para jovens do EM no que tange o aperfeiçoamento de conhecimentos que desejarem e compreenderem como mais relevantes para a suas formações e projetos de vida, por meio dos itinerários formativos – ou seja, resumidamente, pela parte flexível do currículo (OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO, ENSINO MÉDIO E GESTÃO, 2021).

O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Rio de Janeiro (SINEPE RIO, 2021), em parceria com a Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP), elaborou uma cartilha no final do mês de julho de 2021, posterior à publicação da Portaria n. 521/21 do DOU, com direcionamentos do NEM para 2022. Nesta os itinerários formativos são definidos de uma forma mais completa:

Itinerários formativos é um conjunto de situações e atividades educativas que os estudantes podem escolher conforme seu interesse, para aprofundar e ampliar aprendizagens em uma ou mais áreas do conhecimento e/ou na formação técnica e profissional [...]. É um percurso formativo do aluno e parte indissociável do currículo do Novo Ensino Médio; um conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas instituições e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho de forma a contribuir para a construção de soluções de problemas específicos da sociedade. [...] portanto, os itinerários têm como na Universidade e/ou no mundo do trabalho (SINEPE RIO, 2021, p.2-3).

O Sinepe Rio (2021), a partir da definição de dos objetivos dos itinerários formativos, materializou o conceito associando-o a um guarda-chuva, ‘cobrindo’ projetos de vida, trilhas de aprofundamento e unidades curriculares eletivas – como mostra a Figura 2.

Figura 2 – Itinerário Formativo Guarda-chuva



Fonte: Sinepe Rio (2021, p.4)

A explicação das 3 áreas englobadas pelo do itinerário formativo guarda-chuva da referida figura, pode ser organizada no Quadro 1.

Quadro 1 – Itinerários formativos guarda-chuva

<b>Trilhas de Aprofundamento</b>	Podem contemplar determinadas áreas de atuação profissional, integrando duas ou mais áreas do conhecimento ou, ainda, contemplar a educação técnica profissional. Podem ter uma ou mais unidades curriculares dentro delas, com periodicidade semestral e devem ser escolhidas por cada escola em função de sua identidade, vocação institucional e interesse de público que atende.
<b>Projeto de Vida</b>	Tem por objetivo proporcionar reflexões de autoconhecimento e favorecer o amadurecimento das visões de si e do vir a ser de cada sujeito. O trabalho pedagógico neste componente deve priorizar o desenvolvimento integral dos estudantes ampliando suas dimensões: pessoal, cidadã e profissional.
<b>Unidades Curriculares Eletivas</b>	Atuam como oportunidade de ampliação e diversificação das trajetórias escolares e das aprendizagens, devendo ser de livre escolha do estudante alinhar-se ao seu projeto de vida, de acordo com as possibilidades de oferta das instituições ou das redes de ensino. Podem estar dentro da mesma trilha ou podem experimentar componentes de diversas áreas e, a partir desta experiência, encontrar subsídios e segurança para decidir sobre os aprofundamentos a percorrer na 2ª e na 3ª séries.

Fonte: Sinepe Rio (2021, p.4, adaptado)

Os objetivos dos itinerários formativos são destacados pelo Observatório de Educação, Ensino Médio e Gestão (2021) como: aprofundar e ampliar aprendizagens (competências gerais, áreas do conhecimento e/ou formação técnica e profissional); consolidar formação integral (desenvolvimento de autonomia para realização dos projetos de vida); promover valores universais (ética, liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e

sustentabilidade); desenvolver habilidades (visão de mundo ampla e heterogênea, capacidade de tomar decisões e agir).

Os itinerários formativos que podem ser ofertados pelas escolas são 5: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Formação Técnica e Profissional. Além disso, de acordo com a proposta do Novo Ensino Médio, os itinerários formativos são atravessados por eixos estruturantes, sendo eles 4: Investigação Científica; Processos Criativos; Mediação e Intervenção Sociocultural e; Empreendedorismo (OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO, ENSINO MÉDIO E GESTÃO, 2021).

## 5 MATERIAL E MÉTODOS

Para o cumprimento dos objetivos de pesquisa elencados, optou-se por uma pesquisa do tipo aplicada, que segundo Zanella (2011), objetiva propor soluções aos problemas humanos, na tentativa de compreender como lidar com os mesmos. Assim, se colocada em prática, a pesquisa potencialmente irá contribuir com o apontamento de novos fatos para que novas pesquisas sejam desenvolvidas.

A pesquisa aplicada apoiou-se em uma pesquisa bibliográfica e literária, com a edificação de um referencial teórico subsidiado por uma revisão de literatura, que embasa as análises da realidade a ser estudada (ZANELLA, 2011) – que no caso, a realidade é o currículo do EM público, que não se faz condizente e promove o desenvolvimento de habilidades e competências para jovens concluintes desta etapa da educação básica, dando-lhes condição de igualdade para concorrência e empregabilidade.

Quanto ao objetivo, a pesquisa é exploratório-explicativa, pois: busca a ampliação do conhecimento à respeito de um fenômeno, explorando sua realidade e centra-se na preocupação da identificação de fatores determinantes no desencadeamento deste fenômeno, desta realidade, situando seu ambiente social de ocorrência, identificando sua causa e efeito (ZANELLA, 2011) – que no caso, objetiva a identificação das habilidades e competências exigidas pelo mercado de trabalho, propor programa de capacitação complementar curricular (cartilha enquanto produto tecnológico) para preparar (capacitar e habilitar) os alunos concluintes do EM para o mercado de trabalho.

Portanto, quanto à abordagem, a pesquisa se classifica como qualitativa, pois não faz uso de instrumentais estatísticos para a análise dos dados, tendo como base a cientificidade dos conhecimentos teórico-empíricos (ALYRIO, 2009).

Em relação aos procedimentos adotados para a coleta de dados, utilizou-se tanto da pesquisa bibliográfica – contando com fontes bibliográficas e literárias permissivas à cobertura ampliada do fenômeno em estudo para a busca de resposta ao problema de pesquisa formulado (ALYRIO, 2009) –, quanto de um estudo de caso (uma forma de pesquisa de campo qualitativa), buscando profundidade na compreensão de um grupo específico em um contexto determinado (ZANELLA, 2011).

Para a pesquisa bibliográfica, enquanto instrumentos ou materiais, foram utilizadas obras clássicas sobre educação e ensino, legislação pertinente à educação e às políticas públicas formuladas contemplando o assunto em pesquisa (por isso, uma pesquisa documental paralela) e a literatura eletrônica contemporânea – ou seja, foram priorizadas artigos científicos (do banco

de dados do Google Acadêmico e da Scielo) e trabalhos de conclusão de cursos (de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado) inseridos em repositórios relacionados. As publicações nacionais foram priorizadas, preservando a linearidade de 2012-2022

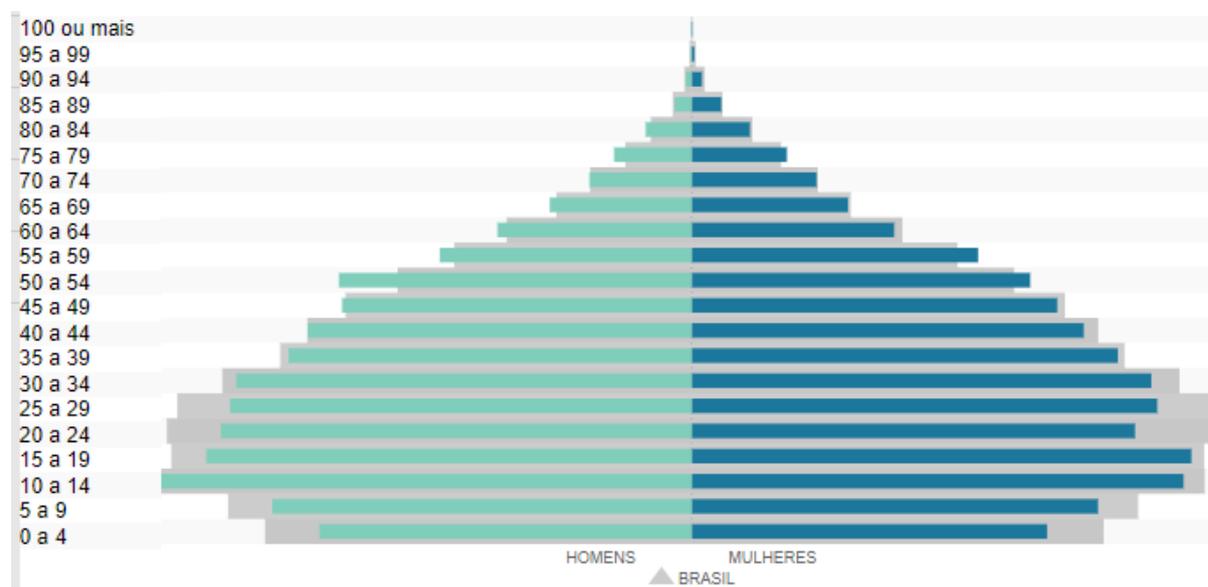
Assim, a pesquisa bibliográfica sobre o currículo atual do EM público e suas habilidades e competências para jovens concluintes desta etapa da educação básica se completou com um estudo de caso para verificação da conformidade (ou não) na condição de igualdade para concorrência e empregabilidade.

O estudo de caso se desenvolveu, oportunamente, junto ao estágio supervisionado obrigatório curricular (considerando neste período, para o desenvolvimento e apresentação do estudo de caso, os meses de outubro, novembro e dezembro de 2021), em uma escola pública (estadual) que oferta EM de Três Pontas-MG.

A escolha do município se justificou, considerando sua realidade populacional, econômica, sua realidade de trabalho e rendimentos e ainda, sua realidade educacional. O mesmo se inscreve sob o código n. 3169406 no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

De acordo com dados do referido instituto, o último sendo realizado em 2010 registrou uma população de 53.860 pessoas e uma estimativa de 57.127 pessoas para o ano de 2021. Em relação à faixa etária desta população, considerando a população estimada, de acordo com a pirâmide etária mostrada na Figura 3, percebe-se grande concentração de jovens entre 14 e 25 anos. (IBGE, 2022).

Figura 3 – Pirâmide etária da população estimada (em 2021) de Três Pontas/MG



Fonte: IBGE (2022, p.1)

Em interpretação à pirâmide, percebe-se que é grande o número de jovens caracterizado como aqueles enquadrados no EM como etapa final da educação básica – então aspirantes ao mercado de trabalho ou ingresso ao ensino superior.

O município, caracterizado como interiorano e de pequeno porte, não dispõe de grande oferta de empregos formais (como por exemplo, comércio ou indústria), sendo a cultura do café sua fonte econômica maior e geração de emprego e renda (IBGE, 2022).

Em relação ao trabalho e rendimentos, o supracitado instituto considerou os dados do ano de 2019 para exposição dos resultados que os caracterizam:

[...] o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 22.6%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 231 de 853 e 140 de 853, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3125 de 5570 e 1084 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 30.9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 727 de 853 dentre as cidades do estado e na posição 4510 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2022, p.1).

Acrescenta-se que o produto interno bruto (PIB) no município, também considerando os dados de 2019, é de R\$ 22.235,80 per capita (IBGE, 2022).

Em relação à educação do município, partindo-se do senso escolar de 2020 e, especificamente considerando os dados do EM – sendo o que interessou à presente dissertação –, apurou-se o número de 6.577 alunos e 137 docentes e, ainda, 7 escolas que ofertam esta etapa da educação básica em Três Pontas/MG. Além disso, o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) foi de 3,9 (IBGE, 2022).

Desta forma, considerando os dados do município aqui apresentados, em relação à população, trabalho, rendimentos e educação, permite-se uma interpretação de que o município tem: uma concentração numerosa da população para a faixa etária de 15-17; pouca oferta de emprego/trabalho e baixo rendimento para os jovens concluintes do EM e; a educação que recebem não enquadra-se na qualidade almejada – o que nos permite afirmar que torna-se mais concorrente e dificultado o ingresso no mercado de trabalho formal local.

Das 7 escolas que ofertam EM no município, a Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola foi a eleita como objeto de estudo. Sua escolha se justificou: pelo fácil acesso da comunidade, sendo uma instituição de ensino de referência no município; pela conveniência da autoria desta dissertação, considerando anteriormente seu vínculo empregatício na docência por

um período de 13 anos e; pelo (baixo) índice de aproveitamento na avaliação IDEB das disciplinas, principalmente de Matemática.

De acordo com o QEdu Gestão (2022) – uma plataforma de dados e evidências, cujo objetivo é apoiar os gestores escolares para visualização simplificada de indicadores de seus interesses –, a escola em estudo registra-se no código n. 31174700 pelo censo escolar de 2019 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e se localiza lograda na Rua Professor José Vieira de Mendonça, número 46, no bairro Santa Tereza, no Código de Endereçamento Postal (CEP) 37.190-000 e, por isso, classificada como urbana. Categorizada na modalidade de Ensino Regular, oferta Ensino Fundamental (EF) e EM. Além disso, sua infraestrutura é caracterizada pela Figura 4.

Figura 4 – Infraestrutura da Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola



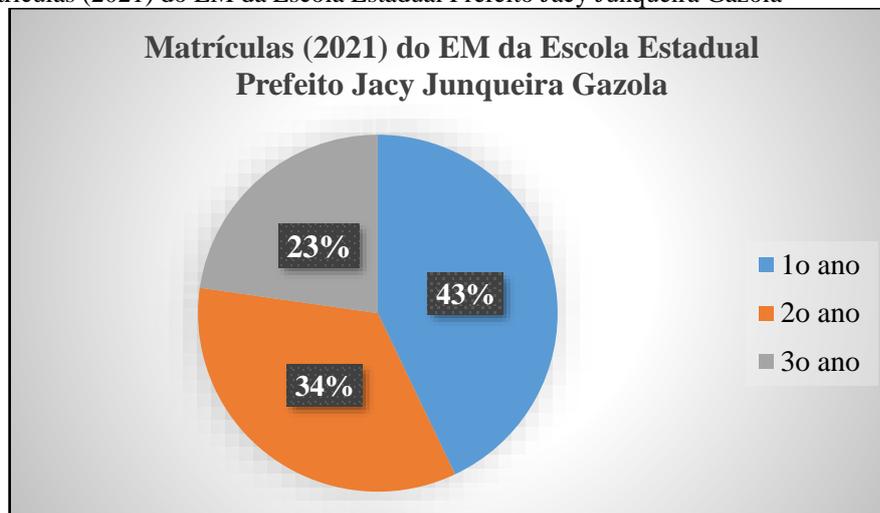
Fonte: QEdu Gestão (2022, p.1)

As disciplinas ofertadas no EM no ano de 2021 foram: Língua/Literatura Portuguesa; Educação Física; Artes; Língua/Literatura estrangeira – Inglês; Matemática; Física; Química; Biologia; História; Geografia; Sociologia; Filosofia (QEDU GESTÃO, 2022).

Em relação ao número de jovens matriculados nos 1º ao 3º anos do EM, tem-se um total de 198 alunos, sendo: 85 matriculados no 1º ano, 68 matriculados no 2º ano e 45 deles concluintes – ou seja, matriculados no 3º ano em 2021 (QEDU GESTÃO, 2022). De acordo com a Figura 5 (que segue), percebe-se que o percentual de alunos que ingressa no EM é maior do que o percentual dos alunos concluintes – ou seja, o que permite a confirmação prática, do que preconiza a literatura revisada, de que o índice de evasão escolar para esta etapa de ensino

é significativo ou que, na referida escola, nem todos os alunos matriculados no EM finalizam esta etapa da educação básica.

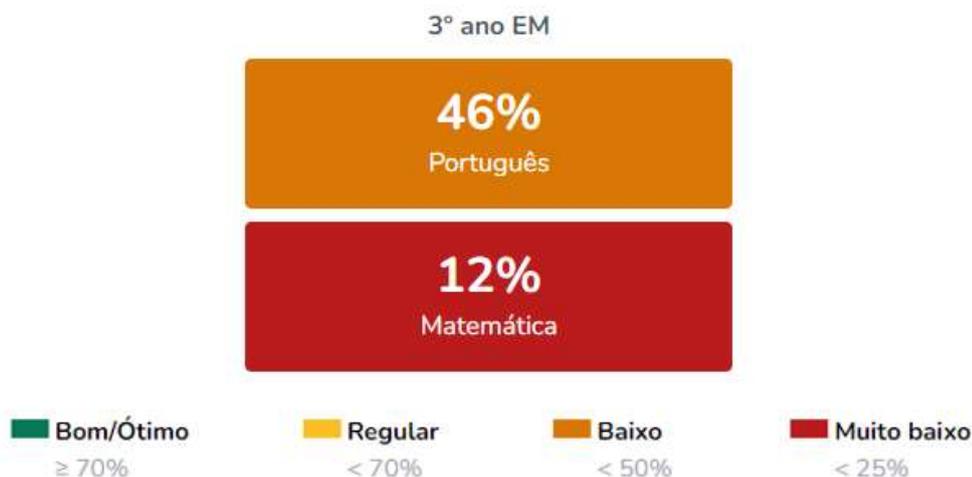
Figura 5 – Matrículas (2021) do EM da Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola



Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

Em relação à qualidade da educação, o IDEB de 2019 do EM da Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola foi de 4,8. E de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2019, em relação à mensuração do aprendizado adequado, tem-se a caracterização de 46% na disciplina de Português e 12% na disciplina de Matemática – conforme condensa a Figura 6. Registra-se que este percentual refere-se à quantidade de alunos com aprendizagem adequada e, para o referido estudo, consideram-se os alunos matriculados no 3º ano da escola em estudo.

Figura 6 – Aprendizado adequado em Matemática (ano 2021) para o 3º ano da Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola



Fonte: QEdu Gestão (2022, p.1)

Assim, a partir do QEdu Gestão (2022), afirma-se que, considerando os percentuais referentes, a disciplina de Português caracteriza-se de baixa aprendizagem e a disciplina de Matemática como de muito baixa aprendizagem o 3º ano da escola em estudo.

Especificamente, em relação à disciplina de Matemática, se fossem considerados os mesmos percentis para matriculados em 2021, poder-se-ia afirmar que apenas 12% de jovens concluintes do EM na Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola têm êxito nos conteúdos curriculares desta disciplina – ou seja, se o número de alunos matriculados no 3º ano em 2021 foi de 45, apenas 5,4% deles apresenta aprendizado adequado na disciplina de Matemática.

Por toda a justificativa da escolha da escola – ou seja, pelo fácil acesso da comunidade, sendo uma instituição de ensino de referência no município; pela conveniência da autoria desta dissertação, considerando anteriormente seu vínculo empregatício na docência por um período de 13 anos e; pelo (baixo) índice de aproveitamento na avaliação IDEB das disciplinas, principalmente de Matemática – não se pode desconsiderar a formação profissional da autoria desta dissertação, enquanto Contador.

O estudo aconteceu junto a 10 alunos dos 45 matriculados no 3º do EM da supracitada escola, que se interessaram pela oferta de um projeto extracurricular, em formato de oficina, com aulas semanais com eixos temáticos sobre: o que são os tributos; para que servem os tributos; tributos e cidadania; meus direitos trabalhistas; meu primeiro emprego e; como ajudar minha família no planejamento financeiro familiar, e demais temas pertencentes ao campo de estudo que se consideraram a partir da demanda apresentada pelos participantes no decorrer das oficinas.

Considerando o advento da crise sanitária do Covid-19, com a necessidade da suspensão das aulas presenciais, tanto o processo de propagação e adesão/inscrição, quanto para participação do curso ofertado (que contemplou as etapas de coleta de dados, mediante aplicação da cartilha com Noções de Contabilidade para o ingresso no mercado de trabalho) se deu, inicialmente, via *Google Meeting*, com o apoio e supervisão responsável pela educação básica da instituição de ensino em estudo.

Tanto para a coleta, quanto para a análise dos dados, a pesquisa conta, ainda, com uma observação participante, haja vista a formação e expertise da sua autoria, enquanto profissional da Contabilidade. De acordo com Zanella (2011), na observação participante o pesquisador além de espectador do estudo, coloca-se em posição destacada junto ao fenômeno observado, pois sua familiaridade e vivência direta relacionada à situação observada lhes conferem uma compreensão em profundidade e análise mais clara da realidade que se observa.

Assim, tanto a elaboração do produto, quanto sua aplicabilidade e análise dos resultados e discussões dos achados são ampliadas pela sua relação direta com o fenômeno em pesquisa.

Ainda, enquanto instrumentos de pesquisa relacionados ao estudo de caso: um teste para sondagem de conhecimentos prévios dos jovens do EM acerca de noções da Contabilidade (Apêndice A) e; a Cartilha sobre noções de Contabilidade para o Ensino Médio (Apêndice B).

O teste para sondagem de conhecimentos prévios dos jovens do EM acerca de noções da Contabilidade foi composto de 18 questões, sendo divididas em 3 blocos de assuntos – conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Noções de Contabilidade para o ingresso no mercado de trabalho

Tributos, impostos, taxas e contribuições	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O que são tributos e como podem ser explicadas as suas funções/aplicações?</li> <li>2. O que é Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e qual a sua função?</li> <li>3. O que é Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e qual a sua função?</li> <li>4. O que compreende-se por Imposte de Renda (IR) e qual a sua função/objetivo?</li> <li>5. O que podemos compreender por taxa municipal e qual a sua função/objetivo?</li> <li>6. Qual o diferencial que o aprendizado sobre ‘tributos, impostos, taxas e contribuições’ pode lhe trazer para o ingresso no mercado de trabalho? Quais competências e habilidades que este aprendizado lhe proporciona/proporcionaria (para o ingresso no mercado de trabalho)?</li> </ol>
Departamento Pessoal	<ol style="list-style-type: none"> <li>7. O que podemos compreender sobre direitos trabalhistas e quais seriam os principais?</li> <li>8. Quais as funções dos registros de contrato de trabalho?</li> <li>9. O que é Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e qual a sua contribuição/função/aplicabilidade?</li> <li>10. O que é Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e qual a sua função?</li> <li>11. O que é Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e qual a sua função/atribuição?</li> <li>12. Qual o diferencial que o aprendizado sobre ‘departamento pessoal’ pode lhe trazer para o ingresso no mercado de trabalho? Quais competências e habilidades este aprendizado lhe proporciona/proporcionaria (para o ingresso no mercado de trabalho)?</li> </ol>
Planejamento Financeiro Familiar	<ol style="list-style-type: none"> <li>13. Na sua família, quem cuida/faz planejamento financeiro (orçamento) familiar e de que forma é feito (quais os instrumentos utilizados)?</li> <li>14. Quais os benefícios do correto planejamento familiar (adoção de orçamento familiar)?</li> <li>15. O que você compreende por economia doméstica e quais as formas representativas de economia financeira doméstica?</li> <li>16. Quais as vantagens de uma poupança provida da economia doméstica?</li> <li>17. O que pode ser compreendido por receita, despesa e investimentos? Dê exemplos.</li> <li>18. Qual o diferencial que o aprendizado sobre ‘planejamento financeiro familiar’ pode lhe trazer para o ingresso no mercado de trabalho? Quais competências e habilidades este aprendizado lhe proporciona/proporcionaria (para o ingresso no mercado de trabalho)?</li> </ol>

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Registra-se que este instrumento serviu apenas para uma sondagem de apuração de conhecimentos que forneceram subsídios para determinar qualitativamente a evolução da aquisição de conhecimentos do currículo social em questão (ou seja, das noções de Contabilidade para aprimoramento de conteúdos da disciplina de Matemática que melhor preparem o jovem concluinte desta etapa de ensino para o mercado de trabalho).

Já o outro instrumento – ou seja, a cartilha enquanto programa de capacitação complementar curricular –, como este refere-se, nesta dissertação, como um produto tecnológico do curso de mestrado de sua autoria, é considerada como parte integrante de requisitos para conclusão do curso e obtenção de titularidade. Por isso, tratada nesta dissertação como parte de seus resultados e, por tanto, apresentada com detalhamento no capítulo seguinte à este capítulo de material e métodos.

A aplicabilidade dos instrumentos de pesquisa utilizados para a constituição do estudo de caso junto aos 10 alunos do EM se deu a partir de três momentos distintos, sendo estes tratados por momentos de avaliação, propostos por Sant’Anna (1995), a saber: diagnóstica, formativa e somativa.

Na avaliação diagnóstica, verificam-se os conhecimentos e obtêm-se as informações do rendimento do estudante, enquanto, na avaliação formativa, ocorre o acompanhamento progressivo do estudante, ajudando-o no desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, ao mesmo tempo em que fornece informações sobre o seu desempenho. Já, na avaliação classificatória, tida como somativa, classifica-se o estudante segundo o seu rendimento escolar, buscando a consciência coletiva dos resultados apresentados (SILVA et al., 2020, p.1).

No primeiro momento, a avaliação diagnóstica objetivou a realização de uma sondagem sobre as noções (conhecimentos prévios) de Contabilidade para o mercado de trabalho. Para tanto, foi aplicado um teste com questões junto aos alunos. Na sequência, precedeu-se com a avaliação formativa, que se resume à aplicabilidade propriamente dita da Cartilha de Noções de Contabilidade, elaborada enquanto estrutura curricular complementar social para o EM. Por fim, precedeu-se com a avaliação somativa, que consiste na reaplicação do teste utilizado para a avaliação diagnóstica, desta vez objetivando a sondagem das habilidades e competências de Contabilidade adquiridas pelos alunos do EM participantes do projeto, para o ingresso no mercado de trabalho e empregabilidade.

Para as avaliações diagnóstica e somativa, foram considerados tanto o registro de jovens que responderam às questões (embora, não fosse procedimento obrigatório), quanto a percepção da autoria desta dissertação por meio de conversa digital para engajamento de noções crítico-

reflexivas (enquanto estratégia de aprendizagem) junto aos mesmos – uma forma de promoção de aprendizagem significativa.

Registra-se que a discussão (ou validação) do produto aplicado se deu mediante a realização de uma avaliação comparativa (ALBUQUERQUE et al., 2021), que resume-se em um procedimento para se comparar as habilidades e competências que os alunos do EM tinham antes e os que adquiriram depois da inserção da estrutura curricular complementar social. A partir de então, discussões entre os achados e os apontamentos literários foram possíveis, envolvendo também comparativos entre os resultados junto ao que a bibliografia/literatura abarca sobre o NEM e a questão da organização curricular para esta etapa da educação básica.

O Quadro 3 sintetiza os momentos, objetivos e instrumentos utilizados para cada uma das etapas para coleta e análise dos dados que compuseram um quadro de informações relevantes para a estruturação deste estudo de caso.

Quadro 3 – Esquematização da coleta e análise dos dados que compuseram informações relevantes para estruturação do estudo de caso

<b>Momento/Período</b>	<b>Período</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Instrumento</b>
Avaliação Diagnóstica	Outubro/2021	Sondagem sobre as Noções de Contabilidade para o mercado de trabalho	Teste para sondagem de conhecimentos prévios dos jovens do EM acerca de noções da Contabilidade
Avaliação Formativa	Outubro- Novembro/2021	Aplicabilidade da Cartilha de Noções de Contabilidade enquanto programa de capacitação complementar curricular para o Ensino Médio	Cartilha sobre noções de Contabilidade para o Ensino Médio (Currículo Complementar Social)
Avaliação Somativa	Dezembro/2021	Identificação das habilidades e competências de Contabilidade adquiridas pelos do Ensino Médio para o ingresso no mercado de trabalho e empregabilidade	Teste para sondagem de conhecimentos prévios dos jovens do EM acerca de noções da Contabilidade
Avaliação Comparativa	Janeiro/2022	Discussão dos resultados sobre a efetividade do programa de capacitação complementar curricular para o Ensino Médio	Dados coletados tratados (resultados obtidos)
Avaliação Comparativa	Janeiro- Fevereiro/2022	Discussão sobre o encontro/confronto do programa de capacitação complementar curricular (produto tecnológico) para o Ensino Médio (dados empíricos) com a proposta (bibliográfica) curricular do Novo Ensino Médio	Literatura revisada e Cartilha sobre noções de Contabilidade para o Ensino Médio (Currículo Complementar Social)

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Registra-se que as questões 6 (sobre tributos, impostos, taxas e contribuições), 12 (departamento pessoal) e 18 (planejamento financeiro familiar) detalhadas no quadro dos blocos sondagem de conhecimentos prévios dos jovens do EM acerca de noções da Contabilidade (principalmente, no momento de avaliação somativa) foram essenciais para a promoção da avaliação comparativa

Em relação aos recursos necessários para o desenvolvimento da pesquisa e cumprimento de todas as suas etapas, estes foram próprios de sua autoria, não contando com fomentos. Entretanto, consideram-se praticamente mínimos, considerando que os instrumentos necessários para coleta de dados (teste de sondagem e cartilha aplicada) foram utilizados em formato digital e, por isso, livre de custos com impressão e serviços postais.

## **6 A CARTILHA COMO PRODUTO TECNOLÓGICO DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO COMPLEMENTAR CURRICULAR COM NOÇÕES DE CONTABILIDADE PARA JOVENS CONCLUINTE DO ENSINO MÉDIO**

### **6.1 Identificando o produto tecnológico**

Assim, o produto tecnológico desta dissertação, trata-se de uma cartilha elaborada com noções de Contabilidade voltada para o ingresso no mercado de trabalho para o EM (ou seja, um programa de capacitação complementar curricular).

De acordo com Ferreira, Gomes e Silva (2008), as cartilhas destinam-se à disseminação de informações, por meio de uma forma lúdica de produção para os devidos meios de divulgação do conhecimento nestas edificado. Cruz et al. (2017) corroboram ao apontar que a disseminação de cartilhas na sociedade é uma das formas de propagação do conhecimento.

Bohnen e Oliveira (2018) asseguram o êxito de cartilhas utilizadas para o EM, justificando-se em sua ludicidade como fator de motivação e de exploração de respostas a partir da constrição de conhecimentos realizados imperceptivelmente e, de forma simultânea, corroboram com o aprimoramento de conhecimentos prévios, sendo estes entrantes para de novos outros. As autoras registram que, pelo caráter lúdico e inovador, as cartilhas são permissivas à assimilação de conteúdos mais complexos ou interdisciplinares – então, ideais para o trabalho de noções de Contabilidade como impostos e tributos, direitos trabalhistas, rotinas do departamento pessoal e gestão financeira familiar como estrutura curricular complementar social.

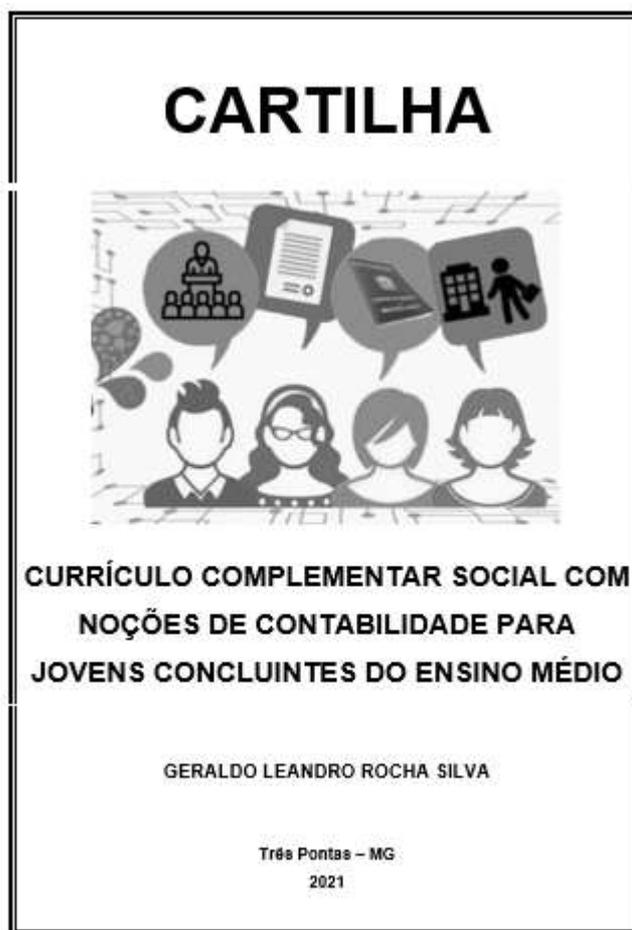
Bertrand (2001) afirma que as cartilhas são instrumentos utilizados por correntes educativas destinadas ao social, considerando que sujeitos, sociedade e conteúdos demandam por formas de interações pedagógicas centradas ao preparo educativo cuja função primária é o preparo dos alunos para descobertas de soluções relacionadas aos seus problemas sociais enfrentados, não desconsiderando os contextos culturais envolvidos.

A proposta de cartilhas confirma a concepção da pedagogia crítico-social dos conteúdos defendida por Libâneo (1992) – a de que a prática educativa demanda por recursos mediatizados pela realidade para que a transformação social desejada possa ser exitosa. Melo e Cruz (2014), defendem a cartilha como uma metodologia promotora de diálogo no espaço do EM, corroborando para a prática de ensino a partir de processos de interação para a construção do conhecimento, não descartando seu caráter social, pois atende à diversidade dos alunos.

## 6.2 Apresentando a cartilha

A cartilha (Figura 7) foi desenvolvida pelo contador Geraldo Leandro Rocha Silva (em setembro de 2021), enquanto produto tecnológico e resultados dos estudos e pesquisas promovidas para a estruturação de sua dissertação de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino do Centro Universitário Vale do Rio Verde (UninCor), intitulada como ‘Jovens Concluintes de Ensino Médio e o Mercado de Trabalho’.

Figura 7 – Capa da Cartilha



Fonte: Elaborada pelo autor (2021)

Trata-se, então, de uma cartilha elaborada para o desenvolvimento e o trabalho de noções de Contabilidade voltada para jovens do EM público, pretensos ao ingresso no mercado de trabalho.

Tem como finalidade constituir-se um programa de capacitação complementar curricular, a partir da promoção do desenvolvimento de habilidades e competências pertinentes

à disciplina de Matemática, para auxiliar na preparação da profissionalização e no enfrentamento, em igualdade, da competitividade existente no mercado de trabalho.

### 6.3 Objetivo e público-alvo da cartilha

O objetivo principal da cartilha, logo apontado em sua página de apresentação (Figura 8) é inferir um programa de capacitação complementar curricular com noções de Contabilidade, remetendo aos jovens concluintes do EM mais preparo para o acesso ao mercado de trabalho com mais estrutura, conhecimentos, competências, habilidades e autoconfiança.

Figura 8 – Página de apresentação, contendo o objetivo da Cartilha



Fonte: Elaborada pelo autor (2021)

Além dos jovens concluintes do EM, também a docência de Matemática é considerada como público-alvo da cartilha, considerando que muitas competências e habilidades da BNCC desta disciplina podem ser adquiridas por meio do seu conteúdo. Além disso, sua proposta vem acompanhar a organização curricular do NEM.

Tem-se, então, que esta cartilha pode ser um instrumento didático-pedagógico para todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem do EM.

#### **6.4 Apresentação do formato, da estrutura e do conteúdo da cartilha**

Seu formato digital, permite ao jovem concluinte do EM o preparo, que explore conhecimentos organizados didaticamente – e por isso, autodidata –, junto às novas tecnologias.

Por meio da estrutura de seu conteúdo (podendo ser a mesma impressa, quando conservados os seus direitos autorais), várias estratégias de ensino podem ser exploradas pela docência visando a aprendizagem significativa dos jovens concluintes do EM que almejam a inclusão no mercado de trabalho, tais como: aula expositiva dialogada (ou diálogo digital, para formatos da educação à distância); trabalho em grupo; resolução de problemas; tempestade de ideias; fóruns; estudo de casos.

Tem como características físicas, a boa organização, trabalhada em um contraste de preto X branco, ilustrações apropriadas e relacionadas ao texto proposto, texto objetivo e dirigido, com termos importantes destacados. Além disso, quando pertinentes, traz sugestões de pesquisas e leituras para saber mais, por meio da disposição de *hiperlinks* relacionados. Ou seja, uma extensão de sua característica digital, favorecendo rapidez de pesquisa e na busca de informações e conhecimentos a serem adquiridos – uma característica favorável a este público-alvo digitalizado e eletrônico. Por isso, diz-se que se enquadra na descritiva de um instrumento ou recurso didático adequado e estruturado para disseminação do conteúdo demandado e ao público-alvo pretendido.

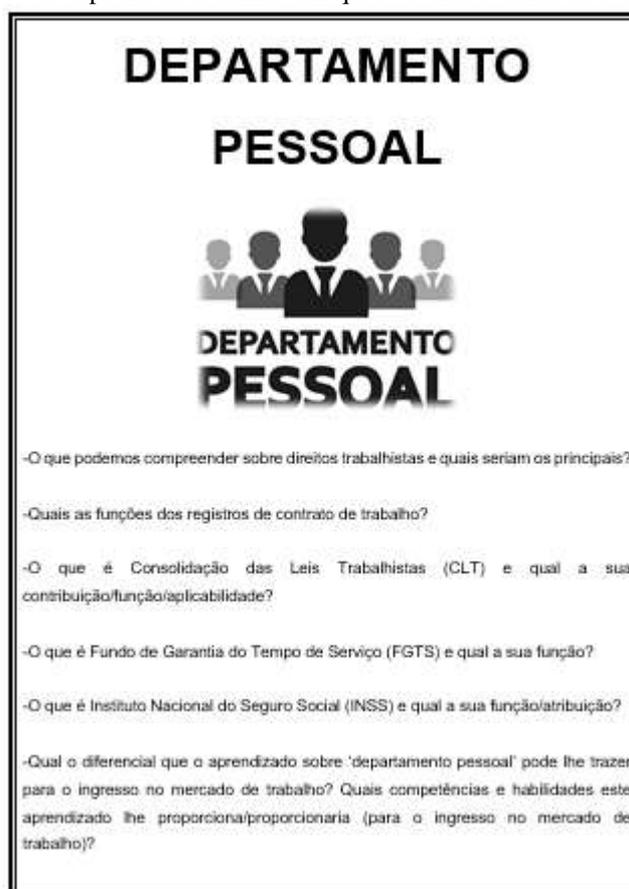
A escolha do formato cartilha, decorre do fato de ser um recurso altamente visual, com linguagem simples e de fácil compreensão. É provável que a partir da cartilha estruturada adequadamente como um recurso pedagógico que amplia as potencialidades de compreensão do conteúdo, o seu público-alvo possa aprender o que se pretende (SILVA, 2018, p.12).

A cartilha estruturou-se a partir de três blocos de estudo: Tributos, impostos, taxas e contribuições; Departamento Pessoal; Planejamento Financeiro Familiar. Afirma-se, então, que seu conteúdo esteja convergente com os ditames bibliográficos da BNCC e já contemplando a estrutura curricular do NEM. Por isso, reuniu de forma organizada, coerente e atrativa, informações didáticas a serem transmitidas e repassadas.

Para cada um dos blocos foram elencados seus objetos de estudo e seus objetivos de aprendizagem, servindo tanto para nortear os jovens concluintes do EM, quanto à docência.

Antes da apresentação dos conteúdos de cada bloco de estudo, algumas questões norteiam/motivam o todo abordando (*brainstorming*), levando os jovens à compreensão dos seus objetivos (Figura 9). “Atualmente, as cartilhas são recursos empregados usualmente para fins informativos ou frequentemente textos didáticos. [...] Por conseguinte, apresentando texto de fácil leitura e ricamente ilustrada, as cartilhas tornam-se instrumentos valiosos” (SILVA, 2018, p.15).

Figura 9 – Página de divisão de capítulo da Cartilha com questões norteadoras de seu conteúdo objetivo



Fonte: Elaborada pelo autor (2021)

E ao final de cada um dos tópicos, são identificadas as habilidades e competências (da disciplina de Matemática, relacionadas à BNCC e à nova estrutura curricular do NEM) desenvolvidas e sua relação/preparação para o mercado de trabalho, considerando seus temas/assuntos propensos ao enfrentamento da concorrência e o aumento de chances de empregabilidade, visando a promoção da aprendizagem significativa pretendida.

De acordo com Agra et al. (2019), o conceito da aprendizagem significativa de Ausubel pode ser explicado como um processo de aprendizagem: contínuo (considerando sua característica progressiva), pessoal (pois a individualidade do processo o toma como de

natureza idiossincrática), intencional (pois, compete aos sujeitos/alunos o estabelecimento de formas de relacionar as novas informações com as ideias relevantes pré-existentes em sua estrutura cognitiva), ativo (pois requer o protagonismo da atividade mental), dinâmico-recursivo (sem linearidade), de interação (de promoção de informações novas com conhecimentos prévios) e interativos (estabelecendo relações crítico-reflexivas entre os sujeitos envolvidos no contexto). Por isso, esse processo caracterizado vai gerar um produto provisório (ou um conhecimento particular) produzido em determinado contexto e temporalidade.

Neste contexto de concepção cognitiva, tem-se a conceituação de Aprendizagem Significativa enquanto preocupação em relação ao aprender a pensar e ao aprender a aprender em detrimento à obtenção de comportamentos observáveis; tem-se a responsabilização dos alunos pelo processo pessoal e individual de aprender, com a intenção de ajudá-los com a persistência cognitiva (DIAS; DIAS, 2018).

A cartilha se encerra com uma mensagem de encorajamento aos jovens concluintes do Ensino Médio acerca da garantia de empregabilidade e competitividade, mediante o seu preparo com a oferta desta cartilha (Figura 10).

Figura 10 – Página de encerramento da Cartilha com mensagens de encorajamento ao seu público-alvo



Nesta mensagem, deixa-se claro que a cartilha se faz instrumento de transmissão desse programa de capacitação complementar curricular com noções de Contabilidade amarradas às habilidades e competências matemáticas; mas, deixa claro a necessidade do seu protagonismo no processo de desenvolvimento das mesmas.

Moreira (2014) afirma que o protagonismo se faz condição e elemento principal para uma nova forma e visão do processo 'ensino e aprendizagem', cujo foco passa a ser dialógico, reconhecendo e tomando consciência da demanda dos sujeitos para a transformação desejada. Nessa perspectiva, é necessário pensar que os sujeitos aprendentes como educandos que possuem conhecimentos prévios, saberes e experiências. Este apontamento nos permite afirmar que cartilhas educacionais, fundamentadas no protagonismo, além de método para o desenvolvimento de habilidades e competências, figuram-se como forma de propagação da aprendizagem significativa.

## **7 A VALIDAÇÃO (DA CARTILHA) DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO COMPLEMENTAR CURRICULAR COM NOÇÕES DE CONTABILIDADE PARA JOVENS CONCLUINTE DO ENSINO MÉDIO**

Como já mencionado, a validação da cartilha aconteceu durante os meses de outubro-dezembro do ano de 2021, durante o período de estágio curricular obrigatório. Os resultados e discussão sobre a validação do programa de capacitação complementar curricular com noções de Contabilidade (ou seja, a aplicação da cartilha, enquanto produto tecnológico) se deu junto a 10 jovens concluintes do EM público da Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola de Três Pontas/MG, dos 45 alunos matriculados regularmente no 3º ano.

Em conversa com os mesmos, pode-se perceber que estes 10 alunos interessados em participar da propostas, representou o grupo de jovens concluintes que, por algum motivo, não mostraram interesse de ingresso imediato no ensino superior; mas, que, por seus motivos que na maioria das vezes foi de cunho social – como, por exemplo: não ter condições financeiras para custear a educação superior privada ou; para manutenção e alimentação em alguma cidade que ofertasse a educação superior pública, considerando a inexistência desta modalidade na cidade de Três Pontas; e ainda, que o ingresso no ensino superior seria um impedimento para a participação no orçamento familiar com a renda futura que pudesse agregar no mesmo e; desinteresse pelo ensino superior e necessidade de ingresso no mercado de trabalho para a independência financeira de seus familiares.

Os resultados organizados neste capítulo, qualitativamente, buscam: primeiramente, mostrar a efetividade da estrutura curricular complementar social para o EM e; o encontro/confronto do programa de capacitação complementar curricular (produto tecnológico aplicado) para o EM (dados empíricos) com a proposta (bibliográfica) curricular do NEM, não deixando de considerar identificação das habilidades e competências de Contabilidade adquiridas pelos do EM para o ingresso no mercado de trabalho e empregabilidade.

Portanto, inicialmente são mostrados os resultados dos dados coletados e produto aplicado e (subitens 7.1, 7.2 e 7.3) posteriormente, os mesmos são discutidos com a literatura que os sustentam e subsidiam (subitens 7.4 e 7.5).

### **7.1 Sondagem sobre as Noções de Contabilidade para o mercado de trabalho**

O momento de sondagem sobre as noções de Contabilidade para o enfrentamento do mercado de trabalho por parte dos jovens concluintes do EM da Escola Estadual Prefeito Jacy

Junqueira Gazola de Três Pontas/MG de deu mediante uma avaliação diagnóstica. Fez-se então, este um momento para apuração do que os jovens participantes já sabiam sobre os blocos de temas contábeis que constituem a cartilha.

Utilizando-se das estratégias combinadas de *brainstorming* e conversa digital – ou seja, de formas da aplicação e exploração de meios e condições favoráveis com vistas a atingir o objetivo de sondagem (MOREIRA, 2014) – visou-se a exposição inicial dos conteúdos da cartilha mediante a participação ativa (digital) dos jovens envolvidos.

Assim, por meio de tais estratégias pautadas no diálogo, os jovens foram mobilizados para que a coleta inicial de dados e interpretação de seus raciocínios críticos se efetivasse. Considera-se que esta primeira avaliação é a mais importante para saber, posteriormente, se a cartilha (ou seja, se o currículo complementar social para o EM, em relação ao preparo do jovem para o mercado de trabalho) será validado ou não (ou seja, promoverá realmente uma aprendizagem significativa para que os jovens desenvolvam habilidades e competências relacionadas às noções de Contabilidade, complementando também os conteúdos da grade curricular de Matemática). Para Agra et al. (2019), dos demais fatores capazes de influenciar a aprendizagem, a identificação do conhecimento prévio dos alunos é o que representa o ponto de partida para que suas habilidades e competências sejam exploradas e desenvolvidas.

Portanto, a identificação do que os jovens da escola pública em questão já sabiam sobre as noções de Contabilidade representaram sua totalidade enquanto cidadãos, destacando seus aspectos sociais e culturais e, ainda, uma abertura para que suas expectativas e necessidades fossem transparecidas.

Nesse primeiro momento, perante as estratégias de aprendizagem instauradas, notou-se nas conversas digitais promovidas e na tempestade de ideias lançadas, respostas e apontamentos vagos sobre todas as questões que nortearam a sondagem. Não puderam-se organizar consensos ou formar conceitos e definições exatas/ideias, a partir dos apontamentos dos jovens participantes da proposta. Identificou-se nessa carência de informações uma excelente oportunidade para que a cartilha fosse realmente validada, acreditando que a promoção de tais informações pudesse representar algo corroborativo para a formação dos jovens em relação a prepara-los para o mercado de trabalho visando a sonhada empregabilidade.

Nos encontros para a sondagem, as respostas ou ideias ou troca de informações que mais se aproximaram de competências ou habilidades já desenvolvidas foi no bloco de sondagem das questões sobre planejamento financeiro familiar. Acredita-se que isto se deva ao fato de que, sendo alunos de escola pública, são oriundos de uma classe mais baixa e, por isso, a questão da prática da economia doméstica é bem presente e se faça demanda em suas realidades.

Entretanto, nem por isso, as noções dos conteúdos a serem trabalhados na cartilha estruturada se fizeram presentes nas respostas ou troca de ideias.

Momento interessante, embora com respostas lacunadas, foi sobre o questionamento da expectativa que os jovens tinham em relação às contribuições do conteúdo a ser explorado na cartilha lhes trouxessem em relação ao preparo para o mercado de trabalho. Embora não soubessem responder claramente e de imediato sobre qual o diferencial que o aprendizado sobre ‘tributos, impostos, taxas e contribuições’, ‘departamento pessoal’ e sobre ‘planejamento financeiro familiar’ poderiam lhes trazer para o ingresso no mercado de trabalho e, nem tampouco sobre quais competências e habilidades estes aprendizados lhes proporcionariam, notou-se ansiedade e expectativa. Os jovens participantes estiveram certos de que a validação do produto (ou seja, a aplicabilidade da cartilha) de alguma forma lhes traria benefícios em relação ao preparo para a almejada empregabilidade.

## 7.2 Aplicabilidade da Cartilha de Noções de Contabilidade enquanto programa de capacitação complementar curricular para o Ensino Médio

A aplicabilidade da Cartilha de Noções de Contabilidade enquanto programa de capacitação complementar curricular para o EM se efetivou por meio da avaliação formativa. Por meio da cartilha pode-se acompanhar (durante os meses de outubro-dezembro de 2021) a progressão dos jovens participantes da proposta, ao mesmo passo que informações sobre o desempenho deles puderam ser transparecidas e construídas. O Quadro 4 sintetiza os objetos do conhecimento trabalhados em cada bloco sobre Noções de Contabilidade da Cartilha

Quadro 4 – Objetos do conhecimento do programa de capacitação complementar curricular – Noções de Contabilidade

<b>Tributos, impostos, taxas e contribuições</b>	<b>Departamento Pessoal</b>	<b>Planejamento Financeiro Familiar</b>
-Tributos (diretos e indiretos) -Impostos -Taxas -Contribuições (previdenciárias e não previdenciárias)	-Admissão de Funcionários (documentação) -Contrato de trabalho -Exames Médicos -Registro e atualização da carteira de trabalho -Jornada de trabalho -Horas-extra -Férias -Vale transporte -Dissídio coletivo -Demissões e Afastamentos	-Receitas -Despesas (fixas, variáveis, anuais, eventuais) -Orçamento -Controle Financeiro -Prática de Economia -Poupança -Empréstimos

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Os objetivos de aprendizagem trabalhados em cada bloco do programa de capacitação complementar curricular sobre Noções de Contabilidade são estruturados no Quadro 5.

Quadro 5 – Objetivos de aprendizagem do programa de capacitação complementar curricular – Noções de Contabilidade

<b>Tributos, impostos, taxas e contribuições</b>	<b>Departamento Pessoal</b>	<b>Planejamento Financeiro Familiar</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Compreender o significado de tributos e seus tipos;</li> <li>-Compreender o significado dos impostos e sua finalidade/aplicabilidade;</li> <li>-Compreender o significado das taxas, seus tipos e suas finalidades;</li> <li>-Compreender a importância das contribuições e conhecer os suas tipologias (previdenciárias e não previdenciárias).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Compreender como funciona o processo de admissão de funcionários em uma empresa, bem como conhecer sobre a documentação demandada para tal processo;</li> <li>-Conceituar contrato de trabalho e identificar os deveres e direitos básicos dos envolvidos nesta relação (empregados e empregadores);</li> <li>-Conhecer os exames médicos demandados nas relações de trabalho e identificar a função de cada um deles;</li> <li>-Compreender sobre a importância do registro e da atualização da carteira de trabalho;</li> <li>-Identificar como é composta a jornada de trabalho;</li> <li>-Compreender o direito às horas-extra e como elas podem ser compensadas;</li> <li>-Compreender o direito às férias e como elas podem ser gozadas;</li> <li>-Compreender o direito ao vale transporte;</li> <li>-Entender como funciona o dissídio coletivo;</li> <li>-Compreender os processos de demissões e afastamentos e os direitos dos empregados e deveres dos empregadores envolvidos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Compreender o que são receitas dentro do ambiente familiar e como a receita da família se compõe;</li> <li>-Compreender o que são despesas dentro do ambiente familiar, identificar quais as despesas da família e classificá-las em suas tipologias (fixas, variáveis, anuais, eventuais)</li> <li>-Compreender a importância do orçamento doméstico e como ele pode ser (mensalmente) estruturado;</li> <li>-Compreender a importância do controle financeiro para o planejamento financeiro familiar e para a preservação da saúde financeira da família e no controle do orçamento doméstico;</li> <li>-Reconhecer a necessidade da prática de economia doméstica, as formas de sua execução para prevenção de endividamento e constituição de poupança;</li> <li>-Reconhecer a poupança como uma ferramenta para negociações, segurança financeira da família e prevenção de endividamentos;</li> <li>-Compreender as armadilhas do consumo como prevenção de realização de empréstimos e consequente endividamento familiar.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A identificação dos objetivos de aprendizagem de um dos objetos de estudos estruturados para os blocos de Noções de Contabilidade facilitaram para, posteriormente, delineamento das habilidades e competências a serem adquiridas e desenvolvidas junto aos

jovens, no que tange a disciplina de Matemática e no que tange a pretensão ao mercado de trabalho.

Para este momento, as estratégias de aprendizagem utilizadas foram: fóruns e ensino com pesquisas. Encontrou-se nestas estratégias uma forma ativa de desenvolvimento da aprendizagem, procurando preconizar a participação dos jovens, dirigindo os assuntos e conteúdos presente na cartilha. Praticou-se neste momento o que Moran (2018) recomenda: a mediação da aprendizagem e um processo de colaboração mútua.

Os fóruns se efetivaram perante a mobilização de interpretações, comparações e análises com argumentações e explicações (MOREIRA, 2014) – principalmente quando os jovens foram questionados sobre qual o diferencial que o aprendizado sobre os conteúdos da cartilha podem lhe trazer para o ingresso no mercado de trabalho. E, ainda, sobre quais competências e habilidades este aprendizado lhe proporciona/proporcionaria (para o ingresso no mercado de trabalho).

De acordo com Moran (2018), a disposição para a aprendizagem deve-se à capacidade de relacionar novos conteúdos com conhecimentos prévios – o que permite o desenvolvimento da estrutura cognitiva, com a aquisição de novos significados. Assim, os fóruns puderam ser enriquecidos com um direcionamento de pesquisas relacionadas, dando-lhes o caminho do protagonismo do desenvolvimento.

O ensino com pesquisa se efetivou pelo compartilhamento de *hiperlinks* sugestivos de buscas de aprimoramento de conhecimento e enriquecimento de informações já disponíveis e demais curiosidades a serem sanadas.

A aplicabilidade da cartilha se deu em encontros semanais nos meses de outubro e novembro de 2021. Pode-se afirmar que se deu com êxito, considerando a participação ativa e o interesse dos jovens participantes, confirmadas pela extensão do tempo programado para os encontros. Inicialmente, a proposta era de uma hora por encontro; contudo, nenhum dos encontros se deu em um tempo menor do que uma hora e quarenta minutos, considerando a necessidade de exposição dialógica sobre os conteúdos, com muita troca de ideias, informações, exemplificações e simulações do todo abordado.

Este foi também o momento para se avaliar a efetividade do formato, estrutura e conteúdo da cartilha. Constitui-se um momento para pré-testagem do produto tecnológico a ser entregue como parte dos requisitos para a conclusão do curso profissional de mestrado em Gestão, Planejamento e Ensino. Quando questionado aos alunos sobre o formato, estrutura e conteúdo da cartilha, as avaliações verbalizadas foram positivas, confirmando a percepção de

sua autoria mediante comprovação de participação e interesse dos alunos durante os encontros programados.

### **7.3 Identificação das habilidades e competências de Contabilidade adquiridas pelos do Ensino Médio para o ingresso no mercado de trabalho e empregabilidade**

A identificação das habilidades e competências de Contabilidade adquiridas pelos alunos do EM para o ingresso no mercado de trabalho e empregabilidade se efetivou com a proposta de uma avaliação somativa, visando a verificação da aprendizagem significativa, a partir dos conteúdos da cartilha trabalhados.

Para este momento, apostou-se na combinação das seguintes estratégias de ensino: resolução de problemas e estudos de casos dirigidos. Estas estratégias pautam-se no desenvolvimento de pensamentos crítico-reflexivos, a partir da interpretação de dados fornecidos (MOREIRA, 2014).

Desta forma, a partir dos conteúdos explorados sobre tributos, impostos, taxas e contribuições, departamento pessoal e planejamento financeiro familiar, pode-se afirmar competências específicas de Matemática foram desenvolvidas:

#### **Competências específicas de Matemática e suas Tecnologias para o Ensino Médio:**

- 1 Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos [...]
- 2 Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis [...]
- 3 Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos [...]
- 4 Compreender e utilizar, com flexibilidade e precisão, diferentes registros de representação matemáticos [...] (BRASIL, 2018, p. 531).

Em todas as 4 competências específicas destacadas foram desenvolvidas as 4 competências básicas essenciais ao letramento matemático, sendo elas: raciocinar; representar; comunicar e argumentar – como preconizado pela BNCC (BRASIL, 2018).

E, para cada uma das competências destacadas, pode-se afirmar as seguintes habilidades desenvolvidas com a prática dos conteúdos do currículo complementar social de Contabilidade, relacionando-o aos conteúdos matemáticos:

- 1 Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos [...]

EM13MAT101 – Interpretar situações econômicas, sociais [...]  
 EM13MAT102 – Analisar gráficos; apresentar relatórios [...]  
 EM13MAT104 – Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica [...]  
 2 Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis [...]  
 EM13MAT201 – Propor ações comunitárias, como as voltadas aos locais de moradia dos estudantes [...]  
 EM13MAT203 – Planejar e executar ações envolvendo a criação planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, dentre outros, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões [...]  
 3 Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos [...]  
 EM13MAT303 - Planejar e executar ações envolvendo a criação e a utilização de aplicativos, jogos (digitais ou não), planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, dentre outros, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões [...]  
 4 Compreender e utilizar, com flexibilidade e precisão, diferentes registros de representação matemáticos [...]  
 EM13MAT405 – Reconhecer funções definidas por uma ou mais sentenças (como a tabela do Imposto de Renda, contas de luz, água, gás etc.), em suas representações algébrica e gráfica [...]  
 EM13MAT409 – Interpretar e comparar conjuntos de dados estatísticos por meio de diferentes diagramas e gráficos [...] (BRASIL, 2018, p.525-530).

De acordo com Costa, Ericeira e Nunes (2021), as competências da base, a serem desenvolvidas pelos jovens do EM, representam um conjunto de atitudes, valores, conhecimentos e, acima de tudo habilidades, que os permitem a busca e a promoção do desenvolvimento em todas as suas dimensões em conjunto – dimensão física, dimensão social, dimensão cultural e dimensão emocional.

Pelo conjunto de dimensões é que se afirmam que a base vem servir, ao determinar suas competências e habilidades, como uma referência para o desenvolvimento de práticas sociais – o que de fato percebe-se no currículo complementar social implantado com noções de Contabilidade para o mercado de trabalho, considerando todas as habilidades elencadas nos Quadros 6 (que segue), a partir de suas competências identificadas.

Percebe-se que as competências e habilidades matemáticas da BNCC identificadas e elencadas no mesmo, considerando o conteúdo encartilhado de Contabilidade, concretiza as preocupações com o processo de ensino e aprendizagem articulado, no qual os conhecimentos matemáticos desenvolvidos, associados aos conteúdos de Contabilidade, inserem os jovens concluintes do EM no mundo atual (e, por consequência, no mundo do trabalho e em um mercado em acirrada competitividade quando o assunto é empregabilidade). As habilidades elencadas levam esses jovens ao raciocínio, à representação, a comunicação e à argumentação.

Quadro 6 – Competências e habilidades da BNCC desenvolvidas com a aplicabilidade da Cartilha de Noções de Contabilidade (programa de capacitação complementar curricular) para o mercado de trabalho

<b>Competência 1 – Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos [...]</b>		
EM13MAT101 – Interpretar situações econômicas, sociais [...]		
<b>Tributos, impostos, taxas e contribuições</b>	<b>Departamento Pessoal</b>	<b>Planejamento Financeiro Familiar</b>
-Interpretar a condição da arrecadação de impostos para o funcionamento da máquina pública; -Reconhecer a necessidade de contribuições previdenciárias para garantia legal de benefícios aos contribuintes;	-Compreender o funcionamento dos processos de admissão e de demissão; -Compreender o direito do trabalho, com base na legislação que o regula (CLT); -Compreender como são realizados cálculos de jornadas de trabalho, férias, pagamentos de horas-extras e compensação das mesmas.	-Compreender a relação da baixa renda familiar e a necessidade de promoção de economia doméstica; -Compreender a conjuntura econômica do país e a necessidade de planejamento financeiro familiar; -Compreender a relação da baixa renda familiar e a inexistência de poupanças; -Compreender a relação da baixa renda familiar e a existência de endividamentos.
EM13MAT104 – Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica [...]		
<b>Tributos, impostos, taxas e contribuições</b>	<b>Departamento Pessoal</b>	<b>Planejamento Financeiro Familiar</b>
-Calcular tributos, impostos, taxas e contribuições a partir dos índices determinados;	-Calcular férias e valores a serem recebidos com o evento; -Calcular pagamentos de horas-extras; -Calcular compensação de horas, a partir de um banco de horas constituído.	-Calcular receitas e despesas, para verificação da positividade ou negatividade do orçamento familiar.
EM13MAT102 – Analisar gráficos ou documentos; apresentar relatórios [...]		
<b>Tributos, impostos, taxas e contribuições</b>	<b>Departamento Pessoal</b>	<b>Planejamento Financeiro Familiar</b>
-Analisar guias de tributos, impostos, taxas e contribuições e verificar a sua veracidade a partir dos cálculos realizados.	-Analisar contracheques para verificar se recolhimentos e pagamentos estão corretos. -Analisar informativos de valores de acertos demissionais.	-Analisar extratos bancários (entradas e saídas) para correta interpretação da saúde financeira familiar;
<b>Competência 2 – Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis [...]</b>		
EM13MAT201 – Propor ações comunitárias, como as voltadas aos locais de moradia dos estudantes [...]		
<b>Tributos, impostos, taxas e contribuições</b>	<b>Departamento Pessoal</b>	<b>Planejamento Financeiro Familiar</b>
-Propor ações de conscientização sobre a importância do recolhimento dos tributos, impostos e taxas mediante conhecimento suas finalidades e objetivos.	-Tentar programar o período de férias ou a utilização do banco de horas de todos os familiares para uma época específica para a promoção de um passeio ou uma viagem familiar.	-Propor a adoção de orçamento familiar e planejamento familiar; -Propor ações planejadas para redução de gastos e promoção de economia doméstica;

EM13MAT203 – Planejar e executar ações envolvendo a criação planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões [...]		
<b>Tributos, impostos, taxas e contribuições</b>	<b>Departamento Pessoal</b>	<b>Planejamento Financeiro Familiar</b>
-Propor a criação de uma tabela listando todos os tributos, impostos, taxas e contribuições realizadas no âmbito doméstico que impactam o seu orçamento.	-Criar uma planilha para mapeamento das férias dos membros da família ou de seus bancos de hora para a programação de um passeio/uma viagem familiar.	-Criar planilhas com receitas e gastos familiares; -Criar planilhas, a partir de grupos de despesas específicos;
<b>Competência 3 – Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos [...]</b>		
EM13MAT303 - Planejar e executar ações envolvendo a criação e a utilização de aplicativos, jogos (digitais ou não), planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, dentre outros, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões [...]		
<b>Tributos, impostos, taxas e contribuições</b>	<b>Departamento Pessoal</b>	<b>Planejamento Financeiro Familiar</b>
-Propor a criação de uma tabela eletrônica listando todos os tributos, impostos, taxas e contribuições realizadas no âmbito doméstico que impactam o seu orçamento.	-Criar uma planilha eletrônica para mapeamento das férias dos membros da família ou de seus bancos de hora para a programação de um passeio/uma viagem familiar.	-Criar planilhas eletrônicas com receitas e gastos familiares; -Criar planilhas eletrônicas, a partir de grupos de despesas específicos;
<b>Competência 4 – Compreender e utilizar, com flexibilidade e precisão, diferentes registros de representação matemáticos [...]</b>		
EM13MAT405 – Reconhecer funções definidas por uma ou mais sentenças (como a tabela do Imposto de Renda, contas de luz, água, gás etc.), em suas representações algébrica e gráfica [...]		
<b>Tributos, impostos, taxas e contribuições</b>	<b>Departamento Pessoal</b>	<b>Planejamento Financeiro Familiar</b>
-Reconhecer as sentenças determinantes para o cálculo de tributos, impostos, taxas e contribuições	-Reconhecer as sentenças determinantes para o cálculo de férias, horas extras, banco de horas e acertos demissionais.	-Reconhecer as sentenças determinantes para o cálculo de juros providos do descontrole do orçamento doméstico.
EM13MAT409 – Interpretar e comparar conjuntos de dados estatísticos por meio de diferentes diagramas e gráficos [...]		
<b>Tributos, impostos, taxas e contribuições</b>	<b>Departamento Pessoal</b>	<b>Planejamento Financeiro Familiar</b>
-Analisar guias de tributos, impostos, taxas e contribuições e verificar a sua veracidade a partir dos cálculos realizados. -Analisar a evolução gráfica (históricos mensais) de tributos, taxas, impostos e contribuições pagas durante o ano.	-Analisar contracheques para verificar se recolhimentos e pagamentos estão corretos. -Analisar informativos de valores de acertos demissionais. -Analisar a evolução gráfica (históricos mensais) de horas extras, banco de horas e suas respectivas compensações ou pagamentos.	-Analisar extratos bancários (entradas e saídas) para correta interpretação da saúde financeira familiar; -Analisar a evolução gráfica (históricos mensais) da saúde financeira familiar.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Costa, Ericeira e Nunes (2021) asseguram que, a partir da BNCC do EM, as competências específicas de Matemática, desenvolvidas por meio de habilidades exercitadas,

dão embasamento para que os jovens adolescentes resolvam problemas ao longo de suas vidas e, por isso se figuram-se como muito significativas. Ainda, segundo os mesmos autores, a base recomenda que problemas cotidianos façam parte do aprendizado e os conhecimentos adquiridos (que no caso as competências formadas e as habilidades desenvolvidas) passam a ser aplicados naturalmente junto às questões da comunidade, se estendendo ao mundo do trabalho.

Afirma-se então que as noções de tributos, impostos, taxas e contribuições, de departamento pessoal e de planejamento financeiro familiar foram significativas para os jovens 10 jovens do EM da Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola de Três Pontas/MG. Estes poder-se-ão, em busca de um lugar no mercado de trabalho, se encontrarem mais bem preparados, considerando o desenvolvimento de suas competências e habilidades relacionadas e a ampliação das formulações matemáticas que os conteúdos proporcionaram. Estes jovens são capazes, agora, de aplicar conceitos e executar procedimentos, de apresentar soluções ao mercado de trabalho, por meio de argumentações consistentes.

#### **7.4 Discussões sobre a efetividade do programa de capacitação complementar curricular para o Ensino Médio**

As discussões sobre a efetividade do programa de capacitação complementar curricular para o EM se efetivaram por meio de uma avaliação comparativa. Após a cartilha ter sido validada e as competências e habilidades identificadas e desenvolvidas, o teste para sondagem para sondagem de conhecimentos prévios dos jovens do EM acerca de noções da Contabilidade foi reaplicado.

Esta avaliação comparativa buscou, principalmente, saber se a partir das competências e habilidades desenvolvidas, se os jovens 10 jovens do EM da Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola de Três Pontas/MG saberiam responder às questões 6, 12 e 18, que se ocuparam respectivamente de saber: qual o diferencial que o aprendizado sobre ‘tributos, impostos, taxas e contribuições’, sobre ‘departamento pessoal’ e sobre ‘planejamento financeiro familiar’ puderam lhes trazer/lhes proporcionaram para o ingresso no mercado de trabalho?

Para esta etapa, reutilizou-se a estratégia de conversa digital associada a um fórum temático. Apurou-se que todos os jovens afirmaram estarem seguros e se sentirem mais bem preparados para uma realidade futura, que era a tentativa de engajamento no mercado de

trabalho e rápida empregabilidade no município de Três Pontas/MG, considerando toda a sua conjuntura econômica de trabalho e renda já mapeada.

Assim, em conversa com os jovens, mediando as suas respostas, foi possível formular em conjunto as competências/habilidades que o do programa de capacitação complementar curricular de Noções de Contabilidade lhes proporcionou:

1. Os jovens concluintes do EM público de Três Pontas/MG, além dos conhecimentos teóricos sobre tributos, impostos, taxas e contribuição, também farão apurações dos mesmos, que os capacitarão para ingressarem na área fiscal das empresas locais;
2. Por meio da teoria sobre a rotina de um departamento pessoal, os jovens concluintes do EM público de Três Pontas/MG, poderão exercitar procedimentos práticos e, ainda, compreender a legislação específica, que os capacitarão para ingressarem na área de Recursos Humanos e Departamento Pessoal das empresas locais;
3. Em um cenário onde a maioria das famílias dos jovens concluintes do EM público de Três Pontas/MG são da classe social menos favorecida, vivenciando um orçamento familiar justo e/ou negativo, com a teoria sobre planejamento financeiro familiar, tais jovens compreenderão receita, despesa, custo, investimento e economia, e se capacitarão para ingressarem nas áreas de gestão, comercial e contábil de empresas locais.

Além disso, a efetividade do programa de capacitação complementar curricular com Noções de Contabilidade para o EM pode ser positivada, mediante uma coleta de informações com os mesmos 10 jovens, em fevereiro de 2022, quando 6 deles confirmaram o ingresso no mercado de trabalho em Três Pontas/MG, sendo 4 na área comercial (lojas da cidade), 1 na área de departamento pessoal (em um escritório de prestação de serviços para a cultura de café) e 1 na área contábil (em um escritório de Contabilidade). Foi neste momento que se afirmou a aprendizagem significativa sobre as noções de Contabilidade visando o preparo de jovens para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, para a efetividade da empregabilidade.

De acordo com Moreira (2011), a aprendizagem significativa atrela-se tanto da disponibilidade do conhecimento disponível aos alunos, quanto no modo de como os alunos possam incorporar tal conhecimento disponível às suas estruturas individualizadas. Considerando este apontamento, pode-se afirmar que disponibilizar aos jovens concluintes do EM cartilhas com noções de Contabilidade foi permissivo ao processo centrado em suas necessidades, regulando seus conhecimentos direcionados ao mercado de trabalho. Assim, as noções de Contabilidade sistematizadas se resumiram em novos conhecimentos, visando um produto final potencial do processo, que seria a empregabilidade.

### 7.5 O encontro/confronto do programa de capacitação complementar curricular (produto tecnológico) para o Ensino Médio (dados empíricos) com a proposta (bibliográfica) curricular do Novo Ensino Médio

Retomando o objetivo geral desta dissertação – que se resumiu em colocar sob suspeita que o currículo atual do EM público não encontra-se estruturado para promover desenvolvimento de habilidades e competências necessárias aos jovens concluintes desta etapa da educação básica que se interessam pelo ingresso no mercado de trabalho, dificultando a empregabilidade – pode-se afirmar que os altos índices de evasão do EM, a baixa qualidade mostrada pelo IDEB (4,8) e o baixo percentil de aprendizado adequado do SAEB (46% na disciplina de Português e 12% na disciplina de Matemática) para a Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola, por si só já seriam comprobatórios para se afirmar a falta de estrutura deste currículo, colocando-o sob suspeita.

A proposta da reestruturação e o planejamento do NEM surgiu, justamente, da necessidade de tornar esta etapa da educação básica mais atraente e relacionada com as realidades dos jovens matriculados, promovendo aprendizagem significativa e, ainda, corroborando para a minimização dos índices de evasão escolar (MINAS GERAIS, 2021a).

Um breve comparativo do currículo do EM com a proposta curricular do NEM (com base na Portaria 521/21) estrutura-se no Quadro 7.

Quadro 7 – Comparativo do currículo do EM com a proposta curricular do NEM (com base na Portaria 521/21)

<b>Ensino Médio</b>	<b>Novo Ensino Médio</b>
BNCC engessada: Conjunto de disciplinas pré-estabelecidas, do repasse do conhecimento pronto aos alunos.	BNCC Novo formato: Permissão para que os jovens possam escolher seus caminhos em relação às áreas específicas e formação técnica e profissional.
Carga Horária Anual: -Formação Básica Geral: 2.500h	Carga Horária Anual: -Formação Básica Geral: 1.800h -Itinerários Formativos: 1.200h  <i>* Para essa ampliação, especialmente na rede estadual de ensino mineira, será criado o sexto horário ou, em casos excepcionais, um contraturno (MINAS GERAIS, 2022).</i>
Componente Curricular Estático	Interdisciplinaridade
Formação Geral Básica com foco na Universidade	Formação Geral Básica forma para vida e os itinerários tem foco Universidade e/ ou no mundo do trabalho

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Brasil (2021) e Minas Gerais (2022).

Melo, Bezerra e Pinto (2021), ponderam que esta reestruturação foi embasada na necessidade de se pensar o protagonismo e a autonomia dos jovens do EM, pois a sociedade atual caracteriza-se como em constantes transformações, motivadas pelo crescimento e celeridade tecnológica, vindo a impor aos alunos o posicionamento de ator digital (e não mais de espectador).

De acordo com o Currículo Referência de Minas Gerais, em relação ao Novo Ensino Médio (MINAS GERAIS, 2022), adotou ‘A Preparação para o Mundo do Trabalho’ como parte de seus itinerários formativos e, este se relaciona às ações que possam promover introdução dos jovens ao mercado de trabalho (Figura 11) – e, por isso, entende-se que o programa de capacitação complementar curricular proposto pelo produto tecnológico desenvolvido esteja em convergência com a proposta do NEM.

Figura 11 – Articulação das eletivas com o itinerário formativo



Fonte: Minas Gerais (2021a, p.5)

A proposta de preparação para o mundo do trabalho no NEM encontra-se estruturada em princípios garantidores da formação integral dos jovens e em competências que os capacitem para o mercado de trabalho, tais como conhecimentos, atitude e valores que se integrados, podem promover habilidades aos mesmos, para enfrentamento dos desafios mundanos e dos desafios do trabalho (MINAS GERAIS, 2021b).

De acordo com Melo, Bezerra e Pinto (2021), a alteração de áreas de conhecimento que instrumentalizem técnica e profissionalmente os jovens do EM, vai permitir a consolidação do almejado protagonismo, sendo esta concretizada pela construção dos projetos de vida. Entretanto, os mesmos autores recomendam que esta construção e a busca pelo protagonismo

juvenil, em meio a tantas desigualdades sociais e culturais, devem estar dissociadas de práticas pedagógicas retrógradas.

Para tanto, os objetos do conhecimento do NEM, especialmente do itinerário formativo ‘Preparação para o Mundo do Trabalho’ (considerando seu tópico ‘Introdução ao Mundo do Trabalho’) que mais se relacionam com os objetos do conhecimento estruturados no programa de capacitação complementar curricular (Cartilha de Noções de Contabilidade enquanto produto tecnológico) são: Trabalho, emprego e renda: conceitos estruturais; O trabalho como dimensão humana; O trabalho, o bem viver e o bem comum – conforme o Quadro 8.

Quadro 8 – Objetos do Conhecimento do itinerário formativo Preparação par o Mundo do Trabalho X Objetos do Conhecimento do programa de capacitação complementar curricular (Noções de Contabilidade)

<b>Objetos do Conhecimento do itinerário formativo Preparação par o Mundo do Trabalho</b>	<b>Objetos do Conhecimento do programa de capacitação complementar curricular (Noções de Contabilidade)</b>
-Trabalho, emprego e renda: conceitos estruturais -O trabalho como dimensão humana -O trabalho, o bem viver e o bem comum	-Tributos, impostos, taxas e contribuições -Departamento Pessoal -Planejamento Financeiro Familiar

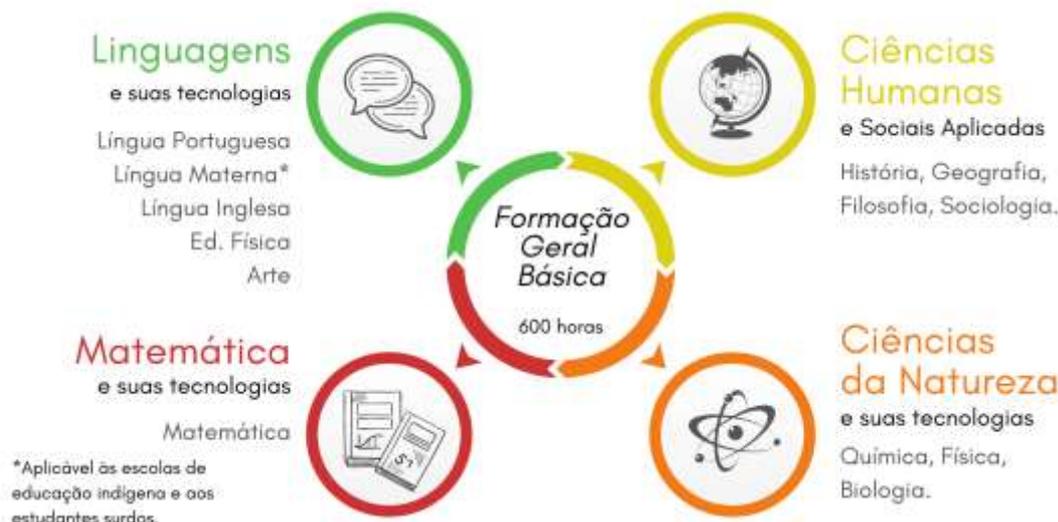
Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Comparando os objetos do conhecimento (e os conteúdos os constituem), percebem-se características comuns: a superação da fragmentação do saber e uma visão positivista, pois tais objetos estão em busca de desenvolvimento conhecimentos que possam contribuir para a formação e para a preparação dos jovens do EM para o mundo do trabalho (independente se continuarão os estudos em nível superior ou não). Percebe-se no programa de capacitação complementar curricular sobre noções de Contabilidade conhecimentos que se enquadram perfeitamente no itinerário formativo ‘Preparação para o Mundo do Trabalho’.

Em relação às disciplinas eletivas, consideramos para a dissertação a estrutura do Currículo Referência de Minas Gerais Novo Ensino Médio (MINAS GERAIS, 2021; 2022), na justificativa de efeitos comparativos dos resultados deste estudo realizado, pela Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola estar inserida no município mineiro de Três Pontas/MG.

Assim, Em relação às disciplinas eletivas a reestruturação das disciplinas pela rede estadual mineira de ensino, partiu-se nos temas contemporâneos transversais. Por exemplo, a disciplina de Matemática (agora denominada como Matemática e suas Tecnologias) (Figura 12) traz como propostas a Educação Financeira e a Educação Fiscal (Figura 13) – e, por isso, entende-se que o programa de capacitação complementar curricular proposto pelo produto tecnológico desenvolvido esteja em convergência com a proposta do NEM.

Figura 12 – Formação geral básica no Novo Ensino Médio



Fonte: Minas Gerais (2021c, p.9)

Figura 13 – Estrutura curricular da disciplina de Matemática e suas Tecnologias

#### MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS - MAT

COMPONENTE CURRICULAR	Ementa	Página
Desenho geométrico	01 MAT	34
Educação financeira	02 MAT	36
Educação fiscal	03 MAT	38
Matemática e artes visuais	04 MAT	40
Preparação para o ENEM – Matemática	05 MAT	42
Raciocínio lógico	06 MAT	44

Fonte: Minas Gerais (2021a, p.7)

De modo geral, no Currículo Referência de Minas Gerais, em relação ao Novo Ensino Médio (MINAS GERAIS, 2021a), tanto as habilidades dos itinerários formativos, quanto as habilidades da disciplina eletiva de Matemática e suas Tecnologias, formulam-se a partir de habilidades relacionadas ao pensar e fazer científico que são: identificar; selecionar; processar; analisar dados, fatos e evidências com atenção, curiosidade e criticidade, inclusive utilizando o apoio de novas tecnologias.

Em relação à proposta de Educação Financeira no NEM, este componente curricular trouxe o seguinte texto em sua ementa (Figura 14):

Figura 14 – Ementa do componente curricular Educação Financeira da disciplina de Matemática e suas Tecnologias do NEM

## ELETIVA - 02 MAT

### Educação financeira

#### Ementa

Entendimento da Educação Financeira como um processo de compreensão de conceitos financeiros. Estudo de como o planejamento, o orçamento, o trabalho e a renda contribuem para o equilíbrio da vida financeira. Discussão de como o consumo consciente e a poupança são relacionados à prática financeira responsável. O protagonismo do jovem na tomada de decisão sobre sua vida financeira de forma autônoma. A educação financeira e sua contribuição no exercício da cidadania. As variáveis financeiras e seus impactos no cotidiano da vida das pessoas.

Fonte: Minas Gerais (2021a, p.36)

Os objetos e os objetivos de aprendizagem deste componente curricular estão em consonância com os objetos e objetivos de aprendizagem propostos pelo programa de capacitação complementar curricular com Noções de Contabilidade para o mercado de trabalho – conforme Quadro 9.

Quadro 9 – Objetos e Objetivos de aprendizagem

<b>Componente Curricular ‘Educação Financeira’ da disciplina de Matemática e suas Tecnologias do NEM</b>	<b>Programa de capacitação complementar curricular com Noções de Contabilidade para o mercado de trabalho ‘Educação Financeira Familiar’</b>
<b>Objetos de Aprendizagem</b> (MINAS GERAIS, 2021a, p.36)	<b>Objetos de Aprendizagem</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Planejamento (curto, médio e longo prazos)</li> <li>-Orçamento (planilha)</li> <li>-Despesas e receitas (fixas e variáveis)</li> <li>-Empréstimo e financiamento</li> <li>-Consumo consciente</li> <li>-Juros</li> <li>-Poupança</li> <li>-Investimento</li> <li>-Economia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Receitas</li> <li>-Despesas (fixas, variáveis, anuais, eventuais)</li> <li>-Orçamento</li> <li>-Controle Financeiro</li> <li>-Prática de Economia</li> <li>-Poupança</li> <li>-Empréstimos</li> </ul>
<b>Objetivos de Aprendizagem</b> (MINAS GERAIS, 2021a, p.36)	<b>Objetivos de Aprendizagem</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Compreender a educação financeira como estratégia para a realização dos sonhos individuais e coletivos;</li> <li>-Utilizar práticas favoráveis ao equilíbrio do consumo e da poupança;</li> <li>-Compreender a importância do planejamento de curto, médio, longo prazos e do orçamento, visando à realização de objetivos.</li> <li>-Utilizar os conceitos matemáticos aplicados à vida financeira.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Compreender o que são receitas dentro do ambiente familiar e como a receita da família se compõe;</li> <li>-Compreender o que são despesas dentro do ambiente familiar, identificar quais as despesas da família e classificá-las em suas tipologias (fixas, variáveis, anuais, eventuais)</li> <li>-Compreender a importância do orçamento doméstico e como ele pode ser (mensalmente) estruturado;</li> </ul>

<p>-Refletir sobre a questão da globalização econômica, as desigualdades sociais e a exclusão como problemas de má distribuição de renda.</p>	<p>-Compreender a importância do controle financeiro para o planejamento financeiro familiar e para a preservação da saúde financeira da família e no controle do orçamento doméstico;          -Reconhecer a necessidade da prática de economia doméstica, as formas de sua execução para prevenção de endividamento e constituição de poupança;          -Reconhecer a poupança como uma ferramenta para negociações, segurança financeira da família e prevenção de endividamentos;          -Compreender as armadilhas do consumo como prevenção de realização de empréstimos e consequente endividamento familiar.</p>
---	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A partir do quadro percebe-se que os objetos e objetivos estão voltados para a realidade financeira das famílias nos dias de hoje, com propostas de formação de consumo consciente, da necessidade de planejamento de gastos e constituição de uma poupança. Percebe-se informações e circulação de conhecimentos que possam dar aos jovens além de capacidade para empregabilidade, um protagonismo financeiro e um exercício em relação à sua cidadania.

Percebe-se então equivalência do componente curricular ‘Educação Financeira’ da disciplina de ‘Matemática e suas Tecnologias’ do NEM com o bloco de estudos de ‘Planejamento Financeiro Familiar’ proposto pelo programa de capacitação complementar curricular (cartilha) de Noções Básicas de Contabilidade para o Mercado de Trabalho, o que vem qualificar o mesmo, considerando que esteja dentro da proposta da reforma curricular desta etapa de ensino, que vigora obrigatoriamente a partir deste ano de 2022.

Em relação à proposta de Educação Fiscal no NEM, este componente curricular trouxe o seguinte texto em sua ementa (Figura 15):

Figura 15 – Ementa do componente curricular Educação Fiscal da disciplina de Matemática e suas Tecnologias do NEM

## ELETIVA - 03 MAT

### Educação fiscal

#### Ementa

Análise sobre os direitos e deveres fiscais do cidadão. Compreensão da função socioeconômica dos tributos enquanto viabilizadores e financiadores de políticas públicas. Discussões sobre os temas que perpassam os conteúdos da Educação Fiscal, abordando o contexto histórico, social e econômico. Estudo da incidência de tributos no cotidiano, fomentando a compreensão da realidade e formação dos cidadãos atuantes no meio em que vivem, entendendo e assumindo uma postura participativa, crítica e consciente em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

Fonte: Minas Gerais (2021a, p.38)

Os objetos e os objetivos de aprendizagem deste componente curricular estão em consonância com os objetos e objetivos de aprendizagem propostos pelo programa de capacitação complementar curricular com Noções de Contabilidade para o mercado de trabalho – conforme Quadro 10.

Quadro 10 – Objetos e Objetivos de aprendizagem

<b>Componente Curricular ‘Educação Fiscal’ da disciplina de Matemática e suas Tecnologias do NEM</b>	<b>programa de capacitação complementar curricular com Noções de Contabilidade para o mercado de trabalho ‘Tributos, Impostos, Taxas e Contribuições’</b>
<b>Objetos de Aprendizagem</b> (MINAS GERAIS, 2021a, p.38)	<b>Objetos de Aprendizagem</b>
-Educação Fiscal no contexto social -Relações estado-sociedade -Função social dos tributos -Gestão democrática dos recursos públicos	-Tributos (diretos e indiretos) -Impostos -Taxas -Contribuições (previdenciárias e não previdenciárias)
<b>Objetivos de Aprendizagem</b> (MINAS GERAIS, 2021a, p.38)	<b>Objetivos de Aprendizagem</b>
-Compreender a função social do tributo e sua relação direta com a implementação de políticas públicas. -Associar os tributos aos direitos e deveres fiscais dos cidadãos. -Compreender e reconhecer os mecanismos de controle social disponíveis aos cidadãos e a correta alocação dos recursos públicos. -Estudar e entender a estrutura e o funcionamento de uma administração pública pautada por princípios éticos, com foco nas estratégias e meios para o exercício do controle democrático. -Selecionar e propor formas de acompanhamento das ações governamentais: recolhimento, administração e aplicação dos recursos públicos. -Avaliar a indicação dos tributos nos documentos fiscais.	-Compreender o significado de tributos e seus tipos; -Compreender o significado dos impostos e sua finalidade/aplicabilidade; -Compreender o significado das taxas, seus tipos e suas finalidades; -Compreender a importância das contribuições e conhecer os suas tipologias (previdenciárias e não previdenciárias).

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A partir do quadro percebe-se que os objetos e objetivos estão voltados para a realidade da sociedade e dos cidadãos que nela vivem nos dias de hoje. Vincula-se nestes conteúdos noções sobre direitos e deveres e sobre o funcionamento do Estado. Conhecimentos esses essenciais para empregabilidade no mercado de trabalho e para a formação cidadã, considerando que o Brasil seja o país mais comprometido e com grandes cargas tributárias, numa sociedade que ainda não é tão justa como deveria ser e nem tampouco igualitária.

Percebe-se então equivalência do componente curricular ‘Educação Fiscal’ da disciplina de ‘Matemática e suas Tecnologias’ do NEM com o bloco de estudos de ‘Tributos, impostos,

taxas e contribuições' proposto pelo programa de capacitação complementar curricular (cartilha) de Noções Básicas de Contabilidade para o Mercado de Trabalho, o que vem qualificar o mesmo, considerando que esteja dentro da proposta da reforma curricular desta etapa de ensino, que vigora obrigatoriamente a partir deste ano de 2022.

De acordo com Melo, Bezerra e Pinto (2021), os jovens concluintes do EM são conscientes das determinantes políticas, sociais, culturais e econômicas das sociedades em que se encontram inseridos. Por isso, demandam por currículos por uma educação que reorganize seus pensamentos, auxilie nas suas tomadas de atitudes – e, que no caso desta temática de dissertação, que lhes conduza ao mercado de trabalho e lhes garantam uma fonte de renda, devido à sua capacidade de empregabilidade.

Entende-se então que o currículo escolar do EM não tem como escapar dos desafios atuais, diferentes e contraditórios aos desafios de tempos atrás. Por isso, Melo, Bezerra e Pinto (2021), afirmam que a educação nesta etapa básica deve esquivar-se da visão simplista e, a partir do que está sendo contemporâneo aos jovens, flexibilizar sua formação integral junto à formação profissional.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, os jovens matriculados no EM são impactados pela escolha demanda para decisão do futuro próximo: ou a continuidade da educação, mediante matrícula no ensino superior ou o ingresso direto no mercado de trabalho.

Entretanto, os jovens desta etapa final da educação básica matriculados na escola pública são geralmente aqueles oriundos da classe baixa, sem recursos para ingressar no ensino superior e encorajados socialmente ao mundo do trabalho. Contudo, este ingresso nem sempre é fácil e o enfrentamento da concorrência de mercado é árduo, sendo um dos motivos a falta de preparo e qualificação destes jovens.

Procurando os motivos para a caracterização desta falta de preparo e de qualificação, encontrou-se na educação recebida uma justificativa discriminatória, pois considerando as políticas públicas e a legislação específica em vigor, esta etapa da educação tem sua organização curricular generalizada e sua grade disciplinar se distancia das competências exigidas para o mercado de trabalho, dificultando processos seletivos que os levem à empregabilidade demandada.

Afirma-se que o objetivo geral da presente dissertação cumpriu-se, mediante intenção de comprovação da suspeita de que o currículo atual do EM público não encontra-se estruturado para concluintes desta etapa da educação básica que se interessam pelo ingresso no mercado de trabalho.

Em sua estrutura, foram dois os caminhos percorridos nesta dissertação para esta comprovação e consequente cumprimento deste objetivo.

A princípio, mediante uma pesquisa bibliográfica, extensiva à uma pesquisa documental em legislação e políticas públicas da educação, constatou-se que na sociedade brasileira, caracterizada como capitalista, a escola torna-se um elemento importante para a continuidade da acumulação do capital, pois sua organização curricular vem sustentar a reprodução da sociedade de classes.

Pesquisas literárias em publicações atualizadas serviram de subsídio para se afirmar que o atual currículo do EM (aquele que vigorou no ano de 2021, como o antecedente à reforma curricular do NEM), com estrutura generalizada, não prepara os alunos da escola pública para a empregabilidade, pois não permitem-lhes a vivência de conteúdos que lhes desenvolvam habilidades e competências necessárias para o trabalho, dificultando a empregabilidade.

Uma base curricular pautada em competências deve ser uma referência para a escola e para políticas da educação de jovens do EM; deve ser, ainda, condicionante de formação e

qualificação profissional – requisitos para estes jovens serem empregáveis nesta sociedade capitalista na qual estão inseridos.

Competência e empregabilidade devem elementos legitimadores na organização curricular nacional, de uma escola que precisa se flexibilizar para preparar jovens quanto ao enfrentamento da competitividade de mercado, sem se distanciar da proposta de formação integral. Qualificar estes jovens é capacitá-los para vivenciarem suas realidades, suas escolhas e garantir condições para efetivação de seus sucessos.

Posteriormente, o objetivo desta dissertação também foi confirmado mediante um estudo de caso realizado junto aos jovens concluintes do EM da Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola de Três Pontas/MG. Um município interiorano, caracterizado como de pequeno porte, com baixa oferta de trabalho formal e baixo rendimento econômico per capita. Uma escola que teve a qualidade de seu EM avaliada em 4,8 pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica de 2019 e mensuração do aprendizado adequado de 12% na disciplina de Matemática.

A caracterização de mercado de trabalho local e competitividade em empregabilidade, junto às avaliações do conhecimento do EM da escola em questão motivaram uma proposta para planejar e desenvolver um programa de capacitação complementar curricular, pautado em habilidades e competências pertinentes à disciplina de Matemática (na tentativa de corroborar com a promoção do aprendizado adequado) e voltadas para o preparo para o mercado de trabalho. Além disso, não se desconsiderou a qualificação profissional do autor desta dissertação enquanto contador e já com expertise na docência.

Assim, um programa de capacitação complementar curricular com Noções Básicas de Contabilidade foi estruturado como produto tecnológico e para o desenvolvimento de habilidades e competências (pertinentes à disciplina de Matemática) de jovens para o mercado de trabalho vou validado em forma de cartilha.

A validação se deu em encontros semanais nos meses de outubro a dezembro de 2021, junto a 10 jovens voluntários, matriculados no 3º ano desta escola. Foram utilizadas estratégias de aprendizagens pertinentes para o protagonismo dos jovens em relação ao desenvolvimento da aprendizagem significativa. Assim, sondou-se sobre o conhecimento prévio, aprimorou-se com informações fundamentadas e objetos e objetivos de aprendizagens bem definidos. Posteriormente, verificaram-se as habilidades e competências desenvolvidas juntos aos jovens voluntários:

1. Além dos conhecimentos teóricos sobre tributos, impostos, taxas e contribuição, também farão apurações dos mesmos, que os capacitarão para ingressarem na área fiscal das empresas locais;
2. Por meio da teoria sobre a rotina de um departamento pessoal e sobre a compreensão da legislação específica, poderão ingressar na área de Recursos Humanos e Departamento Pessoal das empresas locais;
3. Por meio da teoria sobre planejamento financeiro familiar e vivência de um orçamento familiar justo e/ou negativo, compreenderão receita, despesa, custo, investimento e economia, e se capacitarão para ingressarem nas áreas de gestão, comercial e contábil de empresas locais;

Também, mediante uma avaliação comparativa, comprovou-se que este produto tecnológico validado dialoga com a BNCC (abordando competências específicas de Matemática) e com a proposta da reforma curricular do NEM (em Matemática, com conteúdos relacionados à educação financeira e fiscal), haja visto estar organizado para o desenvolvimento de habilidades e competências, com objetos e objetivos de aprendizagens comuns e dentro da proposta de um itinerário formativo de preparação para o mundo do trabalho.

O êxito deste programa de capacitação complementar curricular se deu em fevereiro de 2022, onde 6 dos jovens voluntários que foram capacitados pela cartilha com Noções de Contabilidade confirmaram o ingresso no mercado de trabalho no município, sendo: 4 na área comercial, 1 na área de departamento pessoal e 1 na área contábil.

Diante do constatado, em relação aos dados bibliográficos e empíricos coletados, não se pode negligenciar a demanda do preparo e da formação do jovem concluinte do EM público para o mercado de trabalho e de constantes questionamentos se as competências e habilidades propostas em seu currículo estão os capacitando com qualidade para a equidade e a empregabilidade.

Conclui-se, então, que propostas educacionais para a formação de jovens do EM para o mercado de trabalho devem estar subsidiadas por uma organização curricular que permitam-lhes desenvolver suas habilidades e competências – sendo esta condição primordial para melhoria da qualidade do ensino e da conseqüente promoção da igualdade de alunos de escolas públicas, incidindo-se em uma alternativa para os enquadrar na condição de empregáveis.

## **8.1 Contribuições da pesquisa e implicações tecnológicas/gerenciais**

Considerando o curso de Mestrado em Gestão, Planejamento e Ensino e a sua exigência em relação ao desenvolvimento de um produto tecnológico, não se pode negligenciar que este programa de capacitação complementar curricular (cartilha) com Noções de Contabilidade venha contribuir para a gestão escolar (e, especialmente, para a gestão da Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola de Três Pontas/MG), com informações e resultados sobre o currículo do EM e sobre como uma proposta centrada no desenvolvimento de competências demandadas pela realidade de seus jovens concluintes da educação básica se fazem importantes.

Além disso, vem contribuir com a docência de Matemática do EM, haja vista que os conteúdos do produto tecnológico se relacionam diretamente com essa disciplina. A cartilha traz informações sobre os conteúdos básicos e associados com a BNCC e com a organização curricular do NEM, abordando suas competências específicas e habilidades pertinentes.

Por fim, como no momento de pesquisa bibliográfica e literária não foram encontrados estudos e pesquisas publicadas semelhantes à proposta desta dissertação, a sua organização e estruturação representam uma contribuição ímpar no aspecto científico-acadêmico. Por isso, representa uma grande contribuição para estudantes, pesquisadores e leitores das áreas envolvidas no assunto desta dissertação, em todas as suas extensões (graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado).

## **8.2 Limitações da pesquisa**

Com a suspensão das aulas presenciais e o fechamento das instituições de ensino, decorrente das estratégias de isolamento social para contenção do avanço do vírus Covid-19, o produto desta pesquisa sofreu alterações e as adaptações para ser desenvolvido.

A ideia inicial era a elaboração do programa de capacitação complementar curricular (cartilha) com noções de Contabilidade para ser validado, presencialmente, junto a todos os alunos matriculados no EM da Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola estar inserida no município mineiro de Três Pontas, sendo promovido em um período de 6 meses (sendo este período o segundo semestre de 2021).

Entretanto, com a modalidade de ensino remoto estendida com a crise sanitária agravada, promoveram-se ajustes em sua proposta. E, considerando o Mestrado em Gestão, Planejamento e Ensino e a atuação de estagio supervisionado realizado diretamente junto à gestora/diretora da citada escola, acatando suas sugestões, procedeu-se com a validação do

produto tecnológico por meio de um projeto de educação a distância, lançando-o para os alunos do 3º ano – considerando este alunado como efetivamente os concluintes do EM.

Assim, pode-se afirmar que o isolamento social promovido pela crise sanitária do Covid-19 fez-se limitação para a validação do produto tecnológico junto a um universo maior de jovens do EM público.

### **8.3 Sugestão de pesquisas/estudos futuros**

Considerando a eventualidade de relaxamento do isolamento social e o retorno às aulas presenciais, considera-se que a possibilidade da ideia inicial – ou seja, a validação do produto tecnológico (do programa de capacitação complementar curricular com Noções de Contabilidade) extensivo aos alunos do 2º e 3º anos, matriculados no ano letivo de 2022 na Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola. Considera-se que estes alunos ainda não estejam inseridos na proposta do NEM, haja vista que tal proposta inicia-se com alunos matriculados no 1º ano do EM em 2022. Esses alunos não estão sendo beneficiados com a proposta de itinerários formativos e, por isso, não estão (certamente) envolvidos com a preparação para o mundo do trabalho.

Os achados da aplicabilidade deste programa de capacitação complementar curricular servirão como fonte de dados para estudos futuros, a partir de avaliações comparativas junto aos primeiros resultados apurados com o NEM em funcionamento na mesma escola – o que permitirá a ampliação sobre currículos para o EM, especialmente aqueles que venham beneficiar alunos da escola pública, para empregabilidade e inserção no mundo do trabalho em detrimento ao ingresso na universidade.

## REFERÊNCIAS

- AGRA, G.; FORMIGA, N. S.; OLIVEIRA, P. S.; COSTA, M. M.; FERNANDES, M. G. M.; NÓBREGA, M. M. L. Análise do conceito de Aprendizagem Significativa à luz da Teoria de Ausubel. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 72, n.1, jan./fev. 2019.
- ALBUQUERCE, M. C. P.; MELO, M. L. N.; MOURA, F. A.; ALBUQUERQUE, M. L. S. Avaliação diagnóstica em Física no Ensino Médio. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.3, p. 30089-30098, mar. 2021.
- ALMEIDA, A. C.; CARVALHO, E. C. S. Os comportamentos em relação ao autocuidado e empatia dos estudantes da unidade curricular Projeto de Vida e dos professores das Unidades Escolares-Piloto do Novo Ensino Médio no Distrito Federal, durante a pandemia da Covid-19. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 8, n. 2, p. 22-33, jun. 2021.
- ALYRIO, R. D. **Métodos e técnicas de pesquisa em Administração**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.
- ANDRADE, N. L.; SOUZA, T. N. A reforma do Ensino Médio (LEI 13.415/2017): o que pensam alunos e professores? **Notandum**, v. 23, n. 52, p. 41-59, jan./abr. 2020.
- ARAÚJO, J. F. A. O Ensino Médio, a qualificação e as competências: os jovens e o mercado de trabalho globalizado. **Educon**, Aracaju, v.9, n. 1, p.1-8, set. 2015.
- BERTRAND, Y. **Teorias contemporâneas da educação**. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- BOHNEN, C.; OLIVEIRA, M. A. Cartilhas educativas para o ensino da Matemática no Projeto Conexão. **Salão de Ensino e Extensão Inovação na Aprendizagem**, 2018. Disponível em: <[https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/salao\\_ensino\\_extensao/article/view/18664](https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/salao_ensino_extensao/article/view/18664)>. Acesso em: 5 jul. 2021.
- BRANCO, E. P.; BRANCO, A. B. G.; IWASSE, L. F. A.; ZANATTA, S. C. BNCC: a quem interessa o ensino de competências e habilidades? **Debates em Educação**, Maceió, v.11, n.25, p.155-171, 2019.
- BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm)>. Acesso em: 10 set. 2021.
- BRASIL. Diário Oficial da União. **Portaria n. 521**, de 13 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-521-de-13-de-julho-de-2021-331876769>>. Acesso em: 10 set. 2021.

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Ensino Médio. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC\\_EnsinoMedio\\_embaixa\\_site\\_110518.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- BUENO, A. L. Competências e empregabilidade: sentidos da formação nas políticas curriculares para o Ensino Médio. **Rev. Sociologias Plurais**, v. 5, n. 2, p. 36-55, dez. 2019
- CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 5, n. 8, p. 27-41, 2011.
- COSTA, M. S.; ERICEIRA, T. B.; NUNES, C. B. O currículo de matemática do ensino médio sob a luz da BNCC: reflexões acerca das competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 11, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2021.
- COSTA, P. H.; DIS, V. E. M. A profissionalização generalizada na reforma do Ensino Médio. **Revista Trabalho Necessário**, v.19, n.39, p. 236-259, ago. 2021.
- CRUZ, V. S. F.; LOPES, P. T. N.; OLIVEIRA, W. S.; SILVA, J. P. R.; ANA MARIA BRAGA DE OLIVEIRA, A. M. B. O uso de cartilhas educativas como forma de continuidade da educação em saúde. **Cadernos de Educação e Saúde**, v.4, n.8, 2017.
- ESPINDULA, M.; LEITE, J. C. P.; PEREIRA, M. Z. C. O campo das políticas curriculares no Brasil: a trajetória da década de 90. **Espaço do Currículo**, Paraíba, v. 5, n. 1, p. 103-108, 2012.
- FERREIRA, E. B. A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p. 293-308, 2017.
- FERREIRA, R. L.; GOMES, R. T.; SILVA, M. S. Uso da cartilha “aventura da vida nas cavernas” como ferramenta de educação nas atividades de turismo em paisagens cársticas. **Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas**, v.1, n.2. p. 145-164, 2008.
- FERRETI, C. J. A reforma do ensino médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, 2018.
- FERRETTI, C. J.; SILVA, M. R. Reforma do Ensino Médio: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p.385-404, abr./jun. 2017.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica social e capitalista. São Paulo: Cortez, 1989.
- FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino Médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1999.

GONÇALVES, S. D. R. V. Interesses mercadológicos e o ‘novo’ Ensino Médio. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 11, n. 20, p. 131-145, 2017.

HONORATO, C. A.; DIAS, K. K. B.; DIAS, K. C. B. Aprendizagem Significativa: uma introdução à teoria. **Mediação**, v.13, n.1, p.22- 37, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: Três Pontas/MG. 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/tres-pontas/panorama>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

KRAWCZYK, N.; FERRETTI, C. J. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 11, n. 20, p. 33-44, 2017.

LIBÂNEO, J. C. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: \_\_\_\_\_. **Democratização da Escola Pública** – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992.

LINO, L. A. As ameaças da reforma desqualificação e exclusão. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 11, n. 20, p. 75-90, 2017.

MACIEL, A. C.; JACOMELI, M. R. M.; BRASILEIRO, T. S. A. Fundamentos da educação integral politécnica: da teoria à prática. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 473-488, 2017.

MELO, M. C. H.; CRUZ, G. C. Roda de Conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no Ensino Médio. **Imagens da Educação**, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014.

MELO, V. C. B.; BEZERRA, M. I. S.; PINTO, M. D. O. S. A BNCC e as finalidades o “novo” ensino médio na Complexidade do Século XXI. **Revista Anthesis**: v. 9, n.17, p. 88-101, jan./jul., 2021.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. **Currículo Referência de Minas Gerais Novo Ensino Médio**: Catálogo de Eletivas. 2021a. Disponível em: <<https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/ens-medio/conteudo-de-apoio>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. **Currículo Referência de Minas Gerais Novo Ensino Médio**: Itinerário Formativo. 2021b. Disponível em: <<https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/ens-medio/conteudo-de-apoio>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. **Currículo Referência de Minas Gerais Novo Ensino Médio**: Diretrizes Curriculares do Componente Tecnologia e Inovação. 2021c. Disponível em: <<https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/ens-medio/conteudo-de-apoio>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Novo Ensino Médio: saiba mais sobre os Itinerários Formativos que serão implementados no 1º ano do Ensino Médio. **Banco de Notícias**, 26 jan. 2022. Disponível em: <<https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/9-banco-de-noticias/171-novo-ensino-medio-saiba-mais-sobre-os-itinerarios-formativos-que-serao-implementados-no-1-ano-do-ensino-medio>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MORAN, J. **A importância de construir Projetos de Vida na Educação**. 2017. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2017/10/vida.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L., MORAN, J. (org.) **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre: Penso, 2018.

MOREIRA, M. A. **Aprendizagem Significativa: a teoria e textos complementares**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

MOREIRA, M. A. **Teorias de aprendizagem**. 2 ed. São Paulo: EPU, 2014.

OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO, ENSINO MÉDIO E GESTÃO. **BNCC: objetivos e desafios para a sua implementação**. 2021. Disponível em: <[https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/bncc-desafios-para-implementacao?utm\\_source=google&utm\\_medium=cpc&utm\\_campaign=11358183974&utm\\_content=114499843858&utm\\_term=base%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o&gclid=CjwKCAjwhaaKBhBcEiwA8acsHDdYvIfpc1m1x7dECZxtb3WFPN85DZEH553fEKQlunqPmQ\\_S0MLS2xoC174QAvD\\_BwE](https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/bncc-desafios-para-implementacao?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=11358183974&utm_content=114499843858&utm_term=base%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o&gclid=CjwKCAjwhaaKBhBcEiwA8acsHDdYvIfpc1m1x7dECZxtb3WFPN85DZEH553fEKQlunqPmQ_S0MLS2xoC174QAvD_BwE)>. Acesso em: 10 set. 2021.

OLIVEIRA, R. **Empresariado industrial e educação brasileira: qualificar para competir**. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, R. Precarização do trabalho: a funcionalidade da educação profissional. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 15, n. 44, p.247-266, jan./abr. 2015.

OLIVEIRA, R. O Ensino Médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho. **Trab. Educ. Saúde**, v. 16, n.1, abr. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/XDscrRPhM9Yk493QMMgWjxC/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

OLIVEIRA, R. O Ensino Médio e a precocidade do trabalho juvenil. **Educ. Rev.**, Curitiba, v. 34, n. 67, p. 177-197, fev. 2018.

OLIVEIRA, S. R.; BATISTA, S. S. S. Juventude e formação profissional no contexto das reformas do Ensino Médio e das Diretrizes Curriculares Nacionais (1971-2017). **Rev. Espaço do Currículo**, João Pessoa, v.11, n.1, p. 84-93, jan./abr. 2018.

PERRENOUD, P. A Formação dos Professores no Século XXI. In: PERRENOUD, P. et al. (Org.). **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PIOLLI, E.; SALA, M. Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, v.1, p. 69-86, 2020

POCHMANN, M. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

QEDU GESTÃO. **Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola**. 2022. Disponível em: <<https://novo.qedu.org.br/escola/31174700-ee-prefeito-jacy-junqueira-gazola>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

RAMOS, M. N. Impacto da educação para o trabalho na sociedade. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 40, n.3, p. 6-17, set/dez.2014.

RIBEIRO, M. L. P. C.; ARRUDA, V. P.; BOMFIM, J. Entre dilemas, sonhos, projetos e vida: o Novo Ensino Médio e o itinerário de Formação Técnica e Profissional no Centro de Ensino Médio Integrado do Gama no Distrito Federal. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 8, n. 2, p. 55-66, jun. 2021.

RODRIGUES, W. O currículo escolar aumentando desigualdades sociais: o caso da educação pública brasileira. **Revista Educação, Pobreza e Desigualdades Sociais: Interloquções entre Currículo e Ensino**, v. 6 n. 18, p. 85-91, 2019.

RUFINO, L. F.; BARROS JUNIOR, S. J.; CUNHA, K. S.; RODRIGUES, K. C. Uma discussão sobre os conceitos de objetivo, habilidade e competência na BNCC do Ensino Médio. **Revista Currículo e Docência**, v.2, n.2, p.4-22, ago. 2020.

SANT'ANNA, I. M. **Por que avaliar? como avaliar?** – critérios e instrumentos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

SCHEIBE, L.; SILVA, M. R. Reforma do Ensino Médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 19-31, jan./jun. 2017.

SILVA, M. M. **Elaboração de uma cartilha como recurso didático para ensino de histologia**. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de Pernambuco. Vitória de Santo Antão, 2018.

SILVA, M. R. A BNCC da Reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, n.1, 2018.

SILVA, F. C. S.; CARVALHO, A. C. S. A.; LIGABO, M.; RODRIGUES, D.; RODRIGUES, R. C. L. B. Proposta para Implementar Avaliação Formativa no Ensino Médio. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 26, n.1, 2020.

SILVA, M. R.; SCHEIBE, L. Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 11, n. 20, p. 19-31, 2017.

SOARES, M. M. N.; SIMÕES, G. A. M. Histórico e processo de construção do Novo Ensino Médio no âmbito do Distrito Federal. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 8, n. 2, p. 130-134, jun. 2021.

SOUZA, D.C.C; VAZQUEZ, D.A. Expectativas de jovens do ensino médio público em relação ao estudo e ao trabalho. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 409-426, abr./jun. 2015.

TARTUCE, G. L. B. P et al. Desafios do ensino médio no Brasil: iniciativas das secretarias de educação. **Cadernos de Pesquisa**, v.48 n.168, 2018.

VILHENA, A. P. M. P. **Escola e futuro no capital simbólico da juventude em Belém: um estudo de representações sociais**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2019.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011.

ZITZKE, V. A.; PINTO, E. O. T. A BNCC e os impactos no currículo do Ensino Médio Integrado. **Revista Thema**, v. 17, n.2, p. 407-416, 2020.

## **APÊNDICE A – QUESTÕES PARA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICA E SOMATIVA**

### **→ TRIBUTOS, IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

1. O que são tributos e como podem ser explicadas as suas funções/aplicações?
2. O que é Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e qual a sua função?
3. O que é Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e qual a sua função?
4. O que compreende-se por Imposto de Renda (IR) e qual a sua função/objetivo?
5. O que podemos compreender por taxa municipal e qual a sua função/objetivo?
6. Qual o diferencial que o aprendizado sobre TRIBUTOS, IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES pode lhe trazer para o ingresso no mercado de trabalho? Quais competências e habilidades que este aprendizado lhe proporciona/proporcionaria (para o ingresso no mercado de trabalho)?

### **→ DEPARTAMENTO PESSOAL**

7. O que podemos compreender sobre direitos trabalhistas e quais seriam os principais?
8. Quais as funções dos registros de contrato de trabalho?
9. O que é Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e qual a sua contribuição/função/aplicabilidade?
10. O que é Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e qual a sua função?
11. O que é Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e qual a sua função/atribuição?
12. Qual o diferencial que o aprendizado sobre DEPARTAMENTO PESSOAL pode lhe trazer para o ingresso no mercado de trabalho? Quais competências e habilidades este aprendizado lhe proporciona/proporcionaria (para o ingresso no mercado de trabalho)?

### **→ PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR**

13. Na sua família, quem cuida/faz planejamento financeiro (orçamento) familiar e de que forma é feito (quais os instrumentos utilizados)?
14. Quais os benefícios do correto planejamento familiar (adoção de orçamento familiar)?
15. O que você compreende por economia doméstica e quais as formas representativas de economia financeira doméstica?

16. Quais as vantagens de uma poupança provinda da economia doméstica?
17. O que pode ser compreendido por receita, despesa e investimentos? Dê exemplos.
18. Qual o diferencial que o aprendizado sobre PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR pode lhe trazer para o ingresso no mercado de trabalho? Quais competências e habilidades este aprendizado lhe proporciona/proporcionaria (para o ingresso no mercado de trabalho)?

**APÊNDICE B – CARTILHA: PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO COMPLEMENTAR CURRICULAR COM NOÇÕES DE CONTABILIDADE PARA JOVENS CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO**

# CARTILHA



**PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO  
COMPLEMENTAR CURRICULAR COM NOÇÕES  
DE CONTABILIDADE PARA JOVENS  
CONCLUINTEs DO ENSINO MÉDIO**

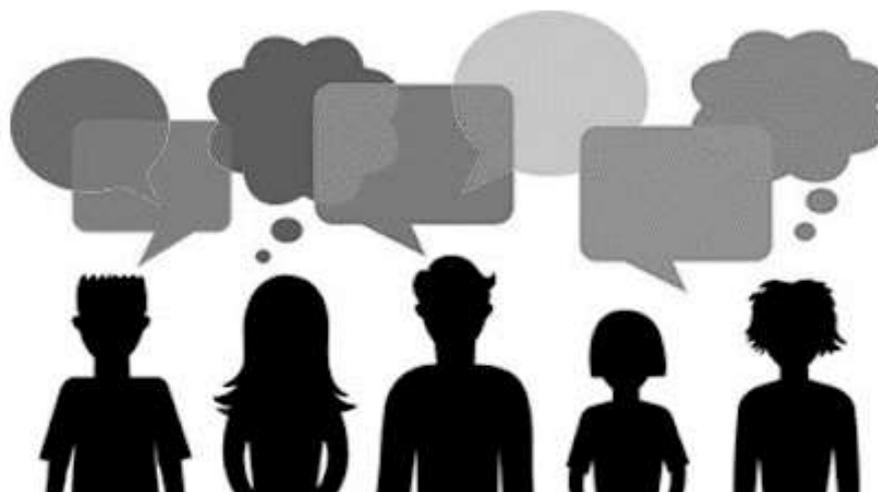
**GERALDO LEANDRO ROCHA SILVA**

Três Pontas – MG

2021

## APRESENTAÇÃO

Esta **CARTILHA**, foi desenvolvida pelo contador Geraldo Leandro Rocha Silva (em setembro de 2021), enquanto produto tecnológico e resultados dos estudos e pesquisas promovidas para a estruturação de sua dissertação de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino do Centro Universitário Vale do Rio Verde (UninCor), intitulada como 'Jovens Concluintes de Ensino Médio e o Mercado de Trabalho'.



Trata-se, então, de uma cartilha elaborada para o desenvolvimento e o trabalho de noções de Contabilidade voltada para jovens do Ensino Médio pretensos ao ingresso no mercado de trabalho.

### **Qual é a sua finalidade?**

Tem como finalidade constituir-se um programa de capacitação complementar curricular, a partir da promoção do desenvolvimento de habilidades e competências pertinentes à disciplina de Matemática, para auxiliar na preparação da profissionalização e no enfrentamento, em igualdade, da competitividade existente no mercado de trabalho.

### **Qual o seu principal objetivo?**

A disseminação de cartilhas na sociedade é uma das formas de propagação de informações e disseminação do conhecimento.

Assim, o objetivo principal desta CARTILHA é inferir um programa de capacitação complementar curricular com noções de Contabilidade, remetendo aos jovens concluintes do Ensino Médio mais preparo para o acesso ao mercado de trabalho com mais estrutura, conhecimentos, competências, habilidades e autoconfiança.



### **Quem é seu público alvo?**

Além dos jovens concluintes do Ensino Médio, também a docência de Matemática é considerada como público-alvo da cartilha, considerando que muitas competências e habilidades da Base Curricular Comum Nacional (BNCC) desta disciplina podem ser adquiridas por meio do seu conteúdo. Além disso, sua proposta vem acompanhar a organização curricular do Novo Ensino Médio.

Tem-se, então, que esta cartilha pode ser um instrumento didático-pedagógico para todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem do Ensino Médio.

Seu formato digital, permite ao jovem concluinte do Ensino Médio o preparo, que explore conhecimentos organizados didaticamente – e por isso, autodidata –, por meio das novas tecnologias.

Por meio da estrutura de seu conteúdo (podendo ser a mesma impressa, quando conservados os seus direitos autorais), várias estratégias de ensino podem ser exploradas pela docência visando a aprendizagem significativa dos jovens concluintes do Ensino Médio que almejam a inclusão no mercado de trabalho, tais como: aula expositiva dialogada; trabalho em grupo; resolução de problemas; tempestade de ideias; fóruns; estudo de casos.

### **Como está organizado o seu conteúdo?**

Seu conteúdo está dividido em três blocos de estudo:

- 1 Tributos, impostos, taxas e contribuições;
- 2 Departamento Pessoal;
- 3 Planejamento Financeiro Familiar;

Afirma-se, então, que seu conteúdo esteja convergente com os ditames bibliográficos da Base Nacional Curricular Comum e já contemplando a estrutura curricular do Novo Ensino Médio.

Antes da apresentação dos conteúdos de cada bloco de estudo, algumas questões norteiam/motivam o todo abordando, levando os jovens à compreensão dos seus objetivos. E ao final, serão identificadas as habilidades e competências (da disciplina de Matemática) desenvolvidas e sua relação/preparação para o mercado de trabalho, considerando seus temas/assuntos propensos ao enfrentamento da concorrência e o aumento de chances de empregabilidade.

## **OBJETOS DE ESTUDOS SOBRE NOÇÕES DE CONTABILIDADE PARA O MERCADO DE TRABALHO**

### **Tributos, impostos, taxas e contribuições**

- Tributos (diretos e indiretos)
- Impostos
- Taxas
- Contribuições (previdenciárias e não previdenciárias)

### **Departamento Pessoal**

- Admissão de Funcionários (documentação)
- Contrato de trabalho
- Exames Médicos
- Registro e atualização da carteira de trabalho
- Jornada de trabalho
- Horas-extra
- Férias
- Vale transporte
- Dissídio coletivo
- Demissões e Afastamentos

### **Planejamento Financeiro Familiar**

- Receitas
- Despesas (fixas, variáveis, anuais, eventuais)
- Orçamento
- Controle Financeiro
- Prática de Economia
- Poupança
- Empréstimos

## **OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM SOBRE NOÇÕES DE CONTABILIDADE PARA O MERCADO DE TRABALHO**

### **Tributos, impostos, taxas e contribuições**

- Compreender o significado de tributos e seus tipos;
- Compreender o significado dos impostos e sua finalidade/aplicabilidade;
- Compreender o significado das taxas, seus tipos e suas finalidades;
- Compreender a importância das contribuições e conhecer os suas tipologias (previdenciárias e não previdenciárias).

### **Departamento Pessoal**

- Compreender como funciona o processo de admissão de funcionários em uma empresa, bem como conhecer sobre a documentação demandada para tal processo;
- Conceituar contrato de trabalho e identificar os deveres e direitos básicos dos envolvidos nesta relação (empregados e empregadores);
- Conhecer os exames médicos demandados nas relações de trabalho e identificar a função de cada um deles;
- Compreender sobre a importância do registro e da atualização da carteira de trabalho;
- Identificar como é composta a jornada de trabalho;
- Compreender o direito às horas-extra e como elas podem ser compensadas;
- Compreender o direito às férias e como elas podem ser gozadas;
- Compreender o direito ao vale transporte;
- Entender como funciona o dissídio coletivo;
- Compreender os processos de demissões e afastamentos e os direitos dos empregados e deveres dos empregadores envolvidos.

### **Planejamento Financeiro Familiar**

- Compreende o que são receitas dentro do ambiente familiar e como a receita da família se compõe;

- Compreender o que são despesas dentro do ambiente familiar, identificar quais as despesas da família e classifica-las em suas tipologias (fixas, variáveis, anuais, eventuais
- Compreender a importância do orçamento doméstico e como ele pode ser (mensalmente) estruturado;
- Compreender a importância do controle financeiro para o planejamento financeiro familiar e para a preservação da saúde financeira da família e no controle do orçamento doméstico;
- Reconhecer a necessidade da prática de economia doméstica, as formas de sua execução para prevenção de endividamento e constituição de poupança;
- Reconhecer a poupança como uma ferramenta para negociações, segurança financeira da família e prevenção de endividamentos;
- Compreender as armadilhas do consumo como prevenção de realização de empréstimos e consequente endividamento familiar.

# TRIBUTOS, IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES



- O que são tributos e como podem ser explicadas as suas funções/aplicações?
- O que é Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e qual a sua função?
- O que é Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e qual a sua função?
- O que compreende-se por Imposto de Renda (IR) e qual a sua função/objetivo?
- O que podemos compreender por taxa municipal e qual a sua função/objetivo?
- Qual o diferencial que o aprendizado sobre 'tributos, impostos, taxas e contribuições' pode lhe trazer para o ingresso no mercado de trabalho? Quais competências e habilidades que este aprendizado lhe proporciona/proporcionaria (para o ingresso no mercado de trabalho)?

## OS TRIBUTOS

Os tributos, considerando a conceituação do Código Tributário Nacional, são prestações pecuniárias (ou seja, dinheiro) compulsórias (ou seja, obrigatórias) em moedas, garantidas por leis, que os cidadãos pagam ao Estado.

Considerada como alta, a carga tributária do Brasil vem descontentar seus cidadãos. Entretanto, não é um mecanismo opcional. Portanto, o pagamento de tributos é obrigatório e por isso diz-se que a obrigação de recolhimento é do Estado e a obrigação do pagamento é do cidadão.

**Importante:** as taxas e os impostos são categorizados como tributos, pois têm seus recolhimentos guiados para o funcionamento do Estado em relação ao cumprimento de suas obrigações.

## OS IMPOSTOS

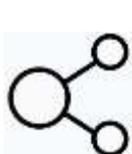
Os impostos são os tributos considerados mais relevantes para o Estado, considerando que o recolhimento de cada um deles tenha um destino próprio (saúde, seguridade, educação).

### **Exemplos:**

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- Tributo sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA);
- Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);
- Tributo de Renda (IR);
- Imposto sobre Operações Financeiras (IOF);
- Imposto Territorial Rural (ITR);
- Impostos de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI);
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

### **Para saber mais...**

Você pode acessar os *hiperlinks* abaixo para saber mais sobre os principais tributos nacionais:



<http://www.portaltributario.com.br/tributos.htm>

<http://www.portaltributario.com.br/tributario/tributacao.htm>

<https://impostometro.com.br/Noticias/Interna?idNoticia=377>



Afirma-se então que o recolhimento dos impostos mantém o governo em funcionamento, pois abastece cofres públicos e mantém a máquina governamental em funcionamento, pois cobre suas despesas.

## **DIFERENCIANDO IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

Já sabemos que os impostos são recolhimentos do Estado, para manutenção de seu funcionamento, relacionado aos pagamentos realizados pelos contribuintes (cidadãos).

As **taxas** são cobradas pela União, Estado, Distrito Federal e Municípios. Remetem aos preços de utilização de serviços especializados, fornecidos pelo poder público por alguma concessionária ou ente governamental.



Por isso, diz-se que as taxas visam a regulação do uso (efetivo ou potencial) de um serviço público (que se caracteriza como específico e divisível) prestado aos seus contribuintes ou colocado à disposição dos mesmos.

As **contribuições** (de melhoria), da mesma forma que as taxas, vinculam-se às contraprestações estatais. Contudo, a diferença incide, no caso das contribuições, da realização de uma obra pública por parte do governo, para que a mesma possa gerar valorização imobiliária.

Mas, como é feito o cálculo desse pagamento? O cálculo é realizado com base nos valores que serão agregados a cada imóvel. Exemplo: o cálculo de uma obra pública, como a construção de uma praça.



As contribuições de melhoria são instituídas pela União, Estados e Municípios

## TRIBUTOS DIRETOS E INDIRETOS

Os **tributos indiretos** são aqueles aplicados sobre serviços e produtos. São assim denominados pois não consideram a renda do contribuinte/cidadão, mas o valor que por ela é consumido.

O ponto relevante para a cobrança de tais tributos são as transações (e circulação) de mercadorias (roupas, alimentos, medicamentos, eletrônicos, etc.); ou seja, o imposto que incide sobre o consumo delas. Portanto, diz-se que sua cobrança é indireta às pessoas.



Por isso, diz-se que este tributo é prejudicial aos cidadãos das classes mais baixas, pois representam grande percentual no montante de suas rendas.

Como exemplos de tributos indiretos, tem-se os principais:

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- Imposto sobre Serviços (ISS).

Os **tributos diretos** caracterizam-se como os que incidem de modo direto na renda dos cidadãos e, portanto, é guiado pelo princípio da proporcionalidade – ou seja, quanto maior a renda do cidadão, maior será o valor do imposto a ser pago pelo mesmo.

Como exemplo deste tipo de imposto tem-se o Imposto de Renda (IR), considerando contas patrimoniais e receitas alcançadas em períodos para seu cálculo.

## CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

As **contribuições previdenciárias** são definidas como aquelas cujo destino é a seguridade social, subdividindo-se em contribuições previdenciária e não previdenciárias.

Um exemplo de contribuição previdenciária é o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

As **contribuições não previdenciárias** voltam-se aos custeios da Assistência Social e da Saúde Pública. Objetivam a constituição de um fundo para concessões de benefícios assistências a sociedade, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93 – LOAS).

São exemplos de contribuições não previdenciárias:

- Programa de Integração Social (PIS);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Nas contribuições não previdenciárias, os fundos arrecadados visam benefícios a serem usufruídos por todos, sem que seja necessário algum tipo de contra partilha.



É justamente tal característica que estabelece diferenciação clara entre as contribuições não previdenciárias das previdenciárias.

## **HABILIDADES E COMPETÊNCIAS TRABALHADAS E DESENVOLVIDAS (JUNTO AO CONTEÚDO DE TRIBUTOS, IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES) PARA O MERCADO DE TRABALHO**

Os jovens concluintes do Ensino Médio, além dos conhecimentos teóricos sobre tributos, impostos, taxas e contribuição, também farão apurações dos mesmos, que os capacitarão para ingressarem na área fiscal das empresas.



### **Competência 1 – Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos [...]**

**EM13MAT101** – Interpretar situações econômicas, sociais [...]

- Interpretar a condição da arrecadação de impostos para o funcionamento da máquina pública;
- Reconhecer a necessidade de contribuições previdenciárias para garantia legal de benefícios aos contribuintes;

**EM13MAT104** – Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica [...]

- Calcular tributos, impostos, taxas e contribuições a partir dos índices determinados;

**EM13MAT102** – Analisar gráficos ou documentos; apresentar relatórios [...]

- Analisar guias de tributos, impostos, taxas e contribuições e verificar a sua veracidade a partir dos cálculos realizados.

**Competência 2 – Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis [...]**

**EM13MAT201** – Propor ações comunitárias, como as voltadas aos locais de moradia dos estudantes [...]

-Propor ações de conscientização sobre a importância do recolhimento dos tributos, impostos e taxas mediante conhecimento suas finalidades e objetivos.

**EM13MAT203** – Planejar e executar ações envolvendo a criação planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões [...]

-Propor a criação de uma tabela listando todos os tributos, impostos, taxas e contribuições realizadas no âmbito doméstico que impactam o seu orçamento.

**Competência 3 – Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos [...]**

**EM13MAT303** - Planejar e executar ações envolvendo a criação e a utilização de aplicativos, jogos (digitais ou não), planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, dentre outros, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões [...]

-Propor a criação de uma tabela eletrônica listando todos os tributos, impostos, taxas e contribuições realizadas no âmbito doméstico que impactam o seu orçamento.

**Competência 4 – Compreender e utilizar, com flexibilidade e precisão, diferentes registros de representação matemáticos [...]**

**EM13MAT405** – Reconhecer funções definidas por uma ou mais sentenças (como a tabela do Imposto de Renda, contas de luz, água, gás etc.), em suas representações algébrica e gráfica [...]

-Reconhecer as sentenças determinantes para o cálculo de tributos, impostos, taxas e contribuições

**EM13MAT409** – Interpretar e comparar conjuntos de dados estatísticos por meio de diferentes diagramas e gráficos [...]

-Analisar guias de tributos, impostos, taxas e contribuições e verificar a sua veracidade a partir dos cálculos realizados.

-Analisar a evolução gráfica (históricos mensais) de tributos, taxas, impostos e contribuições pagas durante o ano.

# DEPARTAMENTO PESSOAL



-O que podemos compreender sobre direitos trabalhistas e quais seriam os principais?

-Quais as funções dos registros de contrato de trabalho?

-O que é Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e qual a sua contribuição/função/aplicabilidade?

-O que é Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e qual a sua função?

-O que é Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e qual a sua função/atribuição?

-Qual o diferencial que o aprendizado sobre 'departamento pessoal' pode lhe trazer para o ingresso no mercado de trabalho? Quais competências e habilidades este aprendizado lhe proporciona/proporcionaria (para o ingresso no mercado de trabalho)?

## ADMISSÃO DE FUNCIONÁRIOS

Para o processo de admissão de funcionários, primeiramente faz-se necessária a apresentação da documentação básica obrigatória para início do procedimento de contratação.

### ***Documentos originais:***

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- 01 foto 3/4.

### ***Cópias (xerox) de:***

- Registro Geral (RG);
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Programa de Integração Social (PIS) ou Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP);
- Título de Eleitor;
- Histórico escolar ou diploma universitário;
- Comprovante de endereço.
- Cópia de acordo ou sentença judicial em casos de existência de obrigações de pensão alimentícia;
- Comprovante de quitação com o serviço militar;
- Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos;
- Carteira de vacinação de filhos menores de 7 anos;

***Importante:*** Demais documentos podem ser exigidos aos candidatos, considerando o tipo de trabalho a ser realizado, conforme periculosidade do cargo ou da organização nos quais serão inseridos.



Toda a documentação básica obrigatória deve ser enviada ao departamento pessoal da empresa contratante antes do novo contratado ingressar na empresa; ou seja, antes que este comece o desempenho de suas atribuições profissionais para qual foi selecionado.



Contudo, considerando as regras novas do eSocial, para novos registros recomenda-se que a documentação seja enviada com pelo menos dois dias de antecedência à data de admissão.

**Importante:** Devido ao eSocial, o prazo para envio de informações é sempre de, no mínimo, um dia antes à data admissional; contudo, quando os procedimentos da qualificação cadastral são realizados, caso os dados dos empregados a serem contratados apresentem divergências, o envio do registro só é efetivado após as devidas regularizações.

Registra-se que, além dos documentos obrigatórios listados, cabe ao departamento pessoal da empresa comunicar junto aos escritórios de contabilidade prestadores de serviço (ou seus departamentos contábeis), informações essenciais para a composição do cadastro de empregados, tais como:

- Discriminação/detalhamento da função que o novo contratado irá exercer;
- A discriminação/detalhamento do seu horário de trabalho (compreendendo esta jornada em uma carga horária de 44 horas semanais, permissivas à 2 horas-extras diárias);
- O comunicado de opção (ou não) pelo vale transporte.

**Importante:** é de responsabilidade dos empregados a manutenção dos seus documentos pessoais atualizados, inclusive endereços e cartão de PIS/PESEP.

## CONTRATO DE TRABALHO

O **contrato de trabalho**, é o ato de vontade no qual as partes (empregado e empregador), avençam com liberdade à cooperação mútua.

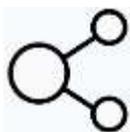
O **empregado** oferece a força do seu trabalho, comprometendo-se a agir com fidelidade, obediência ao regulamento da empresa, e com diligência.

O **empregador** se compromete a bem remunerar o obreiro, obediência às leis, dando-lhe tratamento digno e proporcionando-lhe ambiente sadio e seguro para o desenvolvimento do seu mister.

O contrato de trabalho é um **negócio jurídico** que se dá entre empregado e empregador, definido como o acordo tácito ou expresso correspondente à relação de emprego, conforme a **Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)**.

***Para saber mais...***

Você pode acessar o *hiperlink* abaixo para saber mais sobre a CLT atualizada:



[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/clt\\_e\\_normas\\_correlatas\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/clt_e_normas_correlatas_1ed.pdf)

O contrato de trabalho se caracteriza como:

- Bilateral – pois, possui direitos e obrigações recíprocas;
- Consensual – pois, nasce da vontade e da concordância das partes;
- Oneroso – pois, há contraprestação pelo serviço prestado;
- Cumulativo – pois cada parte sabe previamente seu direito em relação à outra, onde as obrigações se resumem em recíprocas e equivalentes;
- Instuitu personae* – pois, sendo pessoal, possui caráter fiduciário em relação ao emprego; (6) trato sucessivo – pois, não se exaure com a prática de somente um ato, sendo débito permanente.

Além disso, pode-se afirmar que todo contrato de trabalho subordina-se a duas normas, sendo elas **sindicato** e **regime interno**:

-Sindicato (respectivo/relacionado): as normas sindicais têm vigências anuais, sendo julgadas pelos tribunais trabalhistas;

-Regime interno da organização: são normas estabelecidas pelos empregadores, de caráter disciplinar ou embasados por pareceres legais; seus controles e prazos de validade são de responsabilidade da empresa contratante. Com base no regime interno, faz-se a análise para determinação da efetivação do trabalhador contratado (ou não).

## EXAMES MÉDICOS

O **exame médico admissional** é obrigatório, servindo como certificação de condições físicas e condições psicológicas dos empregados ou suas aptidões para desempenho das funções.

**Exames médicos periódicos** são realizados anualmente ou de acordo com os prazos internos, considerando os riscos das funções de seus contratados, sendo extensivos ao PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)).

**Exames médicos de retorno ao trabalho** são aqueles realizados, obrigatoriamente, quando os trabalhadores se ausentam por 30 dias ou mais de suas funções laborais, por motivos de doenças, acidentes de trabalho ou parto.

Os **exames médicos de mudanças de funções** devem ser realizados antes da efetivação das transições, postos de trabalho ou trocas de setores – principalmente, quando os empregados seguirão para novas funções que estejam expostos aos riscos relacionados às mudanças.

Os **exames médicos demissionais** também são obrigatórios, e devem ser realizados (no máximo) até a data de homologação, considerando que último exame médico ocupacional tenha sido realizado há mais de:

- 135 dias para as empresas de grau de risco 1 e 2;
- 90 dias para empresas de grau de risco 3 e 4.

**Exames toxicológicos** são obrigatórios, tanto para admissão quanto para demissão, para as funções de motoristas/condutores de ambulância, ônibus (rodoviários e urbanos) e caminhão e guincho.

## REGISTRO E ATUALIZAÇÃO DA CARTEIRA DE TRABALHO

Como o registro de trabalho é obrigatório, compete ao empregado a apresentação de sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) para que suas funções sejam discriminadas/registradas.

O prazo para a anotação a ser realizada por parte da empresa contratante é de 48 horas e, em casos de desobediência, multas podem ser atribuídas em ocasiões de fiscalização.

## QUADRO DE HORÁRIO

Os empregadores estão desobrigados de afixar quadros de horários em casos de existência de documentos de registro de presenças – como é o caso da existência de cartão de ponto.

## JORNADA DE TRABALHO

A jornada legal de trabalho é de 8 horas diárias nem 44 semanais, podendo o contrato de trabalho fixar jornadas inferiores.



Contudo, algumas funções demandam ininterrupções (como é o caso de telefonistas, digitadores, porteiros, vigias) e, para tanto, existem jornadas especiais a saber:

- Jornadas superiores a 6 horas de trabalho: requer um intervalo de pelo menos 1 hora e de no máximo 2 horas;

- Jornadas superiores a 4 horas e inferiores a 6 horas: requer um intervalo de 15 minutos;

- Jornadas iguais ou inferiores a 4 horas não tem intervalo.

**Importante:** horários e intervalos são fixados em contratos de trabalho; contudo, são passivos de alterações mediante acordos, desde que estejam dentro dos moldes previstos pela CLT.

## Prorrogação da Jornada

Diz-se de uma jornada de trabalho prorrogada (diária/semanal) quando a mesma vem ultrapassar limites legalmente estabelecidos → o que vai gerar o que se chama de **hora extra**.



O percentual de horas extras seguem acordos, convenções ou dissídios coletivos.

## Compensação de horas

As horas extras (ou aquelas horas que excedem o horário estabelecido pelas jornadas de trabalho) podem ser 'compensadas' com a redução da jornada de trabalho em outros dias, isentando-a os empregadores do pagamento monetário das horas excedidas em dias anteriores.

Para tal compensação, tem-se três formas a saber:

- Compensação Semanal;
- Compensação de dias intermediários a feriados;
- Banco de horas.

**Importante:** a reforma trabalhista de 2017 veio ditar que:

-A compensação de jornada pode ser estabelecida mediante acordos individuais e a mesma deve ocorrer dentro do mês cujas jornadas forma excedidas;

-O banco de horas pode ser combinado entre empregados e empregadores, individualmente ou por escrito, desde que tal compensação enquadre-se no período (máximo) de 6 meses;



Qualquer acordo que ultrapasse os períodos de compensação ou banco de horas deverá ser pactuado, de modo obrigatório, junto ao sindicato da categoria.

## Duração do trabalho do menor

É, legalmente, considerado como menor o trabalhador cuja idade está entre 14 e 18 anos. Salvo a condição de jovem aprendiz (considerado como aquele empregado de pelo menos 14 anos), não são permissivos contrato de trabalho junto a jovens com idade inferior a 16 anos.

Para tais menores mencionados, não são permitidas horas-extras; exceto, em casos de compensação e acordos coletivos, ou por algum motivo enquadrando-me na alegação de força maior.

**Importante:** o trabalho noturno para menores é expresso e legalmente proibidos.

## FÉRIAS

O período para férias compete ser fixado pelos empregadores, dentro dos períodos de gozo, com abrangência de qualquer época dentro dos 12 meses. Contudo, os empregados devem ser comunicados no mínimo 30 dias antes do início deste período (ou seja, antes de sair de férias)

Aos empregadores, compete o registro das férias na carteira de trabalho. O prazo para a anotação em carteira (do valor líquido recebido em férias e o período de seu acontecimento). O recebimento do comprovante deste pagamento deve ocorrer dois dias antes do início das férias.



Os empregadores que não concederem férias ao empregados (ou ultrapassar o período de gozo) estão sujeitos ao pagamento em dobro da respectiva remuneração.

## Como calcular o período de férias?

Para o cálculo do período de descanso remunerado, garantido legalmente aos trabalhadores, observa-se a sua frequência proporcional ao trabalho. Diz-se então, que tal proporcionalidade resulta de faltas quando não justificadas:

<b>Faltas no Período Aquisitivo</b>	<b>Dias de Férias</b>
Até 5	30 dias corridos
De 6 a 14	24 dias corridos
De 15 a 23	18 dias corridos
De 24 a 32	12 dias corridos
Acima de 32	O empregado perde o direito às férias

## Abono pecuniário de férias

Todos os empregados têm o direito de opção por conversões de um terço (1/3) de suas férias em dinheiro → o que chamamos de férias vendidas ao empregador. Entretanto, tal opção deve ser formalizada pelos empregados, mostrando sua vontade e interesse. Os demais dois terços (2/3) das férias têm que ser gozados pelos empregados.

Exemplo para empregado com direito a 30 dias de férias:

20 dias = descanso;

10 dias = em dinheiro, sem descanso.

## Parcelamento do período de férias

Antes da reforma trabalhista, o período de férias deveria ser gozado de uma só vez. Após o ano de 2017, concedeu-se o parcelamento de férias aos empregados, podendo usufruir os dias de direito em três períodos. Contudo:

-Um dos períodos não poderá ser menor do que 14 dias corridos;

-Demais períodos (um ou dois) não poderá ser menor do que 5 dias corridos.

Pensando em favorecer (ou não prejudicar os empregados), a nova legislação trabalhista impede que as férias dos empregados se iniciem no período de dois dias que antecedem feriados ou repousos semanais remunerados.

Veio dar proteção ao menor trabalhador, permitindo que este possa conciliar seu período de férias do trabalho junto ao período de férias escolares.

Importante: durante o período de férias, nenhum empregado deve/pode prestar serviços aos seus empregadores.

### **Férias Coletivas**

As férias coletivas podem ser concedidas aos empregados de uma organização, ao mesmo tempo; ou, ainda, para um determinado setor/departamento (como por exemplo, somente ao departamento de produção de uma indústria).

Para as férias coletivas, observam-se dois períodos anuais, sem que nenhum deles seja inferior a 10 dias corridos.

Compete aos empregadores a responsabilidade de comunicação ao Ministério do Trabalho, na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) com antecedência de quinze dias. No mesmo prazo, cabe-lhes a ocorrência desta iniciativa a cópia da comunicação ao sindicato representante da categoria.



As microempresas e empresas de pequeno porte são dispensadas desta comunicação ao Ministério do Trabalho.

### **VALE TRANSPORTE**

Os empregadores são responsáveis pelo fornecimento de vales transportes necessários para trazer os empregados até o posto de trabalho (e, também de leva-

lo para a casa) – conforme declaração de deslocamento assinada na etapa de contratação.

Os vales transporte são entregues aos trabalhadores no início de cada mês, descontados em 6% (valor máximo limite) na folha de pagamento dos empregados.

## **DISSÍDIO COLETIVO**

Os dissídios coletivos (ou seja, os aumentos salariais) acontecem a partir do 'data-base' dos sindicatos relacionados a cada representatividade de segmento empresarial.

## **DEMISSÕES E AFASTAMENTOS**

Antes que os empregados sejam comunicados formalmente de suas demissões, os empregadores devem consultar a conversão coletiva ou o órgão competente de cada classe/segmento.

Alguns casos especiais devem ser notados:

-Os empregados em contratos de experiência devem ser comunicados, com antecedência, que não serão efetivados pelas empresas empregadoras;

-Alguns casos de empregados afastados por auxílio (como por exemplo, por doença, licença a maternidade, etc.) não pode ser comunicados/notificados, independente se suas atividades estejam (ou não) fixadas em convenção coletiva.

-Os empregados acidentados durante atividades de trabalho, quando afastador por um período mínimo de 15 dias, não enquadram-se nos quadros de demissões de uma organização.

## **Comunicação da rescisão do contrato de trabalho**

Cabe aos empregadores a comunicação aos empregado de suas dispensas, via cartas com todos os dados de desligamento: data, horário e local para as homologações.

## **Homologação e quitação**

Os empregados que estão envolvidos no processo de demissão têm o direito de conhecer suas verbas rescisórias. Entretanto, quando da ocorrência da menoridade, as verbas rescisórias são dadas mediante presença de seus pais ou de um responsável.

Quando os empregados envolvidos no processo de demissão têm mais de um emprego, a quitação é validada no sindicato ou no Ministério do Trabalho.

Os prazos para pagamentos de verbas rescisórias devem ser respeitadas pelos seus empregadores e o não cumprimento destes acarreta em multas (equivalência a um salário), em casos de fiscalização. Com a reforma trabalhista, a partir de 2017 ficou estipulado que o prazo de pagamento das versas é de até 10 dias, considerando a data do término de contrato.

Além disso, deve haver pontualidade nas guias de recolhimentos dos encargos dos empregados, devendo nos períodos de homologação e quitação estarem com todos os pagamentos realizados regularmente. A ausência de um deles pode acarretar em fiscalização ou reclamação trabalhista.

## HABILIDADES E COMPETÊNCIAS TRABALHADAS E DESENVOLVIDAS (JUNTO AO CONTEÚDO DE DEPARTAMENTO PESSOAL) PARA O MERCADO DE TRABALHO

Por meio da teoria sobre a rotina de um departamento pessoal, os jovens concluintes do Ensino Médio poderão exercitar procedimentos e, ainda, compreender a legislação específica, que os capacitarão para ingressarem na área de Recursos Humanos e Departamento Pessoal das empresas.



### **Competência 1 – Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos [...]**

#### **EM13MAT101 – Interpretar situações econômicas, sociais [...]**

- Compreender o funcionamento dos processos de admissão e de demissão;
- Compreender o direito do trabalho, com base na legislação que o regula (CLT);
- Compreender como são realizados cálculos de jornadas de trabalho, férias, pagamentos de horas-extras e compensação das mesmas.

#### **EM13MAT104 – Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica [...]**

- Calcular férias e valores a serem recebidos com o evento;
- Calcular pagamentos de horas-extras;
- Calcular compensação de horas, a partir de um banco de horas constituído.

#### **EM13MAT102 – Analisar gráficos ou documentos; apresentar relatórios [...]**

- Analisar contracheques para verificar se recolhimentos e pagamentos estão corretos.
- Analisar informativos de valores de acertos demissionais.

**Competência 2 – Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis [...]**

**EM13MAT201** – Propor ações comunitárias, como as voltadas aos locais de moradia dos estudantes [...]

-Tentar programar o período de férias ou a utilização do banco de horas de todos os familiares para uma época específica para a promoção de um passeio ou uma viagem familiar.

**EM13MAT203** – Planejar e executar ações envolvendo a criação planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões [...]

-Criar uma planilha para mapeamento das férias dos membros da família ou de seus bancos de hora para a programação de um passeio/uma viagem familiar.

**Competência 3 – Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos [...]**

**EM13MAT303** - Planejar e executar ações envolvendo a criação e a utilização de aplicativos, jogos (digitais ou não), planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, dentre outros, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões [...]

-Criar uma planilha eletrônica para mapeamento das férias dos membros da família ou de seus bancos de hora para a programação de um passeio/uma viagem familiar.

**Competência 4 – Compreender e utilizar, com flexibilidade e precisão, diferentes registros de representação matemáticos [...]**

**EM13MAT405** – Reconhecer funções definidas por uma ou mais sentenças (como a tabela do Imposto de Renda, contas de luz, água, gás etc.), em suas representações algébrica e gráfica [...]

-Reconhecer as sentenças determinantes para o cálculo de férias, horas extras, banco de horas e acertos demissionais.

**EM13MAT409** – Interpretar e comparar conjuntos de dados estatísticos por meio de diferentes diagramas e gráficos [...]

-Analisar contracheques para verificar se recolhimentos e pagamentos estão corretos.

-Analisar informativos de valores de acertos demissionais.

-Analisar a evolução gráfica (históricos mensais) de horas extras, banco de horas e suas respectivas compensações ou pagamentos.

# PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR



- Na sua família, quem cuida/faz planejamento financeiro (orçamento) familiar e de que forma é feito (quais os instrumentos utilizados)?
- Quais os benefícios do correto planejamento familiar (adoção de orçamento familiar)?
- O que você compreende por economia doméstica e quais as formas representativas de economia financeira doméstica?
- Quais as vantagens de uma poupança provida da economia doméstica?
- O que pode ser compreendido por receita, despesa e investimentos?
- Qual o diferencial que o aprendizado sobre 'planejamento financeiro familiar' pode lhe trazer para o ingresso no mercado de trabalho? Quais competências e habilidades este aprendizado lhe proporciona/proporcionaria (para o ingresso no mercado de trabalho)?

## RECEITAS E DESPESAS

O primeiro passo para um bom planejamento financeiro familiar é a compreensão de quais são seus **ganhos** (receitas) e de quais são seus **gastos** (despesas) da casa.

Uma boa dica é a realização de anotações provenientes dos salários e benefícios (por exemplo, os vales transporte e alimentação), dos auxílios governamentais (por exemplo, o bolsa família), a existência de aposentadorias e pensões ou ganhos extras (por exemplo, serviços prestados, comissões de vendas ou ganhos com artesanatos ou trabalhos manuais).



Assim, para saber qual é **o ganho (a receita da casa)** todos os tipos de remuneração dos membros familiares são considerados.

Na sequência, a dica é considerar todas as despesas da casa, podendo elas se categorizarem em despesas fixas e variáveis e, ainda eventuais e anuais.

**-Despesas fixas:** aquelas pagas todos os meses, com valores iguais ou aproximados (exemplos: aluguel, prestação da casa, mensalidades escolares, planos de saúde, etc.)

**-Despesas variáveis:** aquelas, embora existam com frequência, tem seus valores ou frequência variados (exemplos: compras de supermercado, compras nas padarias e açougues, gastos com transportes, etc.)

**-Despesas eventuais:** aquelas cuja ocorrência não tenha regularidade (exemplo: reformas/consertos de casa, gastos na compra de material escolar, gastos com dentistas, etc.).

**-Despesas anuais:** aquelas que ocorrem em um só período do ano (exemplo: matrículas escolares, viagens de férias e impostos).

Conhecendo as despesas e receitas da casa, o próximo passo é a anotação das mesmas → ou seja, a construção prática do **orçamento doméstico** → podendo ocorrer em construção de **planilhas, tabelas e gráficos**.



A elaboração do orçamento doméstico é importante para o planejamento financeiro familiar e representa uma forma importante de da pratica de economia.

## ORÇAMENTO

Orçamento pode ser entendido como uma organização esquematizada de valores discriminados em períodos considerados, servindo como referência para projeções futuras e acompanhamento das conta da casa. Afirma-se que este é um instrumento importante para a **economia doméstica**.

Quando, em suas planilhas, a soma dos gastos é maior do que a soma das receitas, é preciso rever e ajustar situações. Além disso, deve-se trabalhar sempre na positividade, **poupando**, para que a eventualidade de gastos inesperados não represente uma ameaça à saúde financeira da casa.

Nas planilhas, a divisão de grupos de contas é essencial (moradia, alimentação, educação, transporte, saúde, etc.). Assim, cada família tem seu esquema particular de gastos, conforme a realidade em que vivem.

As **projeções** ajudam no orçamento doméstico, sendo possível a construção de planilhas de meses que ainda virão, para **previsão de despesas**, representando uma forma de **controle** do financeiro da casa.

Com o tempo – ou seja, com a prática e o exercício do planejamento financeiro familiar –, os orçamentos e o controle vão se aprimorando e a tendência é a melhoria da situação financeira da família. É neste ponto que a inclusão da **poupança** no orçamento vai garantir sua saúde financeira.



As dicas para elaboração do orçamento familiar são:

- Criar grupos, a partir da realidade de cada família;
- Fazer anotações para acompanhar todos os gastos;
- Guardar notas/recibos para facilitar o lançamento dos gastos;
- Comparar gastos do mês atual com meses anteriores, para avaliação do que pode ser economizado ou ter custos reduzidos

## CONTROLE FINANCEIRO

Os problemas financeiros de uma casa não limitam-se à baixa renda existente ou à falta de dinheiro. Em muitas ocasiões é resultado do **excesso de gastos**.



Famílias com grande volume de rendas também têm problemas financeiros quando fogem do controle e gastam mais do que ganham. Nasce aí a criação de **dívidas financeiras**.



Por outro lado, famílias com volume de rendas menores, quando praticam o controle financeiro exercitando o orçamento familiar, conseguem acumular valores (poupança) e tem a saúde financeira familiar sob controle.

O diferencial está justamente na capacidade de **manutenção do controle** das despesas familiares. Para tanto, os gastos devem sempre ser realizados, considerando as seguintes dicas:

- Firmeza no controle de despesas;
- Prática de pesquisa de preços, marcas e fornecedores;
- Conferencias de contas;
- Criação do hábito de planejamento do uso diário do dinheiro;
- Utilização de fichas de anotações ou controles por meio de planilhas
- Arquivamento de recibos e notas.

## PRÁTICA DA ECONOMIA

A prática da economia no orçamento doméstico é inimiga dos impulsos do consumo. As armadilhas para consumir (e gastar mais do que o previsto ou do que pode) são tentadoras e podem promover desequilíbrio orçamentário.

Algumas dicas para a prática da economia são:

- Planejar ou fazer listas de supermercados;
- Comprar o que está na lista e evitar compras por impulso;
- Não se iludir com conversas de vendedores de lojas;
- Lembrar que a realização de compras não é terapia;
- Aproveitar promoções e liquidações;
- Evitar estoques, pois o estoque representa dinheiro parado;
- Fazer pesquisas de preço ou pleitear por descontos (quando o pagamento é a vista, os juros inexistem, o desconto é sempre maior e, por isso, poupanças representam fontes de negociações e obtenção de preços mais baratos e consequente redução de gastos);
- Economizar recursos como água e luz em casa também são práticas representativas;
- Faça passeios em parques e promova encontros familiares ao ar livre, fazendo as refeições em casa em detrimento ao consumo de alimentos fora de casa.

**Educar-se financeiramente** não é apenas sinônimo e aprender a investir e ganhar dinheiro. É uma forma de controle comportamental (de ansiedades) e prevenção de desperdícios do dinheiro.

## POUPANÇA

Entende-se por poupança a diferença existente entre dinheiro recebido e dinheiro gasto. Numa fórmula simples **poupança = sobra de dinheiro**.

As poupanças, considerando então o planejamento financeiro familiar (e a prática do orçamento), são feitas com condição de pensamentos em médio e longo prazos. Ela não está construída em poucos meses; pelo contrário, é a soma de valores que sobram (pouco ou muito, pequenos ou grandes) por um longo período.

## **EMPRÉSTIMOS**

Tomar dinheiro emprestado é acumular é sinônimo de descontrole financeiro e pagamento de **juros**. Embora pareça uma solução temporária para que a dificuldade financeira familiar seja sanada, representa um problema financeiro futuro, criando uma situação de dependência perigosa, dificultando alcance de metas de acumulação de capital para constituição de poupanças.

Os empréstimos são considerados como resultados de endividamentos e aquisição de juros – o que dificulta, ainda mais, a recuperação financeira familiar. Assim, antes de contrair empréstimos, a solução é a revisão do orçamento para o corte de gastos.

Podem representar crédito fácil, mas que na verdade, implica em uma ilusão de que tudo que você quer comprar você pode pagar. A tentação do crédito fácil representa uma armadilha para um consumo desenfreado, que resulta em endividamento e em baixa saúde financeira familiar.

## HABILIDADES E COMPETÊNCIAS TRABALHADAS E DESENVOLVIDAS (JUNTO AO CONTEÚDO PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR) PARA O MERCADO DE TRABALHO

Em um cenário onde a maioria das famílias dos jovens concluintes do Ensino Médio público são da classe social menos favorecida, vivenciando um orçamento familiar justo e/ou negativo, com teoria sobre planejamento financeiro familiar, tais jovens compreenderão receita, despesa, custo, investimento e economia, e se capacitarão para ingressarem nas áreas de gestão, comercial e contábil de empresas.



### **Competência 1 – Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos [...]**

#### **EM13MAT101 – Interpretar situações econômicas, sociais [...]**

- Compreender a relação da baixa renda familiar e a necessidade de promoção de economia doméstica;
- Compreender a conjuntura econômica do país e a necessidade de planejamento financeiro familiar;
- Compreender a relação da baixa renda familiar e a inexistência de poupanças;
- Compreender a relação da baixa renda familiar e a existência de endividamentos.

#### **EM13MAT104 – Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica [...]**

- Calcular receitas e despesas, para verificação da positividade ou negatividade do orçamento familiar.

#### **EM13MAT102 – Analisar gráficos ou documentos; apresentar relatórios [...]**

- Analisar extratos bancários (entradas e saídas) para correta interpretação da saúde financeira familiar;

**Competência 2 – Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis [...]**

**EM13MAT201** – Propor ações comunitárias, como as voltadas aos locais de moradia dos estudantes [...]

- Propor a adoção de orçamento familiar e planejamento familiar;
- Propor ações planejadas para redução de gastos e promoção de economia doméstica;

**EM13MAT203** – Planejar e executar ações envolvendo a criação planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões [...]

- Criar planilhas com receitas e gastos familiares;
- Criar planilhas, a partir de grupos de despesas específicos;

**Competência 3 – Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos [...]**

**EM13MAT303** - Planejar e executar ações envolvendo a criação e a utilização de aplicativos, jogos (digitais ou não), planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, dentre outros, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões [...]

- Criar planilhas eletrônicas com receitas e gastos familiares;
- Criar planilhas eletrônicas, a partir de grupos de despesas específicos;

**Competência 4 – Compreender e utilizar, com flexibilidade e precisão, diferentes registros de representação matemáticos [...]**

**EM13MAT405** – Reconhecer funções definidas por uma ou mais sentenças (como a tabela do Imposto de Renda, contas de luz, água, gás etc.), em suas representações algébrica e gráfica [...]

- Reconhecer as sentenças determinantes para o cálculo de juros providos do descontrolado do orçamento doméstico.

**EM13MAT409** – Interpretar e comparar conjuntos de dados estatísticos por meio de diferentes diagramas e gráficos [...]

- Analisar extratos bancários (entradas e saídas) para correta interpretação da saúde financeira familiar;
- Analisar a evolução gráfica (históricos mensais) da saúde financeira familiar.

## ENCERRANDO...



Agora você, jovem concluinte do Ensino Médio, está mais preparado para o enfrentamento do mercado de trabalho e redução da competitividade que nele existe, considerando que você desenvolveu habilidades e competências necessárias para o êxito de sua proposta: a empregabilidade.

**BOA SORTE E BEM-VINDOS AO  
MERCADO DE TRABALHO!**

## REFERÊNCIAS

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Planejamento financeiro familiar**. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2009.

FERRARI, A.; THEODORO, A. J.; SCALABRIN, I.; KAMMLER, E. L.; GIOLLO, P. R. Educação financeira familiar: uma contribuição quanto às percepções de planejamento, reserva e falta de dinheiro. **Perspectiva**, v. 42, n.158, p. 89-100, jun. 2018.

GONTIJO, J. T. Classificação da Cidadania. **Grupo Educação Ética e Cidadania - GEEC**, 20 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.geec.org.br/portal/index.php/articulistas/reflexoes-para-acoes-jomar-teodoro-gontijo/829-classificacao-da-cidadania>>. Acesso em: 8 nov. 2021.

JUNIOR, R. Departamento Pessoal: Entenda quais são as suas funções e práticas, guia completo. **Rede Jornal Contábil**, 1 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.jornalcontabil.com.br/departamento-pessoal-entenda-quais-sao-as-suas-funcoes-e-praticas-guia-completo/>>. Acesso em: 8 ago. 2021.

MORAES, A. A. R.; TIOSSI, F. M.; FERRACINI, M. J. F.; MOL, D. A. R. Departamentos de Recursos Humanos e PESSOAL: diferenças e similaridades e a relação com a Contabilidade. **Rev. Eletrônica Organ. Soc.**, Iturama, v. 7, n. 7, p. 44-66, jan./jun. 2018.

SINDIFISCAL. **Definição de tributo**. 2021. Disponível em: <<http://www.sindifiscal-es.org.br/>>. Acesso em: 8 ago. 2021.



**UNINCOR**

CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO RIO VERDE